

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Dalila Maria de Souza

A nominalização em uma perspectiva sintática:
estatuto categorial e estrutura funcional do infinitivo nominal no português brasileiro

Juiz de Fora

2021

Dalila Maria de Souza

A nominalização em uma perspectiva sintática:

estatuto categorial e estrutura funcional do infinitivo nominal no português brasileiro

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Roberta Gabbai Armelin

Coorientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Lobo Name

Juiz de Fora

2021

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Souza, Dalila Maria de.

A nominalização em uma perspectiva sintática: : estatuto categorial e estrutura funcional do infinitivo nominal no português brasileiro / Dalila Maria de Souza. -- 2020.

115 f. : il.

Orientadora: Paula Roberta Gabbai Armelin

Coorientadora: Maria Cristina Lobo Name

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2020.

1. Nominalização . 2. Infinitivo. 3. Estrutura Argumental. 4. Morfologia. 5. Sintaxe. I. Armelin, Paula Roberta Gabbai, orient. II. Name, Maria Cristina Lobo, coorient. III. Título.

Dalila Maria de Souza

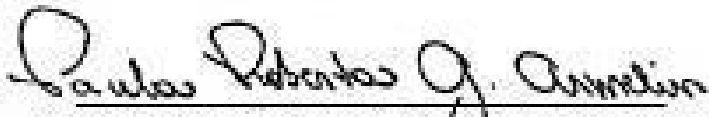
A nominalização em uma perspectiva sintática:

estatuto categorial e estrutura funcional do infinitivo nominal no português brasileiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Linguística da Universidade
Federal de Juiz de Fora como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em Linguística.
Área de concentração: Linguística

Aprovada em 18 de fevereiro de 2021


BANCA EXAMINADORA




Profa. Dra. Paula Roberta Gabbai Arbellin - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora



Profa. Dra. Maria Cristina Lobo Neme - Coorientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora



Profa. Dra. Aline Garcia Rödero Takahira
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Rafael Dias Miuissi
Universidade Federal de São Paulo

Ao meu amor Airon por sua generosidade,
amizade, lealdade e paciência infindáveis.

AGRADECIMENTOS

Quando iniciei meus estudos, ainda no período da graduação, um professor me disse que seria uma jornada por algo totalmente novo, desconhecido e, sobretudo, algo lindo. Eu não poderia jamais imaginar o quão verdadeiras eram aquelas palavras. De fato, o percurso até aqui pode ser descrito como novo, lindo e repleto de desafios. Eu jamais teria conseguido se Deus não tivesse sonhado comigo esse sonho, assim, inicio esses agradecimentos fazendo menção a Ele. Jamais poderia descrever a alegria pela certeza de seu amparo, proteção, misericórdia para comigo e por me permitir conviver com pessoas tão especiais. *Soli Deo gloria!*

Gostaria de agradecer à minha querida orientadora Paula Armelin. Querida Paula, jamais poderei expressar em palavras a gratidão e admiração que tenho por você! Obrigada por suas boas palavras, por sua presença constante, por nunca se cansar de compartilhar o conhecimento, por sua ética e dedicação e, sobretudo, por me ensinar o valor de amar o que faz. Sem dúvida me tornei uma pessoa melhor por ter tido a honra de conviver esses anos com sua gentileza e bondade.

De forma especial, gostaria de agradecer também à minha coorientadora Maria Cristina Name. Querida Cristina, lembro-me da primeira aula que tive com você, ainda na graduação em Letras. Naquele momento eu soube que havia encontrado o meu caminho. Não tenho palavras para agradecer seu carinho, sua paciência, seus conselhos, seu incentivo, sua forma sempre generosa de encontrar um tempinho na sua agenda lotada para discutir o meu trabalho e sua forma tranquila e amorosa de nos mostrar que podemos sempre fazer ciência de forma responsável e inclusiva.

Meus sinceros agradecimentos aos meus amados colegas do NEALP, aos meus companheiros inseparáveis do núcleo InTeGra, Lydsson, Karina Carolina, Bianca e Lilian, e às queridas amigas Luciana Andrade e Barbara Santos, que dividiram comigo esse momento tão especial. Oro para que Deus lhes retribua todo o bem que me fizeram.

Gostaria de registrar meus agradecimentos aos colaboradores e à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFJF por serem sempre solícitos e disponíveis, por serem uma fonte de apoio e por tornarem mais fáceis o preenchimento de todos os formulários semestrais. Estendo esse agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro à minha pesquisa.

Meus agradecimentos aos queridos professores Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva e Rafael Dias Minussi pelas generosas contribuições ao meu trabalho e pela presença na minha banca de qualificação. À querida professora Ana Paula Scher, agradeço por todos os

textos enviados para a realização da minha pesquisa. Agradeço também à professora Aline Takahira por compor a minha banca de defesa.

De forma especial, gostaria de agradecer à minha família por todo apoio que dispensaram a mim nesse período, por suportarem minhas muitas horas de estudo e de ausência para que esse trabalho pudesse ser realizado. Agradeço à minha mãe pelas suas palavras e pelo seu apoio em todos os sentidos. Ao meu pai sou grata pelas valiosas lições de caráter.

Às minhas queridas irmãs, minha sobrinha querida Carol, minha tia Margarida e ao querido tio José Valter agradeço por sempre estarem presentes. Vocês tornaram mais leve a minha jornada. Aos meus queridos filhotes Paçoca, Chico e Pipa – apesar de saber que eles não poderão ler – deixo registrado meus agradecimentos por me adotarem, por serem uma fonte de inesgotável carinho e diversão.

Agradeço ao meu amor Airon Rodrigues. Airon, as palavras dificilmente poderão expressar o tamanho da gratidão que tenho a Deus pela sua vida. Nesse momento especial, registro meus agradecimentos a você por aceitar dividir sua vida comigo, pela sua presença, pelo seu amor constante, por me proporcionar longas conversas, por toda ajuda com apresentação dos trabalhos, pelas madrugadas em claro e por entender os momentos em que eu não pude estar presente. Agradeço, principalmente, pela certeza de que seu coração sempre será um refúgio seguro para mim.

Não poderia encerrar meus agradecimentos sem fazer menção aos amados integrantes da igreja a qual frequento. A vocês agradeço por serem minha família do coração, por compartilharem essa jornada comigo, pelas palavras de incentivo e, sobretudo, pelas orações.

A todos os demais, cujos nomes aqui escapam pela limitação da minha memória, agradeço o bem que me fizeram.

RESUMO

Esta pesquisa se insere no âmbito dos estudos que investigam a interface entre morfologia e sintaxe, tomando como objeto empírico o fenômeno de nominalização das formas infinitivas no português brasileiro, doravante PB, como em *cantar – o cantar*. De maneira geral, a nominalização infinitiva está inserida no escopo do fenômeno de formação de palavras conhecido como Conversão Morfológica, definido como o emprego de uma mesma forma linguística em diferentes contextos categoriais sem que ocorra nenhuma alteração morfológica (KEHDI, 1981; CUNHA e CINTRA, 1985; DON, 1993; BAUER e VARELA, 2005). Ao rediscutir as fragilidades das propostas lexicalistas (BASÍLIO, 1982; FLORES, 2013; LIEBER, 2005; VILLALVA, 2013) para o fenômeno da Conversão Morfológica, propomos que a existência de um fenômeno linguístico dessa natureza é, na verdade, uma forte evidência de que a categoria pode ser mais bem compreendida como resultado da organização dos morfemas no interior da palavra e do ambiente sintático propriamente dito em que essa formação se encontra (cf. SOUZA e ARMELIN, 2018). Nesse sentido, assumimos como viés teórico uma perspectiva sintática de formação de palavras, tal como a desenvolvida nos moldes da Morfologia Distribuída, (HALLE e MARANTZ 1993; MARANTZ, 1997 e muitos trabalhos subsequentes), doravante MD, que propõe que palavras, sintagmas e sentenças são construídos no mesmo componente da gramática, a sintaxe. As assunções propostas no âmbito da MD se mostram apropriadas para a análise dos infinitivos nominais, uma vez que as tradicionais categorias lexicais, tais como verbo e nome, por exemplo, não têm estatuto de primitivo dentro do modelo, sendo meramente consequência das relações estruturais que se estabelecem em torno de uma raiz acategorial. Assim, a partir do viés teórico da MD, propomos, neste trabalho, que as propriedades do infinitivo nominal do PB podem ser explicadas através da combinação dos diferentes núcleos funcionais presentes na sua estrutura sintática. A questão de base desta pesquisa é, então, especificar quais são esses núcleos e em que sequência hierárquica eles são organizados na sintaxe. Para tanto, descrevemos as propriedades empíricas dos infinitivos nominais do PB e propomos que eles funcionam como os Nominais de Evento Complexo (*Complex Event Nominals*), na tipologia de Grimshaw (1990). A partir desse comportamento, argumentamos em favor da existência de três núcleos de natureza verbal na constituição do infinitivo nominal do PB, a saber, (i) o categorizador *v*, responsável pela categoria verbal da base, pela leitura de evento e pela introdução do argumento interno; (ii) o núcleo *Voice* (KRATZER, 1996), responsável pela introdução do argumento externo e (iii) o núcleo de Aspecto, que abriga a morfologia de infinitivo. Essa sequência funcional, no entanto, está abaixo de núcleos de natureza nominal, a saber, o categorizador *n* e o núcleo *D*, responsáveis pelas propriedades nominais da formação. Essa estrutura sintática é capaz de abarcar as propriedades empíricas do infinitivo nominal, revelando uma forte interação entre morfologia e sintaxe, uma vez que os argumentos presentes na estrutura são inseridos antes mesmo que a forma nominal esteja efetivamente formada na sintaxe. Por fim, se essa análise estiver no caminho correto, então, os infinitivos nominais do PB constituem uma importante evidência (contra GRIMSHAW, 1990; ALEXIADOU, 2001) de que nominalizações zero podem ter estrutura argumental obrigatória.

Palavras-chave: Nominalização. Infinitivo. Categoria. Estrutura Argumental.

ABSTRACT

This research is part of the studies that investigate the interface between morphology and syntax, taking as an empirical object the nominalization of infinitive forms in Brazilian Portuguese, henceforth PB, as in *cantar – o cantar*. In general, infinitive nominals are inserted in the scope of the word formation process known as Morphological Conversion, which is defined as the use of the same linguistic form in different categories without any morphological change (KEHDI, 1981; CUNHA and CINTRA, 1985; DON, 1993; BAUER and VARELA, 2005). When re-discussing the weaknesses of lexicalist proposals (BASÍLIO, 1982; FLORES, 2013; LIEBER, 2005; VILLALVA, 2013) for the phenomenon of Morphological Conversion, we propose that the existence of a linguistic phenomenon of this nature is, in fact, a strong evidence that the category may be better understood as a result of the organization of morphemes within the word and the syntactic environment itself in which this formation is found (cf. SOUZA and ARMELIN, 2018). In this sense, we assume as a theoretical background a syntactic perspective of word formation, such as the one developed along the lines of the Distributed Morphology framework (HALLE and MARANTZ 1993; MARANTZ, 1997 and many subsequent works), henceforth MD, which proposes that words, phrases and sentences are built on the same grammar component, the syntax. The assumptions proposed in the scope of the MD approach are appropriate for the analysis of nominal infinitives, since the traditional lexical categories, such as verb and noun, for example, do not have primitive status within this theoretical model, being merely a consequence of the structural relations that are established around an acategorial root. Thus, we propose, in this work, that the properties of the nominal infinitive in BP may be explained through the combination of the different functional heads present in its syntactic structure. The basic question for this research is, then, to specify these heads and the hierarchical sequence in which they are organized in the syntax. For this, we describe the empirical properties of the nominal infinitives of PB and propose that they function as the Complex Event Nominals, in the typology of Grimshaw (1990). Based on this behavior, we argue in favor of the existence of three verbal heads in the constitution of the nominal infinitive in PB, namely, (i) the categorizer *v*, responsible for the verbal category of the base, for the event reading and for introducing the internal argument; (ii) the Voice head (KRATZER, 1996), responsible for the introduction of the external argument and (iii) the Aspect head, which hosts the infinitive morphology. This functional sequence, however, is below nominal structure, namely, the categorizer *n* and D, responsible for the nominal properties of the formation. This syntactic structure is able of encompassing the empirical properties of the nominal infinitive, revealing a strong interaction between morphology and syntax, since the arguments present in the structure are inserted before the nominal form is actually formed in the syntax. Finally, if this analysis is on the right track, then the nominal infinitives in BP constitute important evidence (against GRIMSHAW, 1990; ALEXIADOU, 2001) that zero nominalizations may have obligatory argument structure.

Keywords: Nominalization. Infinitive. Category. Argument Structure.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Argumento interno
AE	Argumento externo
CM	Conversão Morfológica
IN	Infinitivo Nominal
IV	Item de vocabulário
LF	Logical Form
MD	Morfologia Distribuída
NEC	Nominal de Evento Complexo
NR	Nominal de Resultado
PB	Português brasileiro
PF	Phonological Form
PE	Português europeu
Spec	Especificador
UTAH	Uniformity of Theta-Assignment Hypothesis

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	12
1.1	PANORAMA GERAL DA PESQUISA	12
1.2	UM BREVE HISTÓRICO DA NOMINALIZAÇÃO	15
1.3	OBJETIVOS, QUESTÕES E HIPÓTESES PROPOSTAS.....	17
1.4	INSERINDO AS NOMINALIZAÇÕES INFINITIVAS NO ESCOPO DO FENÔMENO DE CONVERSÃO MORFOLÓGICA	21
1.5	MAPA DA DISSERTAÇÃO	23
2	UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DO INFINITIVO NOMINAL: REVISITANDO O PROCESSO DE CONVERSÃO	25
2.1	INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO.....	25
2.2	CARACTERIZANDO O FENÔMENO DA CONVERSÃO MORFOLÓGICA... ABORDAGENS LEXICALISTAS PARA A CONVERSÃO	26
2.3	MORFOLÓGICA.....	30
2.3.1	Basílio (1992) e Flores (2013): Substantivos plenos e precários.....	30
2.3.2	Lieber (1992,2004,2005): Conversão como “relistagem” no léxico.....	33
2.3.3	Villalva (2013): Conversão entre raízes e formas flexionadas.....	37
2.4	A NATUREZA DAS CATEGORIAS.....	39
2.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	42
3	ALGUMAS PROPOSTAS TEÓRICAS PARA O TRATAMENTO DO INFINITIVO NOMINAL.....	44
3.1	INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO	44
3.2	O INFINITIVO NOMINAL NA LITERATURA.....	45
3.2.1	Miguel (1996): Uma bipartição dos infinitivos nominais no espanhol.....	45
3.2.2	Vázquez (2002: os tipos de nominalizações infinitivas no espanhol e italiano.....	50
3.2.3	Os infinitivos nominais em português europeu: A tipologia de Brito (2012)	54
3.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	60

4	UMA DESCRIÇÃO DO INFINITIVO NOMINAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: PROPRIEDADES EMPÍRICAS	69
4.1	INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO	69
4.2	AS NOMINALIZAÇÕES NA TIPOLOGIA DE GRIMSHAW (1990):.....	70
4.2.1	Uma aproximação entre os nominais de evento complexo e o infinitivo nominal do PB.....	74
4.3	OUTRAS PROPRIEDADES DO INFINITIVO NOMINAL NO PB.....	77
4.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	82
5	UMA PROPOSTA SINTÁTICA PARA O INFINITIVO NOMINAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	83
5.1	INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO.....	83
5.2	INTRODUÇÃO DO ARGUMENTO EXTERNO NOS INFINITIVOS NOMINAIS DO PB.....	84
5.3	A INTRODUÇÃO DO ARGUMENTO INTERO NOS NOMINAIS INFINITIVOS DO PB	93
5.3.1	A natureza da raiz e a inserção do argumento interno	93
5.3.2	A preposição e a atribuição de caso para o argumento interno.....	97
5.3.3	A leitura aspectual e a marca de infinitivo	97
5.3.4	A atribuição de caso e as relações de localidade.....	98
5.4	UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A NATUREZA DOS NÚCLEOS NOMINAIS.....	102
5.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	106
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
	ANEXO I - Propriedades Empíricas dos Infinitivos Nominais sistematizadas a partir da literatura tratada no capítulo 3.....	118

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO: APRESENTAÇÃO DA PEQUISA

1.1 PANORAMA GERAL DA PESQUISA

Nos termos de Rocha (1999) a nominalização em um sentido mais estrito pode ser definida como um fenômeno morfológico que consiste na formação de nomes a partir de bases verbais. De forma geral, podemos dizer que as nominalizações no português brasileiro, doravante PB são, em geral, expressas pela presença de um sufixo que desencadeia a leitura nominal, tais como os pares lembrar-lembrança, navegar-navegante, entre outros. A título de exemplificação, uma lista dos principais sufixos nominalizadores do PB, segundo Cunha e Cintra (2015, p.111-112) pode ser vista abaixo:

- (1) a. -ança: vingar – vingança
- b. -ância: observar – observância
- c. -ença: diferir – diferença
- d. -ência: concorrer – concorrência
- e. -ante: estudar – estudante
- f. -ente: combater – combatente
- g. -inte: pedir – pedinte
- h. -(d)or: jogar – jogador
- i. -(t)or: interromper – interruptor
- j. -(s)or: ascender – ascensor
- k. -ção: nomear – nomeação
- l. -são: agredir – agressão
- m. -douro: suar – suadouro
- n. -tório: lavar – lavatório
- o. -(d)ura: atar – atadura
- p. -(t)ura: formar – formatura
- q. -(s)ura: enclausurar – clausura
- r. -mento: acolher – acolhimento

No entanto, além das nominalizações explicitamente marcadas pela presença de um sufixo nominalizador morfológicamente realizado, tal como nas formações listadas acima, o PB apresenta ainda um tipo de nominalização em que a realização da forma nominal não parece sofrer nenhum tipo de modificação quando comparada à forma de base. É importante ressaltar que esse processo parece ser possível apenas em realizações específicas da base, tais como gerúndio, participípio e infinitivo. As formas verbais verdadeiramente flexionadas, por exemplo,

não permitem esse processo de nominalização sem alteração da base, gerando resultados agramaticais.

Inserindo-se, então, nessas discussões, esta dissertação, desenvolvida no âmbito dos estudos que investigam a interface entre morfologia e sintaxe, toma como fenômeno empírico, especificamente, o processo de formação de nomes a partir de formas infinitivas no PB, tais como em (2a-b) abaixo:

- (2) a. O cantar dos pássaros durante as manhãs alegrava os moradores.
- b. O corrigir das provas pelos professores adiantou o andamento dos trabalhos.

Esse recorte se justifica diante de algumas características salientes especificamente nesse grupo de infinitivos nominais, tais como:

- (1) Produtividade: basicamente, qualquer verbo na forma infinitiva pode ser nominalizado pela anteposição de um determinante;
- (2) Previsibilidade semântica: a interpretação das nominalizações infinitivas é bastante previsível a partir do verbo de base;
- (3) Preservação da estrutura de argumentos: as nominalizações infinitivas parecem preservar a estrutura argumental do verbo de base, o que abre perspectivas interessantes a respeito das relações entre categoria, formação de palavras e estrutura argumental;

É importante ressaltar que as nominalizações formadas a partir de verbos na forma infinitiva não se limitam apenas ao tipo de nominalização infinitiva a ser tratada neste trabalho. Na verdade, vários autores, como Miguel (1996), Vázquez (2002), Brito (2012,2013), Resende (2020) já apontaram para a existência de diversos subtipos de infinitivos nominais translinguisticamente com características particulares. No PB, por exemplo, podemos ver nos dados (3), nominalizações infinitivas que apresentam propriedades distintas umas das outras, como por exemplo a possibilidade de pluralizar e a introdução por diferentes tipos de determinantes.

- (3) a. O andar mais alto do prédio pegou fogo.
- b. Os cantares nordestinos é o foco de uma importante pesquisa linguística.
- c. Ao comprar uma nova casa toda a família comemorou.
- d. O comer doces estraga os dentes.

Em (3a), por exemplo, encontramos o que é conhecido na literatura como infinitivo lexicalizado¹, ou seja, um tipo de infinitivo cristalizado que até já se distanciou do significado verbal da base. Em (3b), por sua vez, temos uma ocorrência em que a forma infinitiva está pluralizada, realização que parece ter algumas restrições de ocorrência que escapam, no entanto, do âmbito de sistematização deste trabalho. Já em (3c), ressaltamos o fato de que a forma nominalizada aparece antecedida não simplesmente por um determinante, mas por um sintagma preposicional. Por fim, em (3d), temos uma forma de infinitivo nominal que se realiza juntamente com a atribuição de caso acusativo, o que não é um comportamento característico de formas nominais.

Dessa forma, o paradigma em (3), apesar de não exaustivo, parece ser ilustrativo da diversidade de ocorrências e propriedades que as nominalizações infinitivas parecem apresentar no PB. Assim, é necessário que façamos um recorte de escopo no objeto de estudo desta dissertação. Mais especificamente, então, a análise desenvolvida neste trabalho se debruça sobre o conjunto de nominalizações infinitivas que apresentam as propriedades em (2).

Feito esse recorte, é interessante no que, em um panorama mais amplo, a nominalização infinitiva está inserida no contexto do processo de formação de palavras denominado Conversão Morfológica. Tal fenômeno se caracteriza pelo fato de uma forma linguística poder ser classificada em diferentes categorias sem sofrer qualquer alteração morfológica (CUNHA e CINTRA, 1985; DON, 1993; BAUER e VARELA, 2005; VILALVA, 2013). A natureza da Conversão e o componente da gramática em que ela deveria ser tratada é, no entanto, tema de amplo debate na literatura (SAID ALI, 1965; CUNHA e CINTRA, 1985; LIEBER, 2005; VILALVA, 2013). Inserindo-se neste contexto controverso, este trabalho tem como ponto de partida a ideia de que a existência de um fenômeno linguístico como a Conversão é, na verdade, uma forte evidência de que a categoria pode ser mais bem compreendida como resultado da organização dos morfemas no interior da palavra e do ambiente sintático propriamente dito em que essa formação se encontra (cf. SOUZA e ARMELIN, 2018).

Nessa linha de raciocínio, apoiamo-nos, ao longo desta pesquisa, em uma perspectiva sintática de formação de palavras, a Morfologia Distribuída, (HALLE e MARANTZ 1993; MARANTZ, 1997 e muitos trabalhos subsequentes), doravante MD, que propõe que palavras, sintagmas e sentenças são construídos no mesmo componente, a sintaxe. Tal quadro se mostra especificamente apropriado para a análise dos infinitivos nominais, uma vez que as tradicionais

¹ É importante ressaltar, no entanto, que o termo “lexicalizado” não tem estatuto teórico no quadro da MD e que o estamos empregando aqui com caráter meramente descritivo.

categorias lexicais, tais como verbo e nome, por exemplo, não têm estatuto de primitivo dentro do modelo, sendo meramente consequência das relações estruturais que se estabelecem em torno de uma raiz acategorial. Dessa mesma forma, a MD se desponta como um viés interessante na análise do infinitivo nominal, uma vez que possibilita uma interface transparente e direta entre a formação de palavras e sentenças.

Assim, a partir do viés teórico da MD, propomos, neste trabalho, que o comportamento empírico do infinitivo nominal do PB pode ser explicado através da combinação dos diferentes núcleos funcionais presentes na sua estrutura sintática. A questão de base desta pesquisa é, então, especificar quais são esses núcleos e em que sequência hierárquica eles são organizados na sintaxe. Na implementação da proposta, argumentamos em favor da existência de três núcleos de natureza verbal na constituição do infinitivo nominal, a saber, o categorizador *v*, o núcleo *Voice* (KRATZER, 1996) e o núcleo de Aspecto. Essa sequência funcional, no entanto, está abaixo de núcleos sintáticos de natureza nominal, a saber, o categorizador *n* e o núcleo D. Propomos, então, que essa estrutura sintática é capaz de explicar as propriedades empíricas do infinitivo nominal investigado no âmbito desta dissertação, revelando uma forte interação entre morfologia e sintaxe, uma vez que os argumentos presentes na estrutura são inseridos antes mesmo que a forma nominal esteja efetivamente formada na sintaxe.

Com o intuito de fornecer uma contextualização da pesquisa, este capítulo de introdução está dividido da seguinte maneira: na seção 1.2, trazemos uma discussão de alguns dos debates que se abrem quando o fenômeno da nominalização é colocado como objeto de estudo. Na seção 1.3, por sua vez, apresentamos o modelo da MD, adotado como panorama teórico no âmbito desta pesquisa. Já na seção 1.4, delimitamos os objetivos da pesquisa, assim como nossas hipóteses teóricas para tratar do infinitivo nominal no PB. Por fim, a seção 1.5 traz o mapa da dissertação, contemplando os capítulos que integram o trabalho.

1.2 CONTEXTUALIZANDO OS DEBATES EM TORNO DA NOMINALIZAÇÃO

As nominalizações têm ocupado um papel central nas discussões linguísticas pelo menos desde 1960 com a proposta de Lees, que assume que os nominais derivados eram formados não só a partir de bases verbais, mas também de sentenças inteiras através de uma série de transformações. Essa análise unificada para as nominalizações é, no entanto, problematizada em Chomsky (1970), que aponta um comportamento heterogêneo para essas formações. Destacamos, para os propósitos desta seção, a distinção entre os nominais

gerundivos (4b) e os nominais derivados (4c), foco empírico da proposta teórica elaborada pelo autor:

- (4) a. John criticized the book.
 b. John's criticizing the book.
 c. John's criticism of the book

(CHOMSKY, 1970, p.187)

Enquanto as nominalizações gerundivas são descritas como plenamente produtivas, apresentando, ao mesmo tempo, uma interpretação previsível e uma forma morfológica constante (em *-ing*), as nominalizações derivadas, por sua vez, apresentariam uma série de lacunas na sua produtividade, bem como poderiam estar associadas a interpretações imprevisíveis e a formas morfológicas muito variadas. Em linhas gerais, então, Chomsky (1970) propõe que as nominalizações gerundivas, por serem mais regulares, são formadas via transformações no componente sintático, mas que as nominalizações derivadas, associadas a idiosincrasias, estariam a cargo do componente de base. É interessante ressaltar que essa distinção inaugura o que ficou conhecido na literatura gerativista como Hipótese Lexicalista.

A partir dessas discussões podemos dizer que as nominalizações estão, em grande medida, entre as formações responsáveis por colocar a morfologia, ou mais especificamente a formação de palavras, em um ponto de destaque entre as reflexões gerativistas. Em Chomsky (1970), por exemplo, as nominalizações se mostram relevantes para o estabelecimento de uma abordagem teórica de análise, inaugurando o ainda atual debate entre léxico e sintaxe na formação de palavras. É importante destacar ainda que é na discussão a respeito das nominalizações em Chomsky (1970) que se dá inclusive o nascimento da Teoria X-Barra, responsável por vários importantes avanços na compreensão da estrutura sintática dentro do modelo gerativista, em especial no âmbito da Teoria de Regência e Ligação (CHOMSKY, 1981).

A Hipótese Lexicalista passa, então, a se consolidar no quadro gerativista através da ideia central de que o léxico é um componente gerativo capaz de produzir estruturas complexas do nível da palavra. É ainda nesse componente que as palavras são associadas a informações de naturezas distintas, tais como fonologia, semântica, categoria e estrutura argumental, por exemplo. A sintaxe passa, assim, a apenas projetar as informações que já estavam codificadas lexicalmente (LEVIN e HOVAV, 1995).

Em 1990, a proposta de Grimshaw reintroduz a nominalização no centro das discussões ao apontar, na mesma direção de Chomsky (1970), que os nominais derivados não formam uma

classe homogênea. A autora propõe, então, que as nominalizações podem ser divididas em três diferentes classes, a saber, os nominais de evento complexo (*Complex Event Nominals*), os nominais de evento simples (*Simple Event Nominals*) e os nominais de resultado (*Result Nominals*), sendo que, dentre outros fatores, a diferença crucial entre tais classes está no fato de que somente o primeiro tipo licenciaria uma estrutura argumental obrigatória.

Do ponto de vista das consequências teóricas na análise da nominalizações, é importante reconhecer que, apesar de a proposta de Grimshaw (1990) ser desenvolvida no âmbito das propostas lexicalistas, as propriedades empíricas apontadas pelo trabalho da autora vêm fomentando também análises de natureza sintática em que a presença de estrutura argumental seria, na verdade, fruto de projeções funcionais específicas responsáveis pela introdução dos argumentos relevantes. Nessa perspectiva, então, caberia distinguir entre um domínio verbal que licencia a presença de argumentos e um domínio nominal que projeta na estrutura sintática um valor nominal (BORER, 1993; FU, 1994; ALEXIADOU, 2001).

A percepção de que as nominalizações não são um fenômeno homogêneo, mas que contempla formações que podem ser agrupadas em classes sistemáticas vem construindo debates importantes na literatura, como, por exemplo, o debate estabelecido entre as perspectivas sintáticas para o tratamento da nominalização e aquelas que assumem, por sua vez, os pressupostos básicos das teorias lexicalistas. Exatamente nessa linha de raciocínio, é importante ressaltar que a releitura feita por Marantz (1997) a respeito do tratamento oferecido em Chomsky (1970) para as nominalizações é entendida como um dos trabalhos que inauguram a própria perspectiva teórica do modelo da MD, que surge, no início da década de 90, exatamente como uma alternativa à perspectiva lexicalista.

Ademais, muito se discute na literatura quanto à natureza dos primitivos envolvidos na formação de estruturas nominalizadas, havendo, nesse sentido, um importante questionamento em busca de quais são esses primitivos e de como eles podem ser definidos e sistematizados em termos teóricos. No escopo das discussões sintáticas, a respeito da formação de palavras, por exemplo, a natureza das categorias sintáticas, em termos da explicitação dos núcleos funcionais que as integram, bem como da composição de traços desses núcleos também são temas fomentados pelo comportamento empírico das nominalizações. Essa questão é central, por exemplo, diante de formas nominalizadas que apresentam comportamentos mistos entre nomes e verbos, tal como se configura a nominalização infinitiva do PB, como veremos mais adiante. A discussão desse tipo de dado, portanto, tem o potencial de ser informativo quanto às fronteiras categoriais entre nomes e verbos.

Nesse mesmo sentido, as nominalizações infinitivas, que não apresentam distinções morfológicas em relação à base verbal, parecem ser um fenômeno central para compreendermos, por exemplo, a natureza da raiz, tanto em termos de categorização, ou seja, abordando a questão do que licencia uma mesma forma em contextos categoriais distintos, como em termos de uma possível seleção de argumentos.

Evidentemente, há ainda muitos outros aspectos que poderiam ser mencionados como fontes de debates possíveis (ou necessários) quando se leva em conta os paradigmas de nominalização. A análise desenvolvida nesta dissertação se insere exatamente nesse debate, mais especificamente propondo que o comportamento dos nominais infinitivos do PB pode ser capturado a partir da coexistência de núcleos funcionais de natureza verbal e nominal no interior de uma mesma estrutura. A implementação desse raciocínio é ancorada pelos pressupostos teóricos da MD apresentados brevemente na próxima subseção.

1.3 APRESENTAÇÃO DO MODELO TEÓRICO: A MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA

A vertente teórica da MD pode ser caracterizada como um dos desenvolvimentos recentes da teoria gerativa, especialmente dentro do modelo de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981), sendo inicialmente proposta em Halle e Marantz (1993) e, posteriormente, refinada em Marantz (1997) e muitos trabalhos subsequentes. A ideia central do modelo da MD é a existência de um único componente gerativo, a sintaxe, capaz de gerar estruturas complexas através da estruturação de unidades menores de maneira hierárquica e sistemática.

Dessa maneira a MD dilui as fronteiras entre a formação de palavras e sentenças, que passam a ser compreendidas como resultado de operações similares no componente sintático. Assim, as propriedades que no modelo lexicalista estavam diretamente associadas aos itens lexicais são distribuídas em três diferentes listas, cada qual contendo informações de naturezas distintas, acessada em um momento específico no decorrer da derivação. O esquema do modelo de gramática proposto pela MD pode ser visto a seguir:

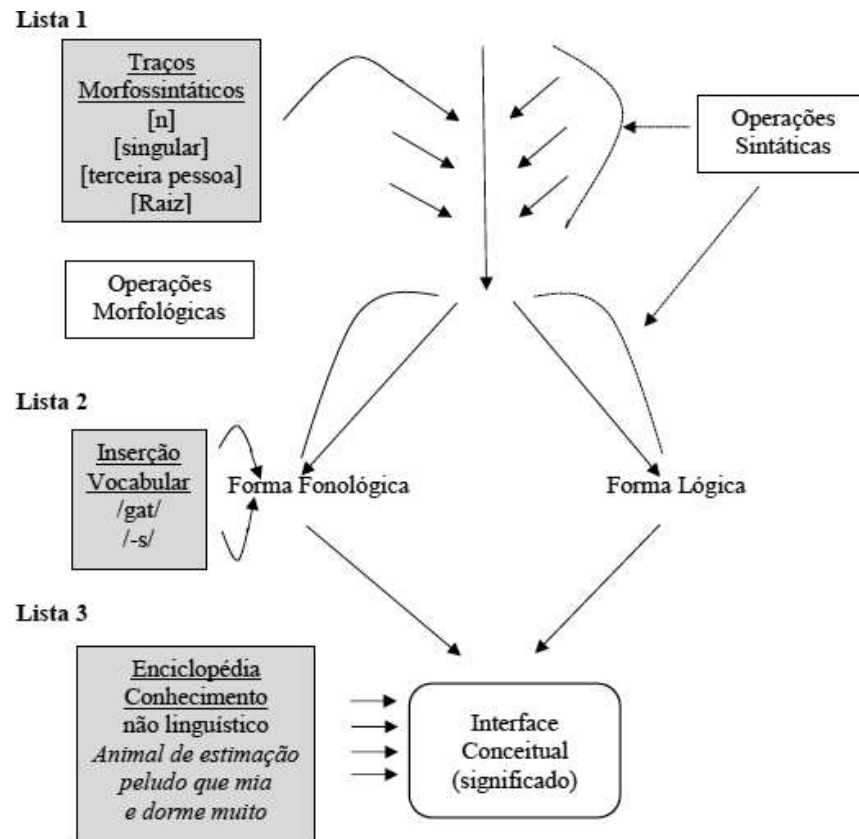


Figura 1: arquitetura da gramática da MD

(Adaptado de Siddiqi, 2009, p. 141²)

A Lista 1, ou Léxico Estrito, armazena os primitivos que serão manipulados na derivação sintática: raízes e traços morfossintáticos. Enquanto a natureza das raízes ainda se coloca como tema de debate na literatura, os traços morfossintáticos são consensualmente abstratos, isto é, desprovidos de conteúdo fonológico. As operações sintáticas estruturam hierarquicamente os primitivos selecionados da Lista 1 através da combinação de traços morfossintáticos e raízes a partir da concatenação destes sob nós terminais. Para os propósitos deste trabalho, é interessante ressaltar que, na MD, a categoria deixa de ter estatuto de primitivo para ser sintaticamente derivada, o que é consequência da ideia de que as raízes são entendidas como elementos desprovidos de categoria. A hipótese de que as raízes são elementos acategoriais tem sido implementada na teoria através da postulação da existência de núcleos funcionais especializados (*n*, *v*, *a*), responsáveis por fornecer categoria à estrutura a que eles se anexam.

A Lista 2, denominada Vocabulário, é o lugar de armazenamento dos Itens de Vocabulário (IVs), que são associações entre os expoentes fonológicos disponíveis no

² Tradução e adaptação de Armelin (2015).

inventário da língua e os traços morfossintáticos a eles correspondentes. Essa lista é acessada somente depois da sintaxe, de modo que os nós terminais sintáticos ganham conteúdo fonológico através da operação de Inserção de Vocabulário, que é, por sua vez, regulada pelo Princípio do Subconjunto, tal como descrito abaixo:

Princípio do subconjunto: O expoente fonológico de um item de vocabulário é inserido em um morfema no nó terminal se o item corresponder a todos ou a um subconjunto das características gramaticais especificadas no nó terminal. A inserção não ocorre se o item de vocabulário contiver traços não presentes no morfema. Quando vários itens de vocabulário atendem às condições de inserção, deve-se escolher o item que corresponde ao maior número de características especificadas no nó terminal.

(HALLE 1997, p. 128 – *tradução nossa*³)

Por sua vez, a Lista 3, também conhecida como Enciclopédia, é responsável pelo armazenamento das informações de natureza extralinguística, relativas ao conhecimento de mundo do falante.

A partir desses ingredientes, a MD pode ser caracterizada por três propriedades gerais que a distinguem de modelos anteriores:

- a. Inserção Tardia: os traços com os quais a sintaxe opera não possuem conteúdo fonológico, desse modo, a associação entre o nó e o expoente fonológico ocorre somente após *spell-out*, no caminho para a interface de PF.
- b. Subespecificação dos IVs: para entrar em um determinado nó terminal, as expressões fonológicas não precisam ser totalmente especificadas quanto aos requerimentos sintáticos especificados em cada nó.
- c. Estrutura hierárquica em toda a derivação: as operações sintáticas atuam na formação de palavras ou de constituintes maiores, como sintagmas ou sentenças. Assim, a MD dispensa qualquer tipo de formação de estrutura complexa no componente pré- sintático.

3 “Subset Principle: The phonological exponent of a Vocabulary Item is inserted into a morpheme in the terminal string if the item matches all or a subset of the grammatical features specified in the terminal morpheme. Insertion does not take place if the Vocabulary Item contains features not present in the morpheme. Where several Vocabulary Items meet the conditions for insertion, the item matching the greatest number of features specified in the terminal morpheme must be chosen.” (HALLE 1997, p. 128)

Especificamente no que diz respeito às nominalizações infinitivas do PB que são foco desta pesquisa, é importante ressaltar as motivações que nos levaram a assumir o quadro da MD como aporte teórico, a saber: (i) a noção de categoria adotada no modelo e (ii) as possibilidades de interação entre a formação de palavras e a formação de sentenças licenciadas na MD.

No que diz respeito à noção de categoria na MD, na contramão dos pressupostos lexicalistas, a MD propõe que as formas não são categorizadas à priori. Na verdade, as categorias lexicais tradicionais, como nome, verbo, adjetivo, não são tomadas como primitivos no modelo, uma vez que as raízes são entendidas como elementos acategoriais, que serão rotulados posteriormente a partir da concatenação com um núcleo categorizador.

Os núcleos categorizadores, por sua vez, são núcleos de natureza funcional, cuja função é fornecer categoria às estruturas em que se concatenam. A necessidade de categorizar uma raiz por meio da concatenação com um núcleo categorizador é sistematizada em MD pela Hipótese de Categorização (*Categorization Assumption*) de Embick e Noyer (2000):

Hipótese de Categorização: As raízes não podem aparecer se não foram categorizadas [...] as raízes são categorizadas através da sua combinação com um núcleo funcional definidor de categoria.

(EMBICK e NOYER, 2007, p.5- *tradução nossa*⁴)

A Hipótese de Categorização encontra nas nominalizações infinitivas do PB um campo fértil de aplicação empírica, uma vez que tais formações, apresentando um comportamento misto entre verbo e nome, ainda mantêm uma mesma raiz, seja qual for o contexto categorial. Já a interação entre a formação de palavras e sentenças é naturalmente licenciada no modelo da MD, diante da assunção de que as operações sintáticas que atuam na formação de objetos complexos são as mesmas, independentemente da natureza desse elemento. É dessa forma que se delineia uma interface transparente entre sintaxe e morfologia. A consequência direta de um modelo que relaciona sintaxe e morfologia é que a palavra não é mais um domínio privilegiado, uma vez que no modelo da MD, palavras e sentenças são o output do mesmo componente, a sintaxe.

Nesse sentido, uma interface transparente entre a formação de palavras e sentenças parece vantajosa para a análise das nominalizações infinitivas, uma vez que permite assumir que a categoria nominal de uma forma que, no entanto, ainda guarda propriedades prototipicamente verbais, é o resultado da combinação de núcleos específicos naquele ambiente

⁴ “Categorization Assumption: Roots cannot appear without being categorized [...] Roots are categorized by combining with category – defining functional heads.” (EMBICK e NOYER, 2004, p.5)

sintático. Dentre tais propriedades, destacamos, por exemplo, as relações argumentais estabelecidas nas formações sentenciais com o nominal infinitivo. O licenciamento da interação entre a formação de palavras e sentenças tem, então, a vantagem de dispensar, em grande medida, quaisquer operações idiossincráticas exigidas por abordagens que requerem uma separação de componentes linguísticos para o tratamento de palavras e sentenças.

1.4 OBJETIVOS, QUESTÕES E HIPÓTESES PROPOSTAS

O objetivo mais amplo desta pesquisa é propor uma estrutura sintática que seja capaz de explicar o comportamento empírico das nominalizações infinitivas do PB. A ideia central desenvolvida nesta dissertação é a de que as nominalizações infinitivas apresentam uma sequência de núcleos funcionais de natureza verbal que são, no entanto, dominados por projeções de natureza nominal que projetam o seu rótulo da categoria formada.

Para tanto, o recorte aqui proposto contempla as seguintes questões acompanhadas das hipóteses a serem desenvolvidas nos próximos capítulos:

- a. Qual a relação entre as nominalizações infinitivas do PB e as tipologias propostas na literatura?

Hipótese: as nominalizações infinitivas do PB parecem se encaixar na tipologia proposta pela Grimshaw (1990). Mais especificamente, diante do comportamento empírico dos infinitivos nominais do PB - e especialmente pelo fato de eles preservarem a estrutura argumental do verbo de base – propomos que eles correspondam ao grupo de propriedades que caracterizam os Nominais de Evento Complexo (*Complex Event Nominals*).

- b. Quais são os núcleos verbais presentes na estrutura sintática das nominalizações infinitivas do PB?

Hipótese: a porção verbal da estrutura sintática das nominalizações infinitivas conta com um núcleo *v*, que é responsável por categorizar o verbo, desencadear a leitura de evento e inserir o argumento interno. Além disso, essa estrutura apresenta um núcleo funcional do tipo *Voice* (KRATZER, 1996), responsável pela introdução do argumento externo. Por fim, propomos ainda que essa estrutura apresenta um nó de Aspecto (Asp), o qual desencadeia a leitura aspectual imperfectiva dessas construções e abriga a morfologia *-r* da forma infinitiva.

- c. Quais são os núcleos nominais presentes na estrutura sintática das nominalizações infinitivas do PB?

Hipótese: propomos que a porção nominal das nominalizações infinitivas é composta por um núcleo nominalizador n , que se concatena estruturalmente acima do núcleo Asp. Esse categorizador, além de nominalizar a estrutura, também é assumido como o núcleo responsável pela atribuição de Caso genitivo ao DP estruturalmente mais alto na entrada dos argumentos. Propomos ainda, outro núcleo de natureza nominal presente na estrutura, a saber, o núcleo D, que introduz o determinante, elemento característico das estruturas de infinitivo nominal.

- d. Como o argumento interno das nominalizações infinitivas é inserido na estrutura sintática?

Hipótese: especificamente quanto ao argumento interno, assumimos que ele é inserido através do categorizador verbal, dispensando a ideia de que a raiz propriamente dita possa ser responsável por fazê-lo (cf. MINUSSI e BASSANI, 2015).

- e. Como o argumento externo das nominalizações infinitivas é inserido da estrutura sintática?

Hipótese: o argumento externo é inserido via núcleo *Voice* (KRATZER, 1996). Tal argumento pode ser realizado por um PRO ou por um DP. Quando realizado por PRO, ele pode ganhar referência através da coindexação a outros elementos da sentença, como o agente introduzido via preposição *por* ou um possessivo. Se, por outro lado o PRO não for coindexado, o argumento externo permanecerá conceitualmente interpretado, mas não especificado na sentença.

- f. Por que os argumentos do infinitivo nominal são inseridos através de preposição?

Hipótese: a preposição *de* que antecede os argumentos da nominalização infinitiva é analisada como o reflexo morfofonológico da valoração de Caso genitivo através de *Agree* (CHOMSKY, 2000, 2001) entre o núcleo categorizador n e o argumento que está estruturalmente mais alto. Se o argumento externo for um DP pleno, a atribuição de genitivo é feita a ele, dada sua posição sintaticamente alta. Se, por

outro lado, o argumento externo for um PRO, então, o Caso genitivo é atribuído ao argumento interno. Nesse cenário, assumimos que o argumento interno faça um movimento da posição de complemento de vP para o especificador do núcleo Asp. Esse movimento é motivado por questões de localidade.

- g. Por que não há atribuição de Caso acusativo nas nominalizações infinitivas?

Hipótese: propomos que o núcleo de *Voice* presente nas nominalizações infinitivas é de natureza não ativa, conforme proposto por Alexiadou (2013). Dessa forma, esse núcleo tem a propriedade de licenciar o argumento externo, mas não a atribuição de Caso. Esse núcleo também tem como característica a propriedade de poder ser concatenado a projeções nominais no curso da derivação sintática.

- h. Qual a posição sintática do afixo *-r* compartilhado tanto pela forma verbal como pelo infinitivo nominal?

Hipótese: assumimos que o afixo *-r* é a realização do núcleo Asp, ou mais especificamente, do traço imperfectivo desse núcleo nas nominalizações infinitivas. Assim, propomos que tal morfema não ocupa a posição do categorizador nominal. Essa análise traz uma importante evidência (contra GRIMSHAW, 1990; ALEXIADOU, 2001) de que nominalizações zero podem ter estrutura argumental obrigatória.

1.5 MAPA DA DISSERTAÇÃO

Para investigar as hipóteses delineadas na seção acima, esta dissertação está organizada em mais quatro capítulos, além deste de introdução. No capítulo 2, contextualizamos o fenômeno da nominalização infinitiva no escopo do fenômeno da Conversão Morfológica. Através da discussão das fragilidades apresentadas por propostas lexicalistas para o fenômeno (BASÍLIO, 1982; FLORES, 2013; LIEBER, 1992, 2004, 2005; VILLALVA, 2013), argumentamos em favor da abordagem sintática que será adotada ao longo da pesquisa. O capítulo 3, por sua vez, é dedicado à apresentação de algumas propostas disponíveis na literatura (MIGUEL, 1996; VÁZQUEZ, 2002; BRITO, 2012, 2013), RESENDE (2020) que trataram dos nominais infinitivos em variadas línguas românicas, como o espanhol, o português europeu, o italiano e, mais recentemente, o PB. Já o capítulo 4, traz uma descrição do comportamento do

infinitivo nominal do PB, destacando as propriedades empíricas que nortearão a análise teórica desenvolvida no capítulo seguinte. O quinto capítulo, por sua vez, é composto pela implementação da proposta sintática que trazemos para o infinitivo nominal no âmbito desta dissertação. Por fim, apresentamos nossas considerações finais e abrimos perspectivas para questões a futuras que se revelam como caminhos despertados por esta pesquisa.

CAPÍTULO 2

UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DO INFINITIVO NOMINAL: REVISITANDO O PROCESSO DE CONVERSÃO MORFOLÓGICA

2.1 INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO

Este capítulo⁵ faz uma contextualização mais ampla do infinitivo nominal, inserindo-o no escopo do processo de formação de palavras conhecido como Conversão Morfológica, doravante CM, que se caracteriza pela ocorrência de uma mesma forma morfofonológica em diferentes contextos categoriais.

Explorando de maneira mais geral a natureza da CM, estabelecemos, neste capítulo, o ponto de partida teórico para a análise a ser desenvolvida ao longo da dissertação, pois consideramos que a existência de um fenômeno linguístico desse tipo constitui uma importante evidência empírica em favor:

- a. da hipótese de que a categoria é resultado não de uma especificação lexical, mas da organização dos morfemas no interior da palavra e do ambiente sintático propriamente dito em que essa formação se encontra;
- b. de um modelo teórico que possibilita uma forte interação entre a estrutura da palavra e a estrutura da sentença, uma vez que a categoria de um elemento tem grandes implicações para a estrutura sentencial.

Dessa maneira, portanto, este capítulo tem por objetivo argumentar em favor da perspectiva sintática que é assumida na análise proposta nesta dissertação. Para tanto, a estratégia adotada inclui essencialmente revisitarmos alguns tratamentos lexicalistas para o fenômeno da CM existentes na literatura (BASÍLIO, 1982; FLORES, 2013; LIEBER, 1992, 2004, 2005; VILLALVA, 2013), apontando em cada caso as inadequações dessas propostas. A nossa argumentação é a de que, em grande medida, tais inadequações parecem estar diretamente atreladas à visão de categoria que as propostas lexicalistas apresentam, ou mais propriamente,

5 Uma versão anterior da proposta delineada neste capítulo foi publicada em Souza e Armelin (2018).

às tentativas de se relegar o tratamento da CM ao léxico. Nesse sentido, entendemos que as fragilidades das propostas lexicalistas podem, então, ser compreendidas, em última análise, como uma espécie de evidência em favor de abordagens de natureza mais sintáticas, como a análise que propomos no capítulo 5 desta dissertação.

Para tanto, este capítulo está dividido da seguinte maneira: na seção 2.2, apontamos algumas das controvérsias existentes na literatura associadas à natureza do fenômeno de CM. A seção 2.3, por sua vez, apresenta algumas propostas lexicalistas para esse fenômeno, trazendo ainda nossas discussões para cada uma das análises apresentadas. Já na seção 2.4, fazemos uma breve discussão em torno da natureza das categorias, apontando para as vantagens de uma visão sintática da categorização e abrindo caminho para uma perspectiva sintática de análise para o infinitivo nominal. Por fim, a seção 2.6 traz as considerações finais que encerram o capítulo.

2.2 CARACTERIZANDO O FENÔMENO DA CONVERSÃO MORFOLÓGICA

Em linhas gerais, o fenômeno da CM pode ser caracterizado como uma mesma forma linguística ocorrendo em diferentes categorias lexicais sem sofrer, no entanto, qualquer alteração morfológica (CUNHA e CINTRA, 1985; CEGALLA, 1989; DON 1993; BAUER e VARELA, 2005; VILLALVA, 2013):

As palavras podem mudar de classe gramatical sem sofrer modificação na forma. Basta, por exemplo, antepor-se o artigo a qualquer vocábulo da língua para que ele se torne um substantivo. Assim: Ele examinou os prós e os contras da proposta. Esperava um sim e recebeu um não.

(CUNHA e CINTRA, 1985, p. 93)

Conversão – pelo menos em idiomas analíticos como o inglês – é o processo pelo qual os itens lexicais mudam de categoria sem qualquer mudança concomitante na forma.

(LIEBER, 2005, p. 418- *tradução nossa*)⁶

O paradigma em (1) a seguir, ilustra o comportamento empírico desse fenômeno a partir da alteração categorial atrelada à forma do infinitivo, foco de análise desta dissertação:

⁶ “Conversion – at least in analytical languages like English – is the process by which lexical items change category without any concomitant change in form.” (LIEBER, 2005, p. 418)

- (1) a. A proprietária pediu para o João vender[**verbo**] a casa velha.
 b. O vender [**nome**]da casa velha foi pedido pela proprietária.

Como podemos observar nos dados, a forma infinitiva *vender* ocorre com dois rótulos categoriais distintos: em (1a) como verbo e em (1b) como nome. Os detalhes do comportamento empírico em especial das formas em (1b) serão tema dos próximos capítulos, mas já é possível notar que a categoria da forma infinitiva não é diretamente apreendida a partir da sua forma morfológica isoladamente, mas passa a ficar evidente a partir das relações estabelecidas entre o infinitivo e os outros elementos que compõem a sentença. Nesse sentido, como é possível observar em (1a), a forma *vender* apresenta um comportamento verbal, estabelecendo, por exemplo, relações de concordância de número e pessoa com o sujeito. Assim, se substituirmos, por exemplo, *o João* por um elemento no plural, tal como *os meninos* ou *nós*, veremos que o infinitivo passa a licenciar a flexão de número e pessoa como nas formas *venderem* e *vendermos*, respectivamente. Já em (1b), por sua vez, o infinitivo aparece antecedido de um determinante, em posição canônica de nome, sem que qualquer concordância de número e pessoa seja licenciada. Da mesma forma, em (1a) é possível reconhecer a atribuição de acusativo para o objeto (*a casa velha*), como é típico do comportamento verbal, enquanto em (1b), por outro lado, esse elemento aparece necessariamente preposicionado, o que é típico do comportamento nominal.

Do ponto de vista empírico, é importante notar que essa alternância de categoria em uma mesma forma morfológica, característica da CM, não é uma propriedade somente do infinitivo nominal, já que o escopo desse fenômeno é consideravelmente abrangente. É possível encontrar na tradição gramatical, por exemplo, diversas possibilidades de ocorrência do fenômeno da CM:

- (2) a. de substantivos próprios a comuns: damasco, macadame, quixote;
 b. de substantivos comuns a próprios: Coelho, Leão, Pereira;
 c. de adjetivos a substantivos: capital, circular, veneziana;
 d. de substantivos a adjetivos: burro, (café)-concerto, (colégio)-modelo;
 e. de substantivos, adjetivos e verbos a interjeições: silêncio! Bravo! Viva!
 f. de verbos a substantivos: afazer, jantar, prazer;
 g. de verbos e advérbios a conjunções: quer... quer, já...já
 h. de participípios (presente e passado) a preposições: mediante, salvo;
 i. de participípios (presente e passado) a substantivos e adjetivos: conteúdo, resoluto.

(CUNHA e CINTRA, 1985, p.93)

Dessa maneira, antes de nos aprofundarmos na discussão do infinitivo nominal, um dos possíveis subtipos da CM, uma discussão a respeito do fenômeno como um todo pode apontar para caminhos interessantes de análise, uma vez que, de fato, a natureza desse processo de formação de palavras ainda é tema de debate na literatura. A citação de Bauer e Varela (2005) abaixo, por exemplo, explicita como o tratamento da CM está sujeito a questionamentos de diversas naturezas na literatura que se debruçou sobre o tema.

A conversão é geralmente definida como um processo derivacional que liga lexemas da mesma forma, mas que pertencem a diferentes classes de palavras. Praticamente tudo isso foi questionado em um ponto ou outro e, ainda assim, o conceito de conversão permanece em uso, da mesma forma que o sistema convencional de classes de palavras também o faz nas línguas para as quais ele é teoricamente inadequado.

(BAUER e VARELA, 2005, p.8- *tradução nossa*⁷)

As controvérsias associadas ao fenômeno da CM também podem ser notadas, por exemplo, no fato de que nem mesmo a nomenclatura atribuída a tal fenômeno pode ser considerada única, uma vez que a CM tem recebido diversas nomeações a depender da perspectiva de análise adotada. Algumas nomenclaturas encontradas na literatura podem ser vistas abaixo:

- (3) a. Derivação Inorgânica (MURIEL, 1999);
- b. Habilitação (NUNES, 1930);
- c. Derivação Imprópria ou Regressiva (RIBEIRO, 1933; CUNHA e CINTRA, 1985);
- d. Conversão ou Hipóstase (CUNHA e CINTRA, 1985);
- e. Transcategorização (BARRETO, 1996)

Essa variedade de nomenclaturas parece revelar exatamente um panorama de pouco consenso a respeito da natureza do fenômeno em si. Tal fato fica ainda mais saliente se atentarmos para o debate que o acompanha e que diz respeito, mais especificamente, ao componente da gramática no qual a CM deveria ser analisada. Algumas propostas encontradas na literatura podem ser vistas abaixo:

⁷ “Conversion is usually defined as a derivational process linking lexemes of the same form but belonging to different word classes. Virtually all of this has been questioned at one point or another, and yet the concept of conversion remains in use, very much as the conventional system of word-classes does in languages for which it is theoretically inadequate.” (BAUER e VARELA, 2005, p.8)

- (4) a. Semântica (SAID ALI, 1964; CUNHA e CINTRA, 1985)
 b. Léxico (VILLALVA, 2013)
 c. Sintaxe (KEHDI, 1989)
 d. Semântica e Estilística (CEGALLA, 1989)

Assim, alguns autores propõem que a CM não pode ser entendida como um fenômeno morfológico, ou seja, que tal processo nem deve ser compreendido como um processo de formação de palavras propriamente dito, tal como fica evidente nos trechos abaixo:

A mudança de sentido e de função que sofrem as palavras examina-se em outras partes da gramática, e, a dedicar-se uma parte especial a tão importante assunto deverá denominar-se semântica e não derivação.

(SAID-ALI, 1964, p. 231)

O processo da derivação imprópria não interessa à morfologia, mas sim à semântica e à estilística.

(CEGALLA, 1989, p.97)

A rigor a derivação imprópria [...] não deve ser incluída entre os processos de formação de palavras que estamos examinando, pois pertence à área da semântica e não à da morfologia.

(CUNHA e CINTRA, 1985, p.94)

Diferentemente dos autores acima, destacamos a ideia seminal de Kehdi (1989), que esboça justamente uma caracterização de teor mais sintático, atribuindo o lugar da CM a esse componente, especificamente a partir da ideia de que há traços formais diretamente ligados a esse processo de formação de palavras.

[...] Todas as considerações acima permitem-nos observar que a derivação imprópria (ou conversão) é um processo também caracterizado por traços formais, o que nos leva a divergir da posição de Celso Cunha e Lindley Cintra, que o integram à área da semântica.

(KEHDI, 1989, p.63)

Inserindo-nos neste debate, propomos, neste capítulo, que a CM é uma evidência de que a formação de palavras é, na verdade, resultado de um processo sintático. Para tanto, na próxima seção, exploramos mais detalhadamente algumas propostas de autores que atribuem a CM especificamente ao componente lexical, responsável, nessa perspectiva, por formar as palavras que serão posteriormente organizadas no interior da sentença.

2.3 ABORDAGENS LEXICALISTAS PARA A CONVERSÃO MORFOLÓGICA

As abordagens lexicalistas para a CM têm como característica subjacente a assunção de que as formas morfológicas já viriam previamente categorizadas do componente lexical. Dentro dessa perspectiva, apresentamos e discutimos as análises de Basílio (1982), Flores (2013), Lieber (2005) e Villalva (2013), apontando, em cada um dos casos, as fragilidades advindas do tratamento lexical da CM.

A escolha por direcionar o foco da discussão para análises de cunho lexicalista se justifica diante do fato de que a noção de categoria como propriedade lexical parece ser – em grande medida – responsável pelos problemas que tais propostas apresentam. A partir dessa constatação, apontamos que um caminho sintático de categorização de raízes, nos moldes da MD (HALLE e MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997), pode se mostrar como mais promissor na abordagem de um fenômeno dessa natureza, abrindo, então, a perspectiva para a análise que será proposta nesta dissertação.

2.3.1 Basílio (1982) e Flores (2013): a distinção entre substantivos plenos e precários

Ao tratar especificamente da CM entre adjetivos e nomes, Basílio (1982) propõe uma subcategorização dos dados relevantes em dois níveis a que a autora chama de substantivação plena e de substantivação precária. Mais especificamente, a substantivação plena diz respeito a elementos que inicialmente são categorizados como adjetivo, mas que apresentam a sua categoria alterada para substantivo, assumindo, assim, todas as características de um nome. A substantivação precária, por sua vez, engloba casos em que a forma resultante não apresenta todas as características de um substantivo, restando, assim, algumas propriedades que são características de um comportamento adjetival.

Para sustentar essa subdivisão, Basílio (1982) se apoia na criação de sentenças que têm como objetivo verificar o comportamento das formas analisadas. Mais especificamente, os adjetivos são alocados em diversos contextos nominais. Entre tais contextos estão, por exemplo, a alternância entre diversos tipos de determinantes, a verificação do comportamento das formas analisadas em relação aos traços de gênero e número, além da sua distribuição em diferentes posições sintáticas características de nomes.

É importante ressaltar, no entanto, que, apesar dos diversos testes morfossintáticos acima destacados, é a semântica que é tomada mais propriamente como central na classificação proposta pela autora. Dessa maneira, ao descrever a proposta de Basílio (1982), Flores (2013)

discute os exemplos abaixo:

- (5) a. O policial cumprimentou o *idoso*.
b. A professora entregou a prova ao *bonito*.

(FLORES, 2013, p.30)

Em (5a), o item *idoso* assumiria, na visão dos autores, todas propriedades de um substantivo, sendo, portanto, um exemplo de substantivação plena. Nessa linha de análise, seria possível, segundo Basílio (1982) e Flores (2013), entender que *o idoso* em (5a) se refere a um indivíduo específico, o qual carrega a característica de ser idoso, evidenciando, assim, uma substantivação completa, plena. No entanto, em (5b), a interpretação que temos, na mesma linha de análise, seria a de que, dentre todos os indivíduos, a professora entregou a prova ao indivíduo que era bonito. Assim sendo, Basílio (1982) propõe que o adjetivo *bonito* é interpretado como o referente de um substantivo elíptico, caracterizando assim um caso de substantivação precária.

Na nossa visão, é importante apontar que uma questão que fica latente na proposta de Basílio (1982) e, naturalmente também na análise de Flores (2013), como veremos adiante, é que o limite entre a presença de um substantivo chamado pleno ou de um substantivo elidido

não fica claro, uma vez que também é possível atribuir ao item *idoso* em (5a) uma interpretação de que, dentre todos os indivíduos, o policial cumprimentou aquele que era idoso. Tal interpretação é exatamente a utilizada pela autora para definir os casos de substantivação precária. Assim sendo, o limite entre a presença de um substantivo elidido e a conversão de um adjetivo para substantivo parecer ficar bastante frágil.

Flores (2013), retomando a abordagem de Basílio (1982), analisa formações em X-do, a partir de frases retiradas do jornal O Globo, em que tal elemento parece ocorrer como substantivo. Da mesma forma que Basílio (1982), o autor propõe uma divisão entre substantivos plenos, tal como *acusado* em (6a), e precários, tal como *afastado* em (6b).

- (6) a. O *acusado* jamais negou o recebimento desse dinheiro, que veio do Partido dos Trabalhadores com destinação diferente da imaginada pela acusação.

- c. Até o início da noite, o vereador e agora prefeito Sérgio Xavier e o prefeito *afastado* Demerval não tinham comentado o caso.

(FLORES, 2013, p.45 e 46 – retirado do jornal *O Globo*)

Na proposta do autor, a partir da sentença em (6a) acima, seria possível concluir que a formação X-do *acusado* é um substantivo pleno, uma vez que tal elemento apresenta todas as propriedades típicas de um substantivo. Assim como os testes de Basílio (1982), o autor assume

que as propriedades relevantes para sustentar tal classificação ficam explicitadas a partir dos testes de substantivação mostrados em (7) abaixo:

- (7) a. O acusado chegou ao tribunal.
 b. A acusada respondeu ao processo em liberdade.
 c. Vi um acusado sorrindo na delegacia
 d. Vi, uma acusada sorrindo na delegacia.
 e. Vi três acusados na delegacia.
 f. O advogado de um acusado falou em tortura.
 g. Uma vizinha denunciou esse acusado.
 h. Uma vizinha denunciou essa acusada.
 i. Dei um livro ao acusado.
 j. Dei um livro à acusada.

(FLORES, 2013, p.76)

Por outro lado, a formação X-do *afastado*, que aparece no exemplo em (6b), é analisada pelo autor, como um elemento adjetival cuja utilização como substantivo seria, portanto, restrita aos contextos de substantivação precária, em que tal elemento não apresenta todas as propriedades típicas de um substantivo. Esse comportamento é explicitado pelo julgamento de gramaticalidade das sentenças abaixo:

- (8) a. ? O afastado / *honesto chegou ao tribunal.
 b. ? A afastada / *honestas respondeu ao processo em liberdade.
 c. Vi? Um afastado / *honesto sorrindo na delegacia
 d. Vi? Uma afastada/*honestas sorrindo na delegacia.
 e. Vi? Três afastados / *três honestos na delegacia.
 f. O advogado de ?um afastado / *honesto falou em tortura.
 g. Um salva-vidas denunciou ?esse afastado / *honesto.
 h. Um salva-vidas denunciou ?essa afastada / *honestas.
 i. Dei um livro ?ao afastado / *honesto.
 j. Dei um livro ?à afastada / *honestas.

(FLORES, 2013, p.77)

Em linhas gerais, podemos dizer que, na linha de Basílio (1982) e Flores (2013), um adjetivo convertido em substantivo pleno apresentaria algumas características centrais.

Semanticamente, então, esse substantivo pleno seria utilizado para a denominação de entidades; morfologicamente, por outro lado, tal forma apresentaria todas as possibilidades de flexão de número e gênero e, por fim, do ponto de vista sintático, o substantivo pleno seria licenciado como núcleo do sintagma nominal em diversas funções sintáticas. Além disso, um substantivo pleno deve poder ocorrer diante de diversos tipos de determinantes como artigos definidos e indefinidos, numerais, quantificadores e pronomes demonstrativos.

Assim, os exemplos em (7a-j), bem como em (8a-j) seriam, na verdade, tentativas de aplicação de testes de variados níveis linguísticos nas formações em X-do, levando em conta as características das formas analisadas em cada um dos contextos considerados como prototípicos de um substantivo. Mais especificamente, os casos em que a aplicação do teste resulta em agramaticalidade, são analisados como exemplos de uma substantivação precária.

No entanto, o que queremos apontar é que as (a)gramaticalidades dos dados em (7) e (8) não nos parecem consensuais, de modo que tais testes talvez não sejam suficientes para refletir a diferença que está sendo proposta tanto em Basílio (1982), como em Flores (2013). Assim, não fica clara, por exemplo, qual seria a caracterização categorial apropriada para a forma *afastado*, que, nos testes em (8), recebe um julgamento com uma certa degradação: tal forma não parece funcionar nem como um substantivo tão pleno, como a forma *acusado* em (7), mas também não parece ser um substantivo tão precário como a forma *honesto* em (8). Nesse sentido, o limite entre uma substantivação plena ou precária ainda parece não ser suficientemente claro na proposta do autor.

Dessa mesma forma, é importante ressaltar que o processo responsável por transformar um adjetivo em substantivo pleno não chega a ser formalmente explicitado, nem em Basílio (1982), nem em Flores (2013), de modo que a natureza do processo ainda continua obscurecida. Por fim, é relevante notar que o próprio espírito dos testes utilizados em Basílio (1982) e em Flores (2013) aponta para a ideia de que a explicitação da categoria é resultado do ambiente sintático a formação relevante se encontra e não do item lexical em si, o que parece nos direcionar para a ideia de que a categoria não pode ser compreendida como especificação lexical propriamente dita.

2.3.2 Lieber (1992, 2004, 2005): Conversão como “relistagem” no léxico

Ainda no escopo das propostas lexicalistas, Lieber (1992, 2004, 2005) levanta a hipótese de que a Conversão seria, na realidade, um processo de “relistagem”, em que a mesma forma linguística é listada novamente no léxico, portando informação categorial distinta da que possuía anteriormente. Ao tratar especificamente desse fenômeno, Lieber (1992, 2004, 2005) objetiva elencar argumentos que forneçam evidências de que, na verdade, o processo de CM não é de fato interno à gramática, ou seja, não se trata de um processo propriamente morfológico ou sintático, mas sim, de um fenômeno do uso ou mais especificamente da percepção criativa do falante de que tal elemento linguístico poderia ser utilizado de outra forma em outra categoria. Nessa linha de raciocínio, Lieber (1992, 2004, 2005) propõe que a CM, em linhas

gerais, seja compreendida como um processo de cunhagem criativa, sendo que os falantes teriam um conhecimento internalizado a respeito de quais formas estão disponíveis para esse processo de cunhagem a partir do uso de outras formas relistadas na língua. Assim, nas palavras da autora:

“[...] se a conversão é uma espécie de relistagem no léxico, então é uma espécie de cunhagem criativa, [...] em vez de uma forma verdadeiramente produtiva de formação de palavras. Como tal, novas instâncias de conversão devem mostrar as características de outras cunhagens criativas. Nós devemos perceber as cunhagens recentes como novas ou ímpares. Elas devem parecer bonitas, engraçadas ou censuráveis. Em resumo, deveriam ser o tipo de novas palavras que notamos. Minha impressão novamente é que isso é verdade para o inglês. Novos verbos formados pela conversão de substantivos costumam parecer ímpares ou estranhos”.

(LIEBER, 1992, p.163-*tradução nossa*⁸)

Para sustentar essa ideia, Lieber (1992, 2004, 2005) argumenta, por exemplo, que verbos convertidos em inglês possuem estrutura argumental mais variada do que aconteceria com verbos que passaram por um processo comum de afixação, tal como os verbos com afixo *-ize*, por exemplo. Assim, a autora assume que se os casos de CM fossem estritamente similares aos demais processos de afixação na língua – isto é, se o processo de CM fosse uma instância de afixação zero – seria esperado que o comportamento dessas formas fosse estruturalmente semelhante ao comportamento dos demais afixos da língua, o que, segundo a autora, não ocorre.

“[...] se a conversão fosse com afixação zero, esperaríamos que um afixo zero putativo se comportasse exatamente como um afixo aberto fonologicamente. Afixos fonologicamente evidentes geralmente determinam o gênero, as características morfossintáticas, a estrutura do argumento e a categoria de suas formas derivadas. Mas as formas convertidas geralmente exibem uma variedade de gêneros, classes morfossintáticas ou estruturas de argumento.

(LIEBER, 2005, p. 421- *tradução nossa*⁹)

A conclusão da autora, então, é a de que a CM não pode ser considerada uma

8 “[...] if conversion is a sort of relisting in the lexicon then it is a kind of creative coinage [...], rather than a truly productive form of word formation. As such, new instances of conversion should show the characteristics of other creative coinages. We should perceive recent coinages as new or odd. They should strike us as cute or funny or objectionable. They should, in short, be the sort of new words that we notice. My impression again is that this is true for English. New verbs formed by conversion from nouns often do strike us as odd or outlandish”. (LIEBER, 1992, p.163)

9 “[...] if conversion were zero-affixation, we would expect a putative zero-affix to behave exactly as a phonologically overt affix does. Phonologically overt affixes typically determine the gender, morphosyntactic features, argument structure, and category of their derived forms. But converted forms often display a variety of genders, morphosyntactic classes, or argument structures.” (LIEBER, 2005, p. 421)

instanciação dos processos de formação de palavras por meio da afixação de um morfema zero. Desse modo, esse processo não seria propriamente de teor morfológico, mas sim o resultado de uma cunhagem criativa que concerne, mais especificamente, à língua em uso.

A conversão não é afixação zero, nem mesmo um processo direcional, mas sim um processo de relistagem no léxico. Quando os substantivos se tornam verbos, eles são simplesmente reinsertados no léxico mental como novas formas. O processo não é derivacional, na verdade, mas é mais semelhante à cunhagem.

(LIEBER, 2005, p. 421 – *tradução nossa*¹⁰)

Uma ilustração da proposta de relistagem de formas categorizadas no léxico de Lieber (1992, 2004, 2005) pode ser vista a seguir:

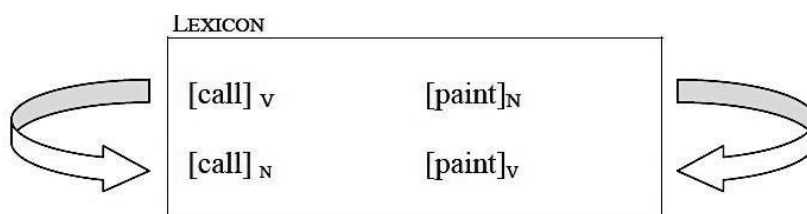


Figura 2- A relistagem no Léxico (LIEBER 1992, 2004, 2005)

(baseado em DON, 2005, p.2)

Ao olharmos, no entanto, para a formação do infinitivo nominal no PB, foco desta pesquisa, é possível notar que esse tipo de abordagem parece se mostrar inadequada e insuficiente, na medida em que deixa de capturar o fato empírico de que tais formações estão sujeitas a um comportamento sistemático e regular, portanto possível de ser capturado formalmente. Essa sistematicidade, que exploraremos nos próximos capítulos, não seria esperada se a CM, tal como postula Lieber (1992, 2004, 2005), fosse simplesmente um resultado de anotação no léxico.

Esse mesmo tipo de observação também é desenvolvido em Don (2005) a partir do comportamento de dados de CM do inglês, do alemão e do holandês. Mais especificamente, Don (2005) apresenta argumentos em favor do fato de que a CM, nessas três línguas, está sujeita a restrições gramaticais em variados níveis, tal como o morfológico, o fonológico e o semântico,

10 “conversion is not zero-affixation, nor indeed any directional process at all, but rather is a process of relisting in the lexicon. When nouns become verbs, they are simply reentered in the mental lexicon as new forms. The process is not derivational at all, in fact, but rather is more akin to coinage.” (LIEBER, 2005, p. 421)

por exemplo. Restrições desse tipo não podem ser capturadas, no entanto, por uma proposta que considera o fenômeno como uma relistagem lexical. Em outras palavras, generalizações gramaticais relacionadas à CM, não poderiam ser explicadas sob a hipótese de Lieber (1992, 2004, 2005), uma vez que tal hipótese implica que qualquer item lexical poderia ser relistado em outra categoria.

Ao expor as restrições fonológicas, morfológicas e semânticas envolvidas no processo de CM, Don (2005) descarta a proposta de relistagem e assume que a conversão se trata da afixação de um morfema zero na forma de base, o que permitiria explicar uma série de restrições de ordens diversas que parecem ser empiricamente atestadas para as formas convertidas e que não seriam contempladas por uma proposta que assumia um processo de relistagem de formas cunhadas com base no uso.

Diante das generalizações empíricas encontradas na formação do infinitivo nominal no PB, na mesma linha de Don (2005), propomos que uma abordagem de relistagem nos moldes de Lieber (1982, 2004, 2005) parece ser inadequada do ponto de vista explicativo. No entanto, além disso, ao assumirmos uma visão sintática da CM, propomos que o comportamento empírico do infinitivo nominal pode ser previsto através da combinação dos diferentes núcleos funcionais presentes na sua estrutura sintática.

Nesse sentido, apontamos que a ideia de uma mera relistagem lexical com uma categoria distinta não dá conta de explicar o comportamento empírico dos infinitivos nominais, tendo em vista que essas formas parecem, como veremos mais adiante, abarcar um comportamento misto entre características prototipicamente verbais – como, por exemplo, a manutenção da estrutura argumental, a modificação por advérbios ou a possibilidade de negação – e características notadamente nominais – como a anteposição de um determinante e o licenciamento da modificação por adjetivos, por exemplo.

Por fim, uma vez que o infinitivo nominal no PB parecer ser um processo bastante produtivo do ponto de vista do seu potencial de formação, então, um processo de anotação de duas formas idênticas com categorias distintas parece ser um procedimento pouco econômico para a análise dessas formas.

2.3.3 Villalva (2013): Conversão entre raízes e formas flexionadas

A análise desenvolvida por Villalva (2013) propõe a separação do processo de CM em dois diferentes subtipos: a Conversão entre raízes, como em (9a), e a Conversão entre formas flexionadas, como em (9b).

- (9) a. [atac]verbo [ataqu]nome
 b. [olhar]verbo [olhar]nome

Dessa maneira, segundo a autora, em (9a) temos uma raiz verbal que se converte em uma raiz nominal, gerando pares de dados, tais como *atacar* e *ataque*, respectivamente. Em (9b), por outro lado, a forma flexionada *olhar* é inicialmente um verbo e se converte, já com a marca flexional, em um nome que se superficializa em formações como *o olhar*. Ainda segundo a autora, o próprio fato de que o resultado de uma operação de Conversão poder ser uma raiz seria uma evidência de que tal processo de formação de palavras deve acontecer no léxico, afastando-o, por exemplo, da sintaxe e da semântica.

No sistema proposto em Villalva (2013), uma das ideias centrais assumida é a de que raízes possam apresentar uma categoria intrínseca no léxico. Essa ideia é desafiada empiricamente pelo fato de que não são incomuns os casos em que uma mesma raiz aparece em diferentes contextos categoriais. Além disso, nesse sistema, é necessário assumir uma categoria inicial a partir da qual as outras categorias são derivadas. No entanto, a ideia de Conversão Morfológica entre raízes é problemática, de modo que igualmente se poderia assumir que a raiz em (9a) é inicialmente um nome ou ainda que não há relação derivacional alguma entre verbos e nomes, mas apenas o compartilhamento de uma raiz. Ainda é interessante ressaltar que a natureza da operação lexical capaz de transformar a categoria da raiz não é formalmente explicitada, de modo que os limites e as condições desse processo não são totalmente explorados.

Na verdade, a autora explicitamente rejeita a ideia de uma raiz acategorial através de argumentos que estão atrelados às propriedades idiossincráticas do processo de CM, tais como:

- (i) O gênero e a classe dos nomes
[...] fundo and seco are –o ending masculine nouns, whereas mancha and seca are a- ending feminine nouns.
 (VILLALVA, 2013, p. 125)
- (ii) A variabilidade dos adjetivos
[...] fundo/funda is a variable adjective, but doce is invariable
 (VILLALVA, 2013, p. 125)
- (iii) A classe temática dos advérbios
[...] fundo is an –o ending adverb, but firme is an e- ending adverb
 (VILLALVA, 2013, p. 125)

(iv) A conjugação dos verbos
[...] fundar is 1st conjugation and fugir is 3^d

(VILLALVA, 2013, p. 125)

Para a autora, o fato de tais propriedades não serem previsíveis justifica a inserção desse processo no léxico, lugar tradicionalmente utilizado para tratar de idiossincrasias. No entanto, as questões indicadas em Villalva (2013) tão somente parecem apontar para o fato de que propriedades, tais como classe nominal, gênero e conjugação verbal, são não intrínsecas à raiz propriamente dita, uma vez que a mesma raiz pode aparecer associada a propriedades diversas. Se assim for, as idiossincrasias em questão não se constituem como um argumento propriamente contra a acategorialidade das raízes, mas contra aparelhar a raiz, seja com traço de classe, conjugação ou gênero.

Além disso, no que diz respeito especificamente à nominalização do infinitivo, apontado pela autora como resultado da Conversão entre formas flexionadas, é importante dizer que, assim como na proposta de Lieber (1982, 2004, 2005), a proposta de Villalva (2013) não parece ser suficiente para explicar o fato de que o infinitivo nominal do PB apresenta, ao mesmo tempo, tanto características verbais, como nominais. Uma abordagem sintática em que a nominalização efetivamente ocorra em uma camada alta na estrutura sintática, tal como proposto do capítulo 5 desta dissertação, é capaz de naturalmente prever esse comportamento.

Nesta subseção apresentamos brevemente alguns pontos centrais de abordagens da CM desenvolvidas em um viés teórico lexicalista, discutindo as lacunas características a cada uma delas. Na próxima seção, apresentamos uma redefinição sintática do processo, atentando para o fato de que a própria existência de um fenômeno dessa natureza parece ser uma evidência empírica em favor da ideia de que a categoria só é definida dentro de um contexto sintático maior, explicitando uma interação entre a formação de palavras e a formação de sentenças.

2.4 A NATUREZA DAS CATEGORIAS

A percepção de que as palavras de uma língua podem ser agrupadas em diferentes classes remonta a uma longa tradição nos estudos da linguagem. Nascida na tradição grega e filtrada pela visão dos romanos, a divisão nas chamadas “partes do discurso” é uma importante contribuição para o pensamento linguístico, influenciando grande parte da visão que se tem, ainda hoje, sobre a linguagem. Elemento constitutivo das gramáticas contemporâneas, as classes de palavras têm, em sua base, uma divisão funcional e semântica, mas não formal.

Com o desenvolvimento das teorias formais de gramática, tal como a tradição de Princípios e Parâmetros, a noção de categoria lexical não atinge grandes avanços em termos explicativos. Em Chomsky (1981:48), por exemplo, as categorias lexicais são caracterizadas pela distribuição de traços $[\pm N]$ e $[\pm V]$, resultando no seguinte sistema:

- (10) As categorias lexicais em Chomsky
 (1981) $[\pm N, \pm V]$: Nomes
 $[-N, +V]$: Verbos
 $[+N, +V]$: Adjetivos
 $[-N, -V]$: Preposições

Conforme observado em Baker (2003), esse sistema de traços $[\pm N]$ e $[\pm V]$ é bastante fraco em termos de conteúdo, apresentando alguns problemas, tais como:

- (i) Esse sistema de traços não é bem integrado ao quadro teórico, uma vez que há poucos princípios que se referem a esses valores.
- (ii) Esse sistema de traços não define com precisão um conjunto de classes naturais coerente, uma vez que os dois únicos pares que não constituem uma classe naturaisão {Nome, Verbo} e {Adjetivo, Preposição}. No entanto, mesmo esses dois pares podem apresentar similaridades sintáticas translinguisticamente.
- (iii) Esse sistema de traços não tem nada a dizer sobre outras categorias lexicais, tal como a dos advérbios, por exemplo, que é excluída do rol de primitivos da gramática.

Devido à pouca atenção dada aos fenômenos morfológicos, as abordagens lexicalistas da teoria de Princípios e Parâmetros pouco tem a dizer sobre as diferenças entre as classes de palavras. Uma vez que a categoria morfológica é simplesmente entendida como informação anotada no léxico, o questionamento a respeito de quais são as condições necessárias e

suficientes para que determinada categoria seja formada simplesmente não se coloca naquele contexto. Assim, o item lexical é equipado com informações que se traduzem como verdadeiras instruções para a estruturação sintática, tal como o rótulo categorial, por exemplo. Nesse sentido, há pouco ou nenhum espaço para se colocar em questão a natureza categorial dos itens lexicais.

Modelos baseados nessa noção de léxico acabam por assumir a ideia de que, em algum nível, a estrutura sintática é, basicamente, o resultado da projeção de instruções lexicalmente codificadas. Rappaport Hovav e Levin (1998) se referem a esse tipo de abordagem como Projecionista. A projeção sintática, nesse sentido, nada mais é do que uma espécie de “checagem” de propriedades que são intrínsecas aos itens lexicais e independentes da sintaxe. Assim, repetir essas informações através da projeção de estrutura sintática introduz uma espécie de redundância no sistema.

Há evidências empíricas, no entanto, para se duvidar da ideia de que a natureza categorial possa ser intrínseca ao item lexical. De fato, não são difíceis de encontrar casos em que um mesmo elemento pode ser classificado em diferentes categorias lexicais a depender do ambiente sintático no qual ele se insere, tal como evidenciado pelos dados de CM:

- | | |
|---|----------|
| (11) Diferentes categorias em diferentes ambientes sintáticos | |
| a. O menino agiu <u>certo</u> / A menina agiu <u>certo</u> . | Advérbio |
| b. O partido <u>certo</u> não existe/ A resposta <u>certa</u> não existe. | Adjetivo |
| c. O <u>certo</u> é a dormir e acordar cedo. | Nome |

Se, como nos modelos lexicalistas, a categoria é uma propriedade do item lexical propriamente dito, então, o elemento *certo* teria que ser listado no léxico várias vezes, cada uma das quais com uma categoria lexical distinta, tal como proposto em Lieber (1992, 2004, 2005). O resultado disso seria um léxico desnecessariamente inchado, o que é indesejável em qualquer teoria.

Há pistas morfossintáticas, no entanto, para as diferentes classificações que o item *certo* assume em (11). Note-se que em um contexto sintático como (11a), *certo* permanecerá morfologicamente invariável, tanto em gênero quanto em número, independentemente dos traços formais do elemento que ocupa a posição de sujeito. Esse cenário é diferente, no entanto, do que ocorre em (11b). Nesse ambiente sintático, o item *certo* varia em gênero e número de acordo com os traços formais do elemento a que ele se refere. Nesse mesmo sentido, o item *certo* colocado no domínio sintático de um determinante, tal como em (11c), evidencia a formação de um nome. Essas evidências morfossintáticas parecem apontar para o fato de que a

categoria não é intrínseca a um determinado tem lexical, mas produto de relações estruturais sintaticamente estabelecidas.

Dessa mesma maneira, casos em que uma mesma raiz participa da formação de categorias variadas a depender da interação que estabelece com outros elementos na derivação sintática também são amplamente encontrados nas línguas, o que parece ser uma evidência de que a categoria lexical não é uma propriedade da raiz.

Tabela 1: Diferentes categorias: interação com morfologia afixal

RAIZ	A	B	C	D
√CERT	Certo	acertar	certeza	certamente
√SIMPL	simples	simplificar	simplicidade	simplesmente

Os dados na tabela acima estão indicando um interessante padrão: quanto mais informação morfossintática, mais clara fica a categoria da formação. Enquanto os elementos da coluna A têm estatuto categorial indefinido, podendo se tornar advérbios, adjetivos ou nomes (cf. 11a-c), a depender do contexto sintático em que são inseridos, os elementos da coluna B, por sua vez, apresentam estatuto categorial mais claro, o que se deve à presença de morfologia verbal. Dessa mesma maneira, os elementos na coluna C apresentam estatuto nominal também claro, como consequência da afixação de morfologia derivacional nominal e, por fim, os itens da coluna D são tradicionalmente classificados como advérbios, dada a afixação do formador *-mente*. Tais dados parecem apontar, mais uma vez, para o fato de que é na relação que a raiz estabelece com outros elementos da estrutura sintática que a categoria é estabelecida.

Nessa linha de raciocínio, as abordagens sintáticas de formação de palavras, tal como o quadro teórico da MD, possuem em sua base a rejeição aos modelos lexicalistas. O sistema computacional (syntaxe) passa a ser visto como responsável pela formação de palavras, sintagmas ou de sentenças. Nessas abordagens, as categorias lexicais deixam de ter estatuto de primitivo dentro da teoria da gramática, o que é consequência da ideia de que as raízes são entendidas como elementos desprovidos de categoria.

A hipótese de que as raízes são elementos acategoriais tem sido implementada de diferentes maneiras pelos diferentes quadros teóricos. Na MD, por exemplo, tal fato é representado através da postulação da existência de núcleos funcionais especializados (*n*, *v*, *a*), responsáveis por fornecer categoria à estrutura a que eles se anexam. Tais núcleos fazem parte do conjunto de elementos funcionais da língua e estão sujeitos ao processo de Inserção de Vocabulário. Embick e Marantz (2008) sistematizam a necessidade de concatenação entre raiz e núcleo categorizador através da Hipótese de Categorização delineada abaixo:

Raízes não podem aparecer (não podem ser pronunciadas ou interpretadas) sem serem categorizadas; elas são categorizadas através de concatenação sintática com núcleos funcionais definidores de categoria.

(EMBICK e MARANTZ, 2008, p. 6 – *tradução nossa*¹¹)

A ideia é que a raiz, desprovida de traços gramaticais, não pode se superficializar sem estar localmente atrelada a um núcleo categorizador (EMBICK e MARANTZ, 2008). Nesse sentido, um nome, por exemplo, é definido na relação local entre uma raiz e um núcleo categorizador *n*, enquanto um verbo é formado através da concatenação entre uma raiz e um núcleo categorizador *v* e assim por diante.

Desse modo, podemos caracterizar o processo de CM como uma mesma realização morfofonológica ocorrendo sob domínio de c-comando de diferentes núcleos de Projeção Estendida na sintaxe, a partir de uma raiz que não apresenta categoria prévia. Trata-se, então, de um processo sintático, na medida em que o contexto estrutural é o responsável por mapear as propriedades categoriais dos elementos que integram a sentença, deixando a natureza categorial evidente apenas a partir da distribuição e do comportamento sintático das formas.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo contextualizamos o infinitivo nominal, foco desta dissertação, no escopo de um fenômeno mais abrangente, a CM. Para tanto, o percurso percorrido nessa discussão abrangeu revisar algumas das propostas lexicalistas disponíveis na literatura para tratar desse fenômeno. Na discussão de cada uma dessas propostas apontamos algumas importantes fragilidades, que nos abrem a perspectiva para a necessidade de um caminho alternativo de análise.

Mais especificamente, a perspectiva alternativa que propomos assume que esse fenômeno é explicado com mais elegância e adequação analítica sob uma abordagem sintática de formação de palavras, tal qual a MD. Assim, assumimos que a Conversão Morfológica é um epifenômeno, que na verdade, é uma forte evidência em favor de uma concepção sintática de formação de palavras. Sob tal ótica, é possível argumentar que a possibilidade de uma mesma forma poder ser rotulada com diferentes categorias é, na verdade, consequência da acategorialidade das raízes e da assunção de que as palavras são formadas a partir da

¹¹ “Roots cannot appear (cannot be pronounced or interpreted) without being categorized; they are categorized by merging syntactically with category-defining functional heads.” (EMBICK e MARANTZ, 2008, p. 6)

organização das peças no ambiente sintático.

Posta essa discussão, o capítulo a seguir traz algumas análises disponíveis na literatura que trataram especificamente das nominalizações infinitivas. Tais propostas servirão como ponto de partida para a comparação entre os dados do PB e o infinitivo nominal em outras línguas românicas, fornecendo alguns dos ingredientes que são necessários para a descrição e análise do fenômeno no PB.

CAPÍTULO 3

ALGUMAS PROPOSTAS TEÓRICAS PARA O TRATAMENTO DO INFINITIVO NOMINAL

3.1 INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO

Diversas análises, em diferentes vertentes teóricas, têm sido propostas na literatura para o estudo das nominalizações. Na verdade, não são incomuns os debates que tomam paradigmas de nominalizações como objeto de estudo na proposição de linhas de análise teórica. Esse é o caso, por exemplo, de Chomsky (1970) que, ao colocar no centro da discussão as nominalizações do inglês, inaugura não só a chamada Hipótese Lexicalista, mas assinala também o nascimento da Teoria X-Barra. Isso também pode ser visto em Marantz (1997) que, ao revisitar as nominalizações discutidas em Chomsky (1970), argumenta em favor de um modelo não lexicalista de formação de palavras, como a Morfologia Distribuída.

Nesse mesmo sentido, se levarmos em consideração a proposta de Grimshaw (1990), desenvolvida em um quadro lexicalista, é possível dizer que a autora, ao colocar em discussão mais propriamente a questão da estrutura argumental das nominalizações, acaba por abrir portas também para as análises de cunho sintático, em que a estrutura de argumentos não é lexicalmente dada como informação primitiva, mas sintaticamente derivada. Esse estatuto da nominalização como um tipo de formação que fomenta debates a respeito do próprio lugar da morfologia na teoria da gramática evidencia a importância e complexidade do tema que, ainda hoje, está em plena efervescência especialmente para as teorias formalistas de língua, representando, então, uma importante fonte de estudos.

As questões sobre a natureza do infinitivo nominal, tema de pesquisa desta dissertação, inserem-se exatamente nesse debate. Para contextualizar essa formação no interior das discussões teóricas relevantes, neste capítulo serão apresentadas e discutidas algumas das propostas existentes na literatura que se debruçou sobre o tema. Tais propostas, juntamente ao comportamento dos dados descritos no próximo capítulo, formarão as bases para a nossa análise que será desenvolvida no capítulo 5 desta pesquisa.

3.1 O INFINITIVO NOMINAL NA LITERATURA

Privilegiando o escopo sintático estabelecido como linha teórica desta pesquisa a partir das discussões sobre a natureza do processo de CM no capítulo anterior, optamos, nas próximas subseções, por fazer um recorte que contempla essencialmente propostas nessa mesma linha de análise. Esse recorte nos possibilita um diálogo mais robusto, fornecendo um ponto estável de comparação para a proposta que será desenvolvida nesta dissertação. Além disso, optamos por reportar uma literatura que se debruçou a analisar o infinitivo nominal em línguas românicas, de modo a constituir os critérios de base descritiva que serão eleitos para apontar o comportamento do infinitivo nominal no PB. É importante ressaltar, no entanto, que as discussões das propostas dos autores nas subseções abaixo não têm a preocupação de apresentar exhaustivamente as propriedades empíricas de cada formação em cada uma das línguas, já que a descrição propriamente dita é tema do próximo capítulo e está restrita a um tipo de infinitivo nominal do PB, seguindo o recorte proposto no capítulo 1. Para fins de completude, no entanto, as remetemos o leitor ao anexo deste trabalho em que as propriedades empíricas destacadas em cada uma das análises aqui reportadas estão sistematizadas.

Assim, fornecemos, nas próximas subseções, uma apresentação mais focada efetivamente nas propostas de cada autor. Mais especificamente, serão apresentadas as análises de Miguel (1996) para o espanhol; Vázquez (2002) para o espanhol e italiano, Brito (2012, 2013) para os casos de nominalização infinitiva em português europeu e Resende (2020) para os dados do PB.

3.1.1 Miguel (1996): uma bipartição nos infinitivos nominais do espanhol

Miguel (1996) trata das distinções entre dois tipos de estruturas infinitivas introduzidas por determinante em espanhol. Nessa bipartição, um dos aspectos de contraste apontados pela autora diz respeito ao modo como ocorre a atribuição de caso dos DPs que acompanham a forma infinitiva. Os dados abaixo, reportados em Miguel (1996, p. 29) e retirados de obras de Cervantes, ilustram o contraste entre os dois tipos de formação:

- (1) a. *El decirlo tu y entenderlo yo me causa nueva admiración.*
- b. *El sosiego,... , la serenidad de los cielos, el murmurar de las fuentes [...]*

A partir dos dados acima, a autora aponta que tanto (1a) como (1b) consistem na seguinte estruturação: um infinitivo (*decir* e *murmurar*); um DP semanticamente identificável

como o sujeito do infinitivo (*tu e las fuentes*) e um determinante (*el*). No entanto, enquanto em (1a) o sujeito *tu* aparece com Caso no nominativo, o sujeito *las fuentes*, em (1b), aparece, por sua vez, no genitivo, o que fica claro pela presença da preposição *de*.

Esse comportamento pode ser entendido, segundo a autora, como evidência de que, em (1a), há um mecanismo específico para o licenciamento do argumento nominativo, ao passo que, em (1b), a preposição é o elemento responsável por fornecer Caso para o DP sujeito, uma vez que o mecanismo aplicado em (1a) não estaria disponível.

A partir desse contraste, Miguel (1996) aponta que exemplos como (1b) evidenciam que o infinitivo parece conter, na verdade, propriedades de natureza nominal. A comparação com (1a) demonstra, por outro lado, que os infinitivos em espanhol não formam uma classe homogênea. Assim, enquanto (1a) seria um tipo de infinitivo que apresenta um sujeito marcado com Caso nominativo e um objeto que aparece com um clítico acusativo (*lo*), por outro lado, (1b) apresenta um argumento que aparece com Caso genitivo. Além disso, outro contraste interessante apontado pela autora é que, em exemplos como em (1a), a presença do determinante é opcional, ao passo que, em casos como (1b), o determinante parece ser obrigatório.

A proposta de Miguel (1996) é que infinitivos como os que ocorrem em (1a) parecem apresentar um comportamento mais verbal, projetando um sujeito prototípico. Outro aspecto que pode confirmar essa percepção, segundo a autora, é o fato de que o infinitivo verbal parece ser capaz de exprimir noções como tempo e aspecto gramatical, tal como se pode ver na discussão do dado abaixo:

- (2) a. El llegari/j/k el nino tan tarde teníaj/tienej/tendrák preocupada a sufamilia.
(MIGUEL, 1996, p.32)

Para a autora, sentenças como (2a) mostram que o infinitivo pode apresentar leitura imperfectiva, denotando um evento que ainda está em andamento. A interpretação é de um fato que está acontecendo simultaneamente ao desenvolvimento do evento expressado pela oração matriz, que pode ser entendido, por sua vez, como passado, presente ou futuro em relação ao momento do ato de fala. Para os casos em que o infinitivo expressa um aspecto perfectivo, por outro lado, é possível observar que o evento descrito pelo infinitivo está terminado com relação ao momento em que o evento denotado pelo predicado principal, sendo, então, anterior ao tempo determinado pelo evento da sentença matriz, tal como na sentença abaixo:

(3) a. El haber llegado i/j/k el niño tan tarde tenía/tienej/tendrák preocupada a su familia.

(MIGUEL, 1996, p.32)

A ideia defendida na proposta da autora é que os infinitivos podem também expressar tempo, ou mais propriamente, um tempo não específico, em relação ao predicado da matriz. Tal comportamento é, segundo a autora, comumente encontrado em verbos e não é encontrado em nomes. Assim, os infinitivos do tipo de (1a), em Miguel (1996), são entendidos como formas verbais que apresentam traço aspecto e traços de tempo.

Assim, pode-se dizer que o infinitivo [...] é uma forma verbal com um traço específico de aspecto e um traço temporal relativo. Podemos concluir por um momento, então, que a forma infinitiva é um V. A próxima questão é determinar se essa é a única alternativa.

(MIGUEL, 1996, p.33- *tradução nossa*¹²)

O padrão descrito, de acordo com a autora, permite concluir que os infinitivos não são uma categoria mista, uma vez que nunca exibem propriedades verbais e nominais simultaneamente. O que ocorre, na verdade, é que os infinitivos podem ter um comportamento mais próximo a verbos ou a nomes, por consequência, diferentes tipos de estrutura são projetados dependendo do tipo de infinitivo que as encabeça. Em outras palavras, de acordo com Miguel (1996) os infinitivos podem apresentar propriedades nominais ou verbais que ocorrerão em distribuição complementar.

A partir das características elencadas para os infinitivos verbais e nominais do espanhol, Miguel (1996) discute o estatuto do afixo *-r*, que aparece em cada um dos subtipos de infinitivo. A proposta da autora é que há dois morfemas homófonos: um derivacional, presente nos infinitivos nominais e um flexional, que se realiza nos infinitivos verbais.

Nesse sentido, segundo a autora, o afixo *-r* que deriva os infinitivos nominais se anexa a um radical verbal e o recategoriza como [+ N], o que explica a obrigatoriedade de um núcleo D com infinitivos nominais. Além disso, é importante ressaltar que, mesmo sendo de natureza nominal, tal elemento carrega, segundo a autora, uma informação aspectual específica.

¹² “Thus, it can be said that the infinitive [...] is a verbal form with a specific aspectual feature and a relative temporal feature. We can conclude for the moment, then, that the infinitival form is a V. The next issue is to determine whether this is the only alternative.” (MIGUEL, 1996, p.33).

[...] estou assumindo -r como outro afixo nominalizador no léxico; o traço que o caracteriza é de natureza aspectual: especificamente, não-perfectivo. Essa é a razão pela qual os verbos que o aceitam geralmente ocorrem com adjetivos (mesmo adverbiais, em alguns casos especiais) com interpretação de duração ou frequência.

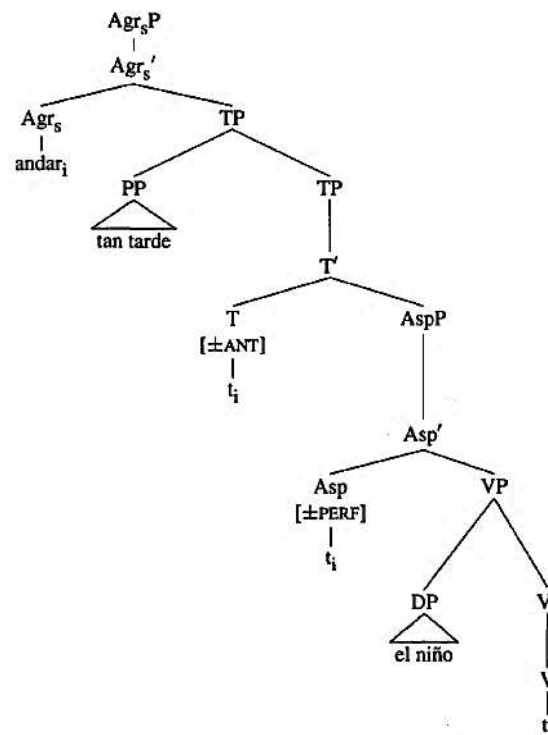
(MIGUEL,1996, p.43-*tradução nossa*¹³)

Em contrapartida, o segundo tipo de afixo -r tratado na proposta de Miguel (1996) tem natureza flexional. Esse elemento é o que ocorre nos infinitivos de natureza verbal e, segundo a autora, ele não impõe qualquer restrição semântica ao radical verbal e não o recategoriza como [+N], o que explica as propriedades verbais que o infinitivo a que tal afixo se anexa apresenta.

Assim, na implementação da análise acima descrita, a estrutura proposta por Miguel (1996) para o infinitivo verbal do espanhol pode ser vista na estrutura abaixo:

(4) Estrutura do infinitivo verbal

- a. El andar el niño tan tarde por esa zona nos preocupa.



(MIGUEL,1996, p. 46)

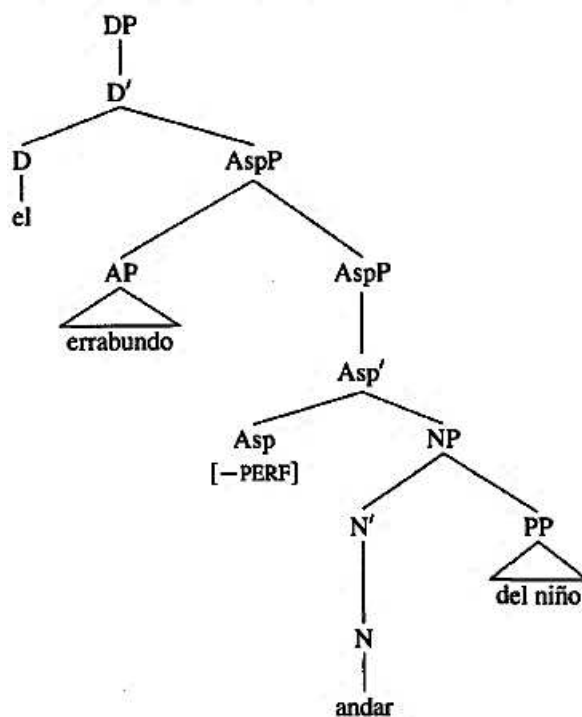
¹³ “To repeat, I am taking -r to be another nominalizing affix in the lexicon; the feature that characterizes it is aspectual in nature: specifically, non-perfective. That is the reason why the verbs that accept it usually cooccur with adjectives (even adverbials, in some special cases) having a duration or frequency value[...].” (MIGUEL, 1996, p.43)

Segundo a análise de Miguel (1996), a estrutura envolvendo o infinitivo verbal inclui tanto um TP, como um AspP, responsáveis respectivamente pela leitura de tempo e aspecto da formação. Ambos os traços de tempo e aspecto são considerados traços fortes (nos moldes de CHOMSKY 1994, 1995) e, portanto, devem ser checados antes de LF para que a derivação seja convergente. A checagem desses traços é feita através da subida do verbo para os núcleos de Asp e T sucessivamente. A natureza verbal do infinitivo explica a possibilidade de atribuição de Caso acusativo, enquanto a estrutura do TP explica o fato de que um sujeito marcado com Caso nominativo também pode ser licenciado nessas formações.

Por sua vez, a estrutura proposta por Miguel (1996) para o infinitivo nominal do espanhol pode ser vista abaixo:

(5) Estrutura do infinitivo nominal

- a. El andar errabundo del niño acabo en una comisaría.



(MIGUEL,1996, p.48)

Quanto aos infinitivos nominais, estes são núcleos de um NP, o que explica a ausência de atribuição de Caso acusativo. Ainda segundo a autora, esse NP é o complemento de um núcleo de aspecto, que é especificado como [-perfectivo]. Além disso, o núcleo Asp, que permite o licenciamento de modificadores que adicionam, por exemplo, a interpretação de modo, frequência e duração do evento é selecionado pelo próprio determinante. É interessante ressaltar ainda que a estrutura acima proposta para o infinitivo nominal não apresenta um núcleo

T, ao contrário dos infinitivos verbais, não licenciando, portanto, sujeito nominativo.

Em resumo, para Miguel (1996) o infinitivo antecedido por determinante no espanhol é dividido em dois subtipos, um de natureza verbal e um de natureza nominal, sendo que as estruturas em (4) e (5) seriam, então, capazes de explicar os contrastes de comportamento entre esses dois subtipos de formação.

Se olharmos para a proposta de Miguel (1996) levando em consideração os dados do PB, podemos dizer que os infinitivos nominais que atribuem genitivo e, portanto, apresentam a característica destacada nos dados em (1b) do espanhol, apresentam, por outro lado, um comportamento misto entre nomes e verbos, como veremos no capítulo a seguir. Desse modo a necessidade de distribuição complementar apontada pela autora não se confirma nos dados do PB.

Dessa mesma forma, uma vez que o afixo que marca as formas infinitivas aparece tanto no contexto mais verbal, como no contexto mais nominal parece pouco explicativa a noção de homofonia em termos gramaticais. Como há, para além das diferenças, projeções em comum nas duas estruturas, levantamos a hipótese de que o afixo *-r*, na verdade, possa ocupar uma dessas posições. Na nossa análise, a ser desenvolvida no capítulo 5, propomos que se trata, mais especificamente, da posição de aspecto. Antes, porém, na subseção seguinte, apresentamos a proposta de Vázquez (2002).

3.1.2 Vázquez (2002): os tipos de nominalizações infinitivas no espanhol e italiano

Vázquez (2002) fornece uma análise para o estatuto categorial das formações com infinitivos introduzidos por um determinante em espanhol e italiano. Assim como Miguel (1996), a autora assume que o espanhol apresentaria um infinitivo nominal com propriedades totalmente nominais, como a presença de um sujeito temático introduzido via preposição e a modificação somente por adjetivo, como em (6), e outro com propriedades prototipicamente verbais, tais como a ocorrência de um sujeito marcado com Caso nominativo, a introdução de um objeto direto e a possibilidade de ocorrência de um pronome clítico, como em (7). Ambos os tipos ocorrem também em italiano, que, entretanto, parece contar ainda, segundo Vázquez (2002), com um terceiro tipo de infinitivo, marcado pela ocorrência mista de propriedades verbais e nominais, como em (8). Vale ressaltar que a tentativa de aplicar o padrão do infinitivo misto do italiano em dados do espanhol resulta em uma sentença agramatical, como em (8b).

- (6) a. El murmurar delicado del mar.
 a. Il mormorare sommesso del mare.
- (7) a. El haberme murmurado Juan esas palabras dulces.
 b. L'aver egli mormorato parole dolci.
- (8) a. Il suo delicato mormorarmi parole dolci.
 b. *Su delicato mormurarme esas palabras dulces.

(VÁZQUEZ, 2002, p. 144)

A autora argumenta que o infinitivo é uma forma anotada no léxico como um verbo, mas que, pode ser embutida em uma projeção nominal (cf. ANULA e LAGUNILLA, 1994). Há ainda, segundo a autora, algumas características específicas dos infinitivos nominais que os distinguem dos nomes canônicos e essas diferenças a levam a propor que os infinitivos possuem uma projeção verbal mínima, isto é, esses elementos parecem projetar um VP, diferentemente dos nomes canônicos.

Do ponto de vista teórico, a implementação da análise proposta em Vázquez (2002) assume a proposição de Borsley e Kornfilt (2000), segundo a qual a nominalização de uma forma verbal pode ser encabeçada por um predicado verbal não finito (com as características [+V, -N]). Ou seja, a forma verbal não finita pode projetar um VP na parte baixa da árvore, porém ser modificada por projeções funcionais nominais na parte alta da construção. A formalização dessa proposta pode ser encontrada em Borsley e Kornfilt (2001) e ficou conhecida como *Functional Nominalization Thesis* (FNT), por definição:

As propriedades nominais de uma nominalização são atribuídas por uma projeção funcional nominal. A nominalização possui propriedades verbais abaixo da projeção funcional nominal e propriedades nominais acima dela.
 (BORSLEY e KORNFILT, 2001, p.1298 – tradução nossa¹⁴)

A FNT explica o fato de existirem tipos translinguisticamente distintos de nominalização, nas quais o lugar e o tipo dos núcleos nominais, bem como da camada verbal abaixo deles podem ser diferentes, gerando nominalizações com diferentes propriedades empíricas. Assim, a proposta desenvolvida em Vázquez (2002) de estrutura para os infinitivos com características verbais, tanto no espanhol, como no italiano pode ser vista abaixo:

¹⁴ “Nominal properties of a nominalization are contributed by a nominal functional projection. The nominalization has verbal properties below the nominal functional projection, nominal properties above it” (BORSLEY e KORNFILT, 2001, p.1298)

(9) a. Su continuo beber cerveza.

a'. Il suo continuo bere birra.

b. [DP Suj [continuo [INP IN° [InfP PROj [Inf[beber cerveza]i [VP tj [V' ti]]]]]].

b'. [DP Il suoj [continuo [INP IN° [InfP PROj [Inf[bere birra]i [VP tj [V' ti]]]]]].

(VÁZQUEZ, 2002, p.151)

Na estrutura acima, o infinitivo projeta um VP que vai ser concatenado a uma projeção funcional nominal denominada pela autora como InfP (*infinitival projection*). Além disso, a autora assume a presença de um PRO alocado em Spec de InfP. Segundo Vázquez (2002), esse PRO recebe Caso nulo. A segunda projeção funcional nominal a se concatenar na estrutura é denominada, genericamente, INP (*inflectional nominal projection*), sendo responsável por nominalizar o infinitivo. De fato, não há uma especificação na proposta de Vázquez (2002) a respeito de quais seriam exatamente essas projeções.

A autora assume ainda que essa nominalização deve ocorrer em uma parte relativamente baixa da estrutura sintática, uma vez que, o infinitivo nominal não projeta NegP, AspP, TP ou AgrP. Isto é evidenciado, segundo a autora, pelos seguintes fatores empíricos associados ao infinitivo com características verbais:

- (i) a impossibilidade de tal formação ser negada;
- (ii) a modificação apenas por adjetivos; e
- (iii) a impossibilidade de esse infinitivo ocorrer com formas compostas, perifrásticas ou passivas.

É interessante ressaltar que, assim como a proposição de Grimshaw (1990) para os nominais de evento complexo (*Complex Event Nominals*), Vázquez (2002) assume que a projeção de especificador de InfP nos infinitivos é preenchida por um sujeito fonologicamente nulo PRO. A presença, por exemplo, de um pronome possessivo na estrutura é tida como a evidência de uma posição de argumento implícito coindexado ao PRO. O possessivo não pode, no entanto, atribuir papel temático ao PRO e esse mesmo possessivo, que não é um argumento do verbo, não recebe Caso do infinitivo. Assim, quando um pronome possessivo não está presente, o sujeito do infinitivo (PRO) é interpretado de forma arbitrária ou genérica, como exemplifica o dado em (10a) ou é controlado por um argumento implícito ou explícito da sentença matriz, como em (10b).

- (10) a. [El [PRO beber cerveza hace daño a la salud]].
 b. [El [PRO_i beber cerveza le_j hace daño]].

(VÁZQUEZ, 2002, p.151)

Por sua vez, a proposta de estrutura para os infinitivos com características nominais do espanhol e do italiano, tal como desenvolvida em Vázquez (2002), pode ser vista a seguir:

- (11) a. [DP [D° el] [GenP [InfP ti beber cerveza]_k [Gen' de [INP Juani [infPt]_k]]]
 b. [DP [D° il] [GenP [InfP ti bere birra]_k [Gen' di [INP Gianni_j [infPt]_k]]]].

(VÁZQUEZ, 2002, p.152)

Na estrutura acima, o sintagma infinitivo se move para o Spec de GenP (sintagma genitivo), deixando o sujeito em Spec de INP. A preposição *de/di* em Gen atribui Caso genitivo ao sujeito no Spec do INP. Finalmente, a estrutura para os infinitivos mistos do italiano na perspectiva de análise de Vázquez (2002) pode ser vista abaixo:

- (12) [INP inf_i [InfP PRO_j ti [NegP t_j ti [TP t_j ti [AspP t_j ti [VP t_j [V' ti DP]]]]]]]

(VÁZQUEZ, 2002, p.154)

Na construção mista do italiano, a autora supõe que o infinitivo projeta algumas categorias funcionais verbais, uma vez que, do ponto de vista empírico, essa formação pode:

- (i) introduzir um objeto direto e um objeto indireto;
- (ii) licenciar a negação;
- (iii) permitir formas compostas, passivas e perifrásticas.

As propriedades acima levam a autora a propor que os infinitivos mistos possuem em sua estrutura sintática projeções do tipo NegP, TP e AspP. No entanto, tais projeções são selecionadas por uma projeção funcional nominal (INP) que recategoriza a estrutura do infinitivo como uma categoria nominal. Ainda segundo a autora, a ausência de um sujeito nominativo nessas formações seria explicada ou pela ausência de uma projeção do tipo AgrSP ou por especificação negativa dessa projeção para a concordância.

É interessante apontar que a proposta de Vázquez (2002) elenca um núcleo funcional de natureza nominal, denominado INP, de altura variável na estrutura sintática a depender do tipo de infinitivo analisado. Em linhas gerais, nas construções mistas e verbais, tal elemento seria

alto na estrutura, enquanto nos infinitivos mais nominais, tal elemento se concatenaria em uma posição mais baixa. A rotulação INP, no entanto, é genérica, de modo que a especificação desse núcleo fica em aberto. Dessa mesma forma, outro núcleo funcional assumido pela autora é uma projeção de infinitivo, denominada InfP, cujo papel sintático e semântico fica um tanto obscurecido.

Ainda quanto ao modo como a autora propõe que estejam organizadas as estruturas, é possível ver que, nas representações sintáticas em (9) e (11), o argumento agente é alocado em dois lugares distintos, embora conservem a mesma interpretação. Em (9) temos um agente ocupando a posição de especificador de InfP, no entanto, em (11), temos que o elemento interpretado com papel temático de tema é o que ocupa o especificador de InfP. Nessa mesma estrutura, o agente, por sua vez, está alocado no interior da projeção INP. As motivações para essa mudança no mapeamento dos elementos da sentença não estão evidentes na proposta e, representam uma questão importante no modo como a inserção de argumentos agentes, especialmente os inseridos via preposição, está sistematizada.

Se olharmos para a proposta de Vázquez (2002) levando em consideração os dados do PB, podemos dizer que a ideia de um PRO na posição de sujeito parece ser bastante interessante, na medida em que os infinitivos nominais do PB também licenciam uma especificação da referência do agente através de um elemento possessivo. Além disso, o comportamento misto dos infinitivos do PB, que parecem aceitar elementos como negação e advérbios modificadores, também aponta para uma análise que possa ser implementada na linha da FNT de Borsley e Kornfilt (2001), embora o modelo da MD não nos permita assumir, diferentemente de Vázquez (2002), uma forma categorialmente anotada no léxico. Por fim, os dados de infinitivo nominal do PB não parecem justificar, diferentemente da proposta Vázquez (2002) para os infinitivos mistos, a presença de um núcleo T, como veremos no capítulo seguinte, de modo que a ausência de Caso nominativo pode ser vista, na verdade, como uma consequência direta da ausência desse núcleo.

Continuando com o levantamento da literatura que se debruçou sobre os infinitivos nominais nas línguas românicas, apresentamos, na subseção seguinte, a proposta de Brito (2012).

3.1.3 Os Infinitivos Nominais em português europeu: a tipologia proposta de Brito (2012)

Brito (2012) analisa as nominalizações infinitivas no português europeu (PE), argumentando, na linha de Vázquez (2002), que o PE possui três tipos distintos de infinitivos:

um deles com características verbais, outro com características nominais e um terceiro tipo misto, que mescla características dos dois primeiros tipos de formação. É importante ressaltar que todas essas formações aparentam, segundo a autora, uma natureza distinta dos infinitivos lexicalizados, como em *o jantar* e *o andar* (no sentido de *andar de um prédio*, por exemplo), tratados, pela autora, como nomes prototípicos.

Seguindo as proposições de Miguel (1996), de Alexiadou (2001) e de Iordăchioia e Schäfer (2011), Brito (2012) propõe que o marcador *-r* do infinitivo não é um elemento uniforme, analisando tal afixo, ora como elemento derivacional, ora como elemento flexional. Mais especificamente, a marca *-r* é tratada pela autora como derivacional nos infinitivos de natureza nominal. Já nos infinitivos verbais e mistos, o afixo relevante é tomado como um marcador flexional. Sintaticamente, a autora assume que o *-r* derivacional é projetado na posição de núcleo de nP, enquanto a sua versão flexional é projetada no núcleo AspP, movendo-se, posteriormente para T.

O modelo de análise adotado por Brito (2012) para representar as nominalizações infinitivas em PE, é proposto em Alexiadou (2001) e Alexiadou, Iordăchioia e Schäfer (2011), em que uma raiz é categorizada como verbal ou nominal a depender dos núcleos funcionais que a dominam. Assim, na origem de uma nominalização, tem-se uma raiz verbal categorizada por um núcleo nominal. Nessa perspectiva, na estrutura proposta em Brito (2012) para os infinitivos nominais, as seguintes camadas de natureza nominal são assumidas:

(13) [DP [PossP [NumP [ClassP [nP]]]]]

(BRITO, 2012, p.109)

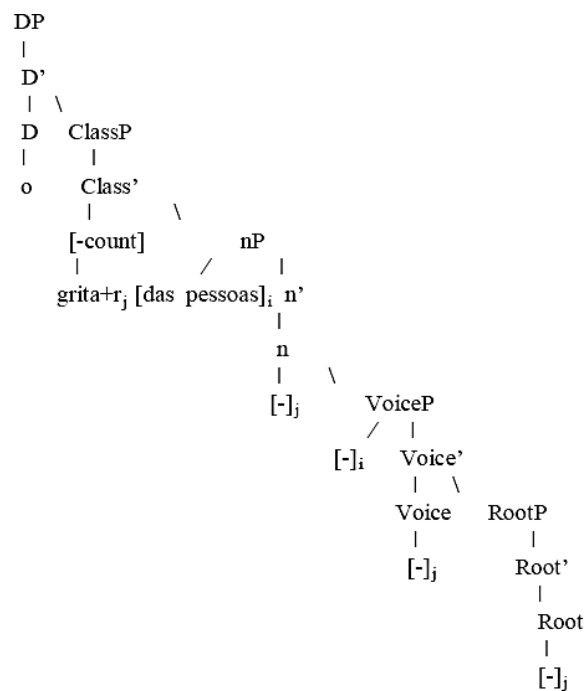
A presença de um núcleo nP garante o aparecimento de sufixos nominalizadores, além de ser o lugar da checagem do Caso genitivo. Brito (2012), baseando-se em Alexiadou, Iordăchioia e Schäfer (2011), além de Borer (2005), assume que o núcleo ClassP, responsável pela leitura aspectual interna das expressões nominais, contém um traço [+/- cont.] que está relacionado à noção aspectual das expressões nominais. Mais especificamente, o traço [+cont.] gera uma nominalização télica e contável, sendo o gatilho para o licenciamento de uma projeção NumP. Além disso, nos casos em que as estruturas de infinitivo nominal apresentam um possessivo, a estrutura projeta um núcleo do tipo PossP e, por fim, o núcleo da projeção DP é entendida como a responsável por determinar a natureza referencial do nome, nos moldes de Abney (1987) e Longobardi (1994).

Na perspectiva de Brito (2012), os infinitivos nominais são caracterizados por sempre

denotarem processo ou atividade, apresentarem leitura imperfectiva e não conterem auxiliares aspectuais. Seguindo Alexiadou, Iordăchioia e Schäfer (2011.p.32-33), a autora assume que AspP não é projetado nos casos em que as estruturas não apresentem operadores aspectuais. Nesses casos, a informação aspectual proveniente da raiz atética seria suficiente para delimitar as propriedades aspectuais da construção. Além disso, para os infinitivos nominais, a autora assume a presença de *VoiceP* (KRATZER, 1996), projeção responsável pela introdução do argumento externo.

Em suma, a representação arbórea proposta por Brito (2012) para o infinitivo nominal em PE pode ser vista a seguir:

(14) a. O gritar das pessoas



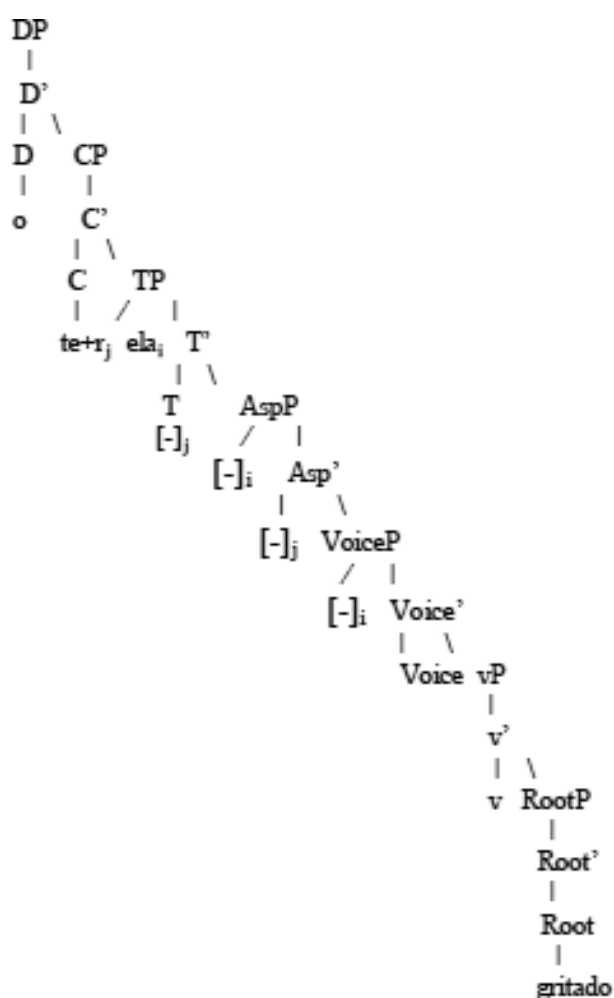
(BRITO, 2012, p.111)

Seguindo as proposições do modelo adotado, a análise proposta por Brito (2012) para os infinitivos nominais em PE assume que a raiz - que abriga a informação aspectual - se move para o núcleo funcional *n*, que abriga o afixo *-r*. Esse movimento, segundo a autora, é o que permite capturar a natureza derivacional desse afixo. Além disso, os argumentos do infinitivo nominal são marcados com Caso genitivo e a autora assume que a ocorrência de genitivo se deve ao movimento do DP relevante para Spec de *n*, justamente para verificar Caso. É interessante ressaltar dessa maneira, que a altura da entrada das projeções de natureza nominal é delimitada pelo núcleo *Voice*.

Do ponto de vista teórico, no entanto, é importante apontarmos que a ausência de categorização da raiz até a entrada do núcleo *Voice* parece precisar de maiores esclarecimentos para garantir a coerência interna do sistema assumido pela autora. Isso porque tal núcleo parece estar relacionado na literatura, de um modo geral, à estrutura argumental de verbos. Do mesmo modo, não fica explícito no sistema da autora que projeções seriam responsáveis por licenciar a leitura de processo ou atividade identificada pela nas formações de infinitivo nominal. Por fim, a ausência da camada verbal deixa em aberto a questão da semelhança de estrutura argumental entre os verbos no infinitivo e as suas contrapartes nominais.

Já no que diz respeito à estrutura das orações infinitivas, tal como a autora denomina os infinitivos de natureza mais verbal no PE, a estrutura sintática relevante pode ser vista abaixo:

(15) a. O ter ela gritado surpreendeu-nos.

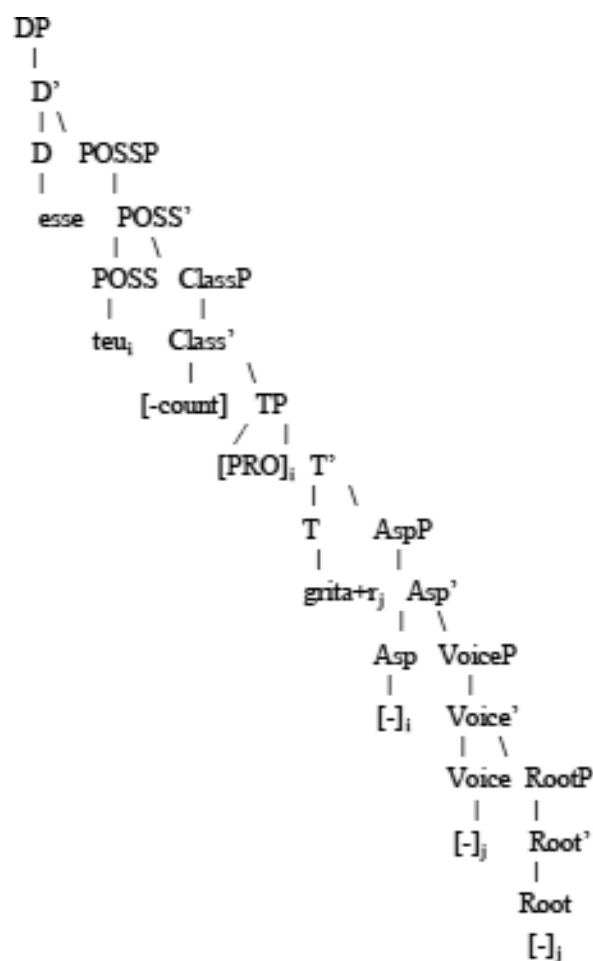


(BRITO, 2012, p.112)

A proposta da autora para essas formações é que elas se configuram como uma nominalização de CP. É importante lembrar que a marca *-r* que aparece nessas formações é considerada como flexional, o que é capturado pela ideia de que tal elemento seja projetado em Asp. Ainda segundo a autora, não há uma projeção nP nesse tipo de infinitivo, uma vez que eles não apresentam a atribuição de Caso genitivo, nem podem ser modificados por adjetivos. Por fim, a projeção vP é compreendida como responsável por exprimir evento, além de atribuir Caso acusativo, se um argumento interno estiver presente na sentença. Uma vez que as formações do PB discutidas no próximo capítulo, apresentam poucas propriedades em comum com aquelas derivadas através da estrutura acima, limitamo-nos a apontar que a autora assume uma categorização híbrida de nomes, ora ocorrendo através de *n*, ora ocorrendo através do núcleo D. Além disso, apontamos que não parece haver também uma uniformidade entre a atribuição de papéis temáticos e as posições sintáticas em que os argumentos são licenciados, já que o agente está em Spec. de *n* na estrutura em (14), mas em Spec. de *Voice* na estrutura em (15).

Finalmente, Brito (2012) argumenta em favor de um terceiro tipo de nominalização de formas infinitivas em PE. Esse terceiro tipo seria um tipo misto, isto é, que abarca em si uma mistura de características presentes nos dois primeiros tipos. Na proposição de Brito, essas características fazem o infinitivo misto de nominalização funcionar como “a versão reduzida da nominalização de uma oração infinitiva” (BRITO, 2012, p.114), pois apresenta um acentuado número de propriedades verbais. A estrutura proposta pela autora especificamente para esse terceiro tipo de infinitivo pode ser vista baixo:

(16)



(BRITO, 2012, p.117)

Segundo a autora, a possibilidade de licenciamento de demonstrativo e possessivo (17), a impossibilidade de tomar um argumento sujeito (18) e a possibilidade de modificação através de um adjetivo (19) são características que aproximariam os infinitivos mistos dos nominais:

(17) Esse teu escrever poemas é uma coisa linda!

(18) * O seu gastar ela muito dinheiro...

(19) Esse teu contínuo gritar é irritante.

(BRITO, 2012, p.115)

No entanto, o infinitivo misto apresenta ainda uma série de propriedades que os afastam das formações nominais e os aproximam, por outro lado, dos infinitivos verbais, tais como: licenciamento de DP na posição de objeto (17); a possibilidade de negação (20), a formação de passiva (21), e o licenciamento da modificação por advérbios (22):

(20) Este seu não falar é irritante.

(21) Este (teu) ser ultrapassado constantemente pelos acontecimentos é aborrecido.

(22) O teu conduzir camiões constantemente / continuamente

(BRITO, 2012, p.115)

Além disso, quanto à projeção de TP, Brito (2012) aponta para a natureza temporalizada do infinitivo misto, apontado como argumento para essa hipótese a possibilidade de ocorrência de um clítico reflexivo nessas formações (23). Dessa mesma forma, no que diz respeito às propriedades aspectuais do infinitivo misto, a autora propõe que tal formação apresenta leitura imperfectiva, não aceitando, por exemplo o auxiliar *ter* ou outros auxiliares aspectuais (24).

(23) Esse seu magoar-se sempre que vai fazer desporto é um pouco preocupante

(24) *Este teu ter feito bolos para a festa foi ótimo!

(BRITO, 2012, p.115-116)

É interessante ressaltar ainda que, na proposta da autora, os infinitivos mistos não apresentam nenhum indício de núcleo nominal que motive a presença de um núcleo do tipo *nP*, uma vez que não há, por exemplo, a atribuição de genitivo em *de*. De qualquer forma, a estrutura pode conter uma projeção Poss, que abriga um possessivo capaz de controlar um sujeito pronominal nulo em TP. Por fim, o morfema *-r* é novamente tomado como um morfema de natureza flexional que é projetado como núcleo de AspP que faz movimento para T.

Novamente é importante notar que não fica claro no sistema da autora quais seriam as propriedades necessárias de se assumir em uma raiz para que ela pudesse ser imediatamente concatenada à *Voice*. Além disso, também não fica claro como a leitura de agente que parece estar associada ao possessivo em (16) pode ser derivada dessa estrutura, uma vez que o Spec. de *Voice* não está preenchido, diferentemente de (15), e que o Spec. de *n* é uma posição ausente, diferentemente da estrutura em (14).

Em linhas gerais, portanto, Brito (2012) propõe estruturas sintáticas distintas para os três tipos de infinitivo do PE, sendo que não só a presença de material funcional de natureza nominal ou verbal, bem como a altura da nominalização - ora em *VoiceP* (infinitivo nominal), ora em CP (infinitivo verbal) e ora em TP (infinitivo misto) - contribuem para as diferenças de comportamento entre as formações analisadas.

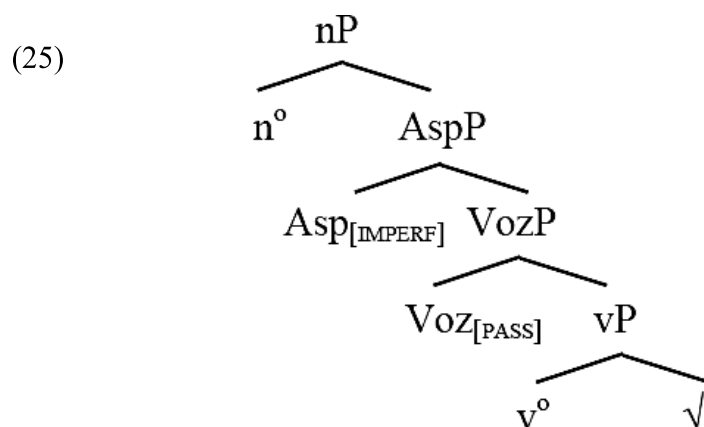
Na próxima seção, apresentamos a proposta de Resende (2020) que aborda os infinitivos nominais do PB.

3.1.4 Resende (2020): uma tipologia sintática para as nominalizações infinitivas do português brasileiro

Resende (2020) aborda as nominalizações em PB de maneira ampla, investigando o comportamento dessas formações em relação aos diferentes níveis de gramática assumidos no modelo da MD. No escopo do trabalho, um dos capítulos da tese do autor é dedicado às nominalizações infinitivas e, tendo em vista o objeto de estudo da nossa pesquisa, voltamos nossa atenção de forma específica a esse capítulo.

Em consonância com as demais propostas revisitadas nas subseções acima, o autor buscar propor uma tipologia de infinitivos, distinguindo-os a partir de sua estrutura interna em três grandes grupos: os infinitivos nominais, os infinitivos mistos e os infinitivos verbais.

Na proposta de Resende (2020), os infinitivos nominais são ainda subdivididos em três outros subgrupos, a saber, as nominalizações imperfectivas, os adjuntos aspectuais e os infinitivos nus¹⁵. As nominalizações imperfectivas compartilham a estrutura básica de [o + infinitivo + de + complemento], além de apresentarem uma especificação do núcleo Asp para [imperfectivo], o que gera uma leitura de evento não concluído. A estrutura das nominalizações imperfectivas, tal como proposta pelo autor, pode ser vista abaixo:



(RESENDE, 2020, p.216)

¹⁵ Resende (2020) ainda discute a existência de expressões com modificação adjetival (como *ser vivo*, *ser humano* e *fazer docente*) e com modificação adverbial (aqueles que aparecem com *mal* ou *bem*).

Na estrutura acima, é interessante destacar que o autor assume a existência de um *Voice*_[PASS], que licencia a projeção de argumento externo apenas como adjunto, mas não como especificador, além de não ser capaz de checar o Caso do seu complemento.

Já os adjuntos aspectuais, tal como denominado pelo autor, são compostos por expressões que indicam a passagem de um período de tempo e caracterizam-se pela presença de preposição antes do determinante, sendo construídos com um verbo intransitivo, inergativo ou inacusativo, tal como nos dados abaixo:

- (26) a. No decorrer dos anos...
 b. Com o passar do tempo...
 c. No cair da noite...
 d. No calar da noite...
 e. Pelo andar da carruagem...
 f. No frigir dos ovos...

(RESENDE, 2020, p.217)

A derivação desse subgrupo, de acordo com Resende (2020), é bastante semelhante ao diagrama arbóreo em (25). Entretanto, esse segundo tipo não apresentaria em sua estrutura um núcleo *Voice*, já que, segundo o autor, o tipo de verbo e a ausência de leitura puramente composicional inviabilizariam a projeção de argumento externo.

Por sua vez, os infinitivos nus caracterizam-se, na tipologia do autor, por não apresentarem complemento ou material sintático adicional, à exceção do determinante, denotando evento (como em *olhar, jantar, amanhecer, alvorecer, entardecer*) ou estado (como em *saber, poder, dever*). Sintaticamente, tais formações também seriam caracterizadas pelo traço de imperfectivo e pela ausência do núcleo *Voice*.

Em suma Resende (2020) entende que a classe dos nominais infinitivos do PB não é homogênea, isto é, ela abarca o que se pode chamar de subtipos de infinitivos nominais. A fundamentação utilizada pelo autor para determinar a diferença estrutural entre esses tipos de infinitivos nominais estaria relacionada à leitura aspectual imperfectiva, bem como à presença ou ausência de um núcleo *Voice* na estrutura. De acordo com Resende (2020):

Em síntese, os infinitivos nominais constituem uma (sub)classe que tem sintaxe nominal, semântica verbal e aspecto imperfectivo. Esse grupo contém nominalizações imperfectivas, adjuntos aspectuais, infinitivos nus (nominais) e expressões com nuances idiomáticas. Estruturalmente, a diferença jaz na presença de certos núcleos funcionais, embora todos eles contenham $v > vP > AspP[IMPERFECTIVO] > nP$.

(RESENDE, 2020, p.222)

Finalmente, cabe-nos apresentar a visão do autor a respeito do estatuto do morfema *-r* que, nos infinitivos nominais, é entendido como a realização do nominalizador em um contexto de aspecto imperfectivo.

Por sua vez, o grupo dos chamados infinitivos mistos é caracterizado pelo autor como estruturas defectivas, em que o categorizador nominal está ausente. Assim, as propriedades nominais desse tipo de infinitivo não estariam relacionadas à presença de um sintagma nominal (*nP*), mas sim, à projeção da camada D, ainda que tal elemento apresente realização nula. Alguns exemplos de infinitivos mistos podem ser vistos abaixo:

- (27) a. O saber matemática ajuda no desenvolvimento do cérebro.
 b. Praticar alpinismo entretém a Marta.
 c. O Pedro decidiu/planejou prometeu morar em Paris.

(RESENDE, 2020, p.224)

Uma das evidências trazidas pelo autor para a ausência do categorizador nominal é que a inserção de um modificador adjetival nos dados de infinitivo misto tornaria a sentença agramatical. Além disso, segundo o autor, o plural das nominalizações mistas é semelhante ao plural das formas verbais, sendo, no entanto, incompatível com a pluralização nominal:

- (28) a. * Ao mover brusco a caixa, você pode quebrar seu conteúdo.
 b. Ao mover bruscamente a caixa, você pode quebrar seu conteúdo.
 c. O cantarem(*cantares) continuamente as pessoas surpreendeu-nos.
 d. Os poderes (*poderem) dos políticos devem ser restringidos

(RESENDE, 2020, p.225-227)

Além disso, é importante destacar que o autor propõe ainda a presença de um núcleo T na estrutura dos infinitivos mistos. Nessa proposta, a ocorrência de uma projeção do tipo TP se justifica sintaticamente pela possibilidade de ocorrer com infinitivo flexionado (29a), pela atribuição de caso nominativo ao argumento externo (29b), pela ocorrência de clíticos (29c) e pela compatibilidade com advérbios de TP (29d):

- (29) a. O João e a Maria viajarem de avião preocupa o piloto.
 b. Eu chegar atrasado é difícil.
 c. Preocupar-se demais faz mal à saúde.
 d. O Carlos (já) ser o primeiro da classe deixou a professora surpresa.

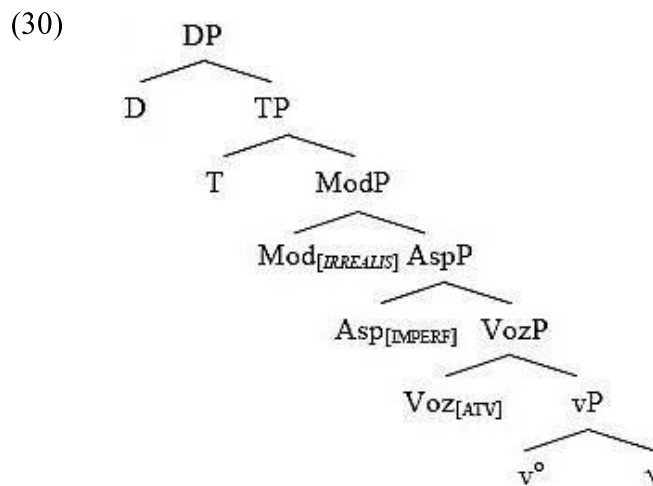
(RESENDE, 2020, p.229)

De acordo com o autor, no entanto, o TP dos infinitivos mistos não impõe restrições sobre a marcação temporal e, portanto, não deve ser especificado para tempo:

[...] se TP é a projeção que licencia adjuntos temporais, e o núcleo T dos infinitivos não parece impor restrições que pesam sobre a marcação temporal, a conclusão é que a forma infinitiva não está especificada para tempo [...] (RESENDE, 2020, p.230)

Na estrutura dos infinitivos mistos, Resende (2020) assume também o traço [irrealis], conforme proposto por Stowell (1982), responsável pela leitura de “evento em potência”, que é codificado em ModP. Além da presença de TP e ModP, a porção verbal das estruturas de infinitivo misto também apresenta um núcleo de aspecto que é compatível somente com o [imperfectivo], “uma vez que não faz sentido caracterizar como concluso um evento que nem mesmo se sabe se vai ocorrer e, por consequência, se vai ser concluído” (p.232).

Além disso, os infinitivos mistos, em dissonância ao comportamento apresentado pelos infinitivos nominais, atribuem Caso acusativo ao argumento interno e Caso nominativo ao argumento externo. A estrutura funcional das nominalizações mistas proposta por Resende está replicada a seguir em (30):



(RESENDE, 2020, p.233)

Finalmente, cabe-nos apresentar a visão do autor a respeito do estatuto do morfema *-r* que, nos infinitivos mistos. Nessas formações, o autor propõe que um requerimento de boa formação morfológica da língua determina que se aplique uma regra de fusão entre T, Mod e Asp, sendo o morfema *-r* a peça vencedora da inserção de vocabulário relevante.

Postas essas considerações sobre o segundo tipo de infinitivo descrito por Resende (2020), passemos brevemente ao tratamento do terceiro grupo, denominado infinitivo verbal e ilustrados em (31):

- (31) a. O funcionário vai entregar os envelopes.
 b. O funcionário acredita estar apto para o novo cargo.
 (RESENDE, 2020, p.239)

A proposta geral para esse último grupo de infinitivos, de acordo com Resende (2020), é que essas formações apresentam um comportamento puramente verbal, não sendo introduzidos por DPs e também não apresentando *n*P em sua estrutura. Assim, a discussão dessa estrutura ultrapassa bastante a discussão dos infinitivos nominais proposta nesta dissertação e, por isso, nos limitamos a citá-la.

Postas as considerações sobre cada uma das estruturas defendidas por Resende (2020), passamos a salientar pontos específicos da proposta que nos chamam atenção. Cabe salientar, no entanto, que a natureza das nominalizações mistas e dos infinitivos verbais foge do escopo do fenômeno tratado nessa pesquisa, de modo que olharemos de forma mais detalhada para a proposta de análise voltada para os infinitivos nominais.

O primeiro aspecto que nos chama a atenção na proposta do autor diz respeito especificamente ao estatuto do morfema *-r*, que, nos infinitivos nominais é visto como a realização de *n*, enquanto nos infinitivos mistos é entendido como resultado morfofonológico da fusão entre T, Mod e Asp. De qualquer forma, no entanto, nas palavras do autor:

Seja como for, o mais importante [...] é o mecanismo que determina que a presença de /R/ como realização de T está associada à presença do traço imperfectivo, assim como no caso dos infinitivos nominais
 (RESENDE, 2020, p.235)

Assim, para todas as estruturas propostas, o autor faz explicitamente uma relação entre *-r* e aspecto imperfectivo. A questão que se coloca, portanto, é qual seria a motivação para que tal associação não seja efetivamente compreendida de maneira mais direta, ou seja, através da assunção de que o morfema *-r* seja a própria realização do traço aspectual relevante nessas estruturas. Essa inclusive é a proposta que implementamos neste trabalho.

Um outro ponto que nos chama atenção na proposta de Resende (2020) é a posição sintática do elemento inserido por meio da preposição *de* nos verbos inergativos, uma vez que o núcleo *Voice*_[PASS] assumido pelo autor não licencia especificador. Vale ressaltar ainda que tais

elementos não são opcionais e, portanto, não apresentam o comportamento de adjunto, diferentemente dos elementos introduzidos via *by-phrase*. Dessa mesma forma, a proposta de que a inserção desses argumentos que apresentam interpretação agentiva seja em outra posição sintática que não Spec. de *Voice*, acaba gerando uma violação à UTAH, ou seja, à hipótese de uniformidade na atribuição de papéis temáticos (BAKER, 1988). Por fim, não fica claro na proposta do autor, a fonte estrutural do papel temático do adjunto licenciado por *Voice*_[PASS], uma vez que há evidências na literatura de que tal papel não pode ser atribuído pela preposição, uma vez que ele depende mais especificamente do verbo de base do que da preposição que o introduz (cf. COLLINS, 2005).

3.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo apresentamos algumas propostas norteadoras quanto à estrutura e às propriedades das nominalizações de infinitivo translinguisticamente. As propostas que revisitamos abordam pontos relevantes para a definição da natureza sintático-funcional dos infinitivos nominais, direcionando nosso olhar para aspectos importantes nos padrões nominais nas línguas analisadas.

Mais especificamente, as propostas aqui discutidas têm em comum a subdivisão dos infinitivos nominais em tipos distintos, representados por estruturas sintáticas também distintas. Os pontos abaixo resumem as principais ideias trazidas pelos autores abordados neste capítulo:

- a. Miguel (1996) propõe que os infinitivos nominais do espanhol são de dois diferentes tipos: um deles apresenta propriedades estritamente nominais e o outro apresenta, por sua vez, características prototípicas do domínio verbal;
- b. A proposta de Vázquez (2002) para o italiano e de Brito (2012) para o PE inclui uma tripartição. Além da bipartição já proposta em Miguel (1996), o terceiro tipo de infinitivo apresenta, ao mesmo tempo, tanto propriedades nominais, como verbais;
- c. Em Miguel (1996) destacamos ainda a noção aspectual, tanto de perfectividade como de imperfectividade, possivelmente ligadas ao infinitivo nominal;

- d. Quanto à estrutura argumental, é importante destacar em Vázquez (2002) a hipótese, levantada com base na análise de Grimshaw (1990), de que o sujeito do infinitivo nominal pode ser relacionado a uma categoria fonologicamente vazia, ou mais especificamente, um PROcuja interpretação pode estar ligada a um elemento explícito na sentença, como um possessivo, por exemplo, ou pode receber uma interpretação arbitrária;
- e. A tripartição de Brito (2012) está, de maneira geral, atrelada à posição em que as projeções nominais são inseridas na estrutura sintática. A autora reconhece, mais especificamente, três possíveis alturas para as nominalizações de infinitivo: *VoiceP*, TP e CP.
- f. Quanto ao estatuto do afixo *-r*, tanto Miguel (1996), para o espanhol, como Brito (2012), para o PE, propõem um estatuto ambíguo, que varia entre um estatuto derivacional (atrelado aos infinitivos nominais) e um estatuto flexional (atrelado aos infinitivos que, em alguma medida, apresentam comportamento verbal).
- g. Resende (2020), ao propor uma tipologia de nominalizações infinitivas para o PB, assume, assim como Miguel (1996) e Vázquez (2002), que esse tipo de nominalização apresenta aspecto imperfectivo;
- h. Ainda quanto a proposta de Resende (2020), destacamos que o autor assume que o morfema *-r* nos infinitivos nominais é visto como a realização de *n*, enquanto nos infinitivos mistos é entendido como resultado morfofonológico da fusão entre T, Mod e Asp.
- i. Por fim, na estrutura dos infinitivos nominais, Resende (2020) assume a existência de um núcleo *Voice*_[Pass] que licencia adjuntos, mas não licencia especificador.

Desse modo, munidos da informação teórica desenvolvida neste capítulo, abrimos perspectivas para os dois próximos pontos a serem abordados nesta dissertação: um recorte das propriedades empíricas dos infinitivos nominais do PB e o desenvolvimento de uma proposta de análise que possa dar conta de prever e explicar esse comportamento.

CAPÍTULO 4

UMA DESCRIÇÃO DO INFINITIVO NOMINAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: PROPRIEDADES EMPÍRICAS

4.1 INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO

Este capítulo tem como objetivo central descrever e sistematizar as características empíricas do infinitivo nominal no PB. É importante ressaltar que as nominalizações formadas a partir de verbos na forma infinitiva não se limitam apenas ao tipo de nominalização infinitiva a ser tratada neste capítulo. Na verdade, vários autores, como Miguel (1996), Vázquez (2002), Brito (2012,2013), Resende (2020) já apontaram para a existência de diversos subtipos de infinitivos nominais translinguisticamente com características particulares. Dessa forma, a descrição trazida nesse capítulo representa apenas um recorte dos dados, ficando a questão de quantos – e quais seriam – os demais tipos possíveis a serem abordados em trabalhos futuros.

Para a descrição do comportamento dos infinitivos nominais abordados neste trabalho, tomamos como ponto de partida as propriedades propostas na tipologia de Grimshaw (1990). Do ponto de vista descritivo, a partir dessas propriedades propomos que os infinitivos nominais do PB funcionam como os nominais de evento complexo (*Complex Event Nominals*) na tipologia da autora. Em seguida, trazemos várias outras propriedades já notadas na literatura que tratou mais especificamente dos nominais infinitivos em variadas línguas românicas. Em linhas gerais propomos, com base na literatura discutida no capítulo anterior (MIGUEL, 1996; VÁZQUEZ, 2002; BRITO, 2012, 2013; RESENDE, 2020), um recorte das características que consideramos relevantes para a compreensão do infinitivo nominal no PB. Além disso, este capítulo é composto ainda de outras propriedades importantes que foram percebidas no próprio percurso da nossa pesquisa.

Por ser bastante produtivo, o infinitivo nominal acaba por trazer à luz uma diversidade de outros fenômenos, como por exemplo a natureza da categorização e da estrutura de argumentos, constituindo, então, um domínio consideravelmente complexo de investigação. Nesse sentido, buscamos explorar suas propriedades empíricas nos mais variados níveis, envolvendo o comportamento morfológico, sintático e semântico da formação em questão.

O objetivo último deste capítulo é, portanto, fornecer as bases empíricas que guiarão, no próximo capítulo, o desenvolvimento de uma análise formal que, ao mesmo tempo, seja

capaz de capturar as propriedades empíricas aqui descritas, enquanto mantendo o maquinário ao mínimo possível.

Para tanto, esse capítulo está dividido da seguinte maneira: na seção 4.2, apresentamos o tratamento proposto em Grimshaw (1990) para as nominalizações do inglês. Mais especificamente, essa seção propõe uma aproximação entre os *Complex Event Nominals*, cunhados por Grimshaw (1990), e os nominais infinitivos do PB. Essa discussão é feita exatamente com base na aplicação das propriedades empíricas elencadas por Grimshaw (1990) aos dados de nominais infinitivos do PB. A seção 4.3, por sua vez, explicita o comportamento dos dados de nominais infinitivos do PB a partir de um conjunto de outras propriedades já salientadas na literatura, além de propriedades que foram percebidas no curso da nossa própria pesquisa. A seção 4.4, por fim, traz as considerações finais deste capítulo.

4.2 AS NOMINALIZAÇÕES NA TIPOLOGIA DE GRIMSHAW (1990)

Grimshaw (1990) estabelece uma tipologia dos nominais, apontando que tais formações não apresentam um comportamento uniforme. Em linhas gerais, a autora discute as relações entre verbos e nomes, colocando como questão central as possibilidades de seleção de argumentos especialmente por parte dos núcleos nominais.

Apesar de haver algumas diferentes possíveis implementações (cf. ANDERSON, 1983-1984; HIGGINBOTHAM, 1983; DOWTY, 1984) naquele momento era difundida na literatura a ideia de que os verbos diferem dos nomes no sentido de que os primeiros apresentam uma estrutura argumental obrigatória, enquanto os últimos, se apresentam uma relação argumental, o fazem somente de maneira opcional.

Ao contrário dessa visão, a hipótese de trabalho da autora é a de que alguns tipos de nomes podem ter uma estrutura argumental obrigatória. Segundo Grimshaw (1990), essa possibilidade ficou obscurecida na literatura até aquele momento simplesmente porque alguns nomes podem possuir uma leitura ambígua entre tomar ou não argumentos. Do ponto de vista dos conceitos de base empregados pela autora, é importante ressaltar que a estrutura argumental é entendida por Grimshaw (1990) não apenas como um conjunto de argumentos, mas como a sistematização estruturada das relações entre os predicadores e as requisições impostas para os argumentos:

Estrutura argumental é uma representação estruturada que representa relações de proeminência entre argumentos. As relações de proeminência são determinadas conjuntamente pelas propriedades

temáticas do predicado (através da hierarquia temática) e pelas propriedades de aspecto do predicado.

(GRIMSHAW, 1990, p.4 – tradução nossa¹⁶)

Mais especificamente, a autora propõe uma tripartição que divide os nominais nas seguintes classes: Nominais de Evento Complexo (*Complex Event Nominals*), Nominais de Evento Simples (*Simple Event Nominals*) e Nominais de Resultado (*Result Nominals*). Os exemplos que ilustram essa tripartição podem ser vistos abaixo, respectivamente em (1a), (1b) e (1c).

- (1) a. John's examination of the patients took a long time.
 b. That trip/event took three weeks.
 c. The assignment is to be avoided.

(GRIMSHAW, 1990, p.57-59)

A partir dessa noção, na tipologia da autora, o contraste mais claro e central coloca de um lado os Nominais de Evento Complexo, que tomam argumentos obrigatoriamente e possuem uma estrutura de evento a eles associada que deve ser totalmente satisfeita e, de outro, os Nominais de Evento Simples e de Resultado, que não possuem estrutura argumental nem estrutura eventiva.

A conclusão até agora é que os nomes se dividem em dois tipos. Nominais de eventos complexos têm uma estrutura de eventos e uma estrutura de argumentos, e outros nominais não têm. Os nomes que possuem uma estrutura de argumento mostram as mesmas propriedades de tomada de argumento que os verbos, pois seu argumento é fundamentalmente obrigatório.

(GRIMSHAW, 1990, p.70 – tradução nossa¹⁷)

Sobre a relação entre estrutura argumental e temática, Grimshaw (1990) ressalta que mesmo nomes com estrutura argumental obrigatória são compreendidos como elementos defectivos, no sentido de exigirem a ajuda de preposições na marcação temática.

A natureza da estrutura de evento é um aspecto importante para a definição das possíveis distinções entre os nominais de evento complexo e os demais nominais que exprimem evento

¹⁶ “A-structure is a structured representation which represents prominence relations among arguments. The prominence relations are jointly determined by the thematic properties of the predicate (via the thematic hierarchy) and by the aspectual properties of the predicate.” (GRIMSHAW, 1990, p.4)

¹⁷ The conclusion so far is that nouns divide into two types. Complex event nominals have both an event structure and an argument structure, and other nominals have neither. Those nouns that have an argument structure show the same argument-taking properties as verbs in that their argument are fundamentally obligatory.” (GRIMSHAW 1990, p.70)

simples ou resultado. Assim, a estrutura de evento é entendida, na verdade, como parte da estrutura conceitual lexical dos nomes. De maneira geral, essa estrutura conceitual é, por definição, uma representação semântico-lexical que contém as informações sobre os papéis semânticos a serem atribuídos. Mais propriamente, então, a organização da estrutura argumental é entendida, pela autora, como um reflexo de sua semântica lexical. Isso significa que a estrutura argumental de um predicado deve ser derivada a partir das características centrais do seu significado. O ponto crucial quanto à estrutura argumental na análise dos nominais é que ela somente está incluída na estrutura conceitual lexical de nomes que expressem evento ou processo. Assim, de acordo com a proposição de Grimshaw (1990), mesmo que nominais de evento simples e nominais de resultado possam predicar, uma estrutura eventiva não será parte de sua estrutura conceitual.

Cada verbo e nome tem uma representação léxico-semântica (uma estrutura conceitual lexical ou lcs) que inclui, entre outras coisas, os participantes das atividades ou estados descritos pelo verbo [...] Alguns desses participantes são realizados como argumentos gramaticais e projetados em uma representação de uma estrutura. No entanto, a capacidade de projetar argumentos dessa maneira é limitada entre nomes a uma subclasse à qual me referirei como nominais de processo ou evento. Outros substantivos não têm uma estrutura argumental como parte de sua representação lexical, mesmo que possam muito bem ter argumentos semânticos aparecendo em suas definições de lcs.

(GRIMSHAW, 1990, p. 14 – *tradução nossa*¹⁸)

Dessa maneira, os Nominais de Resultado e os Nominais de Evento Simples compartilham mais características entre si. Mais especificamente, os Nominais de Evento Simples são caracterizados por denotarem um evento, entretanto, não há uma obrigatoriedade de que esses nominais satisfaçam a estrutura argumental do verbo de base. Os Nominais de Resultado, por sua vez, são caracterizados por denotarem o resultado de um evento. Finalmente, quanto aos Nominais de Evento Complexo, Grimshaw (1990) propõe que esses são o tipo que apresentam o comportamento mais próximo dos verbos, já que tais nominais também teriam uma estrutura de argumentos, denotando eventos que se subdividem em subpartes aspectuais.

¹⁸ “Each verb and noun has a lexico-semantic representation (a lexical conceptual structure or lcs) that includes, among other things, the participants in the activities or states described by the verb [...] Some of these participants are realized as grammatical arguments and projected into an a-structure representation. However, the ability to project arguments in this way is limited among nouns to a subclass that I will refer to as process or event nominals. Other nouns do not have a-structure as part of their lexical representation, even though they may very well have semantic arguments appearing in their lcs definitions.” (GRIMSHAW, 1990, p. 14)

A partir desse sistema, a autora retoma a divisão entre nominalizações gerundivas e derivadas de Chomsky (1970), propondo que apenas os nominais gerundivos teriam estrutura argumental, ao passo que os nominais derivados seriam tipicamente ambíguos quanto à possibilidade de tomarem argumentos.

Argumentarei que apenas nomes que se referem ao que chamo de eventos complexos - nomes que têm uma análise aspectual interna - têm uma estrutura argumental. Portanto, somente eles têm argumentos gramaticais obrigatórios, do tipo que os verbos possuem. Argumentarei que os gerúndios sempre têm uma estrutura argumental e que os nominais derivados são tipicamente ambíguos a esse respeito.

(GRIMSHAW, 1990, p. 14 – *tradução nossa*¹⁹)

É interessante ressaltar que o comportamento que Grimshaw (1990) atribui aos nominais gerundivos do inglês - ou mais amplamente, aos Nominais de Evento Complexo como um todo - parece espelhar também o funcionamento das nominalizações infinitivas do PB. Mais especificamente, os infinitivos nominais no PB denotam evento e, assim como o verbo de base, precisam de uma estrutura de argumentos que as completem. É importante notar ainda que tais formações não são ambíguas, de modo que a leitura de resultado de evento, por exemplo, não é licenciada pelo infinitivo.

- (2) a. *O corrigir terminou ontem.
 b. *O corrigir das provas está sobre a mesa.
 c. O corrigir das provas terminou ontem.

Dessa maneira, é possível dizer que o dado em (2a) é agramatical porque a estrutura argumental da forma infinitiva não está satisfeita. Em (2b), por sua vez, o argumento interno está presente na estrutura, no entanto, a agramaticalidade ainda prevalece uma vez que os nominais infinitivos não licenciam a leitura de resultado de evento. Por outro lado, a gramaticalidade de (2c) parece estar atrelada a três pontos centrais que sistematizamos abaixo:

¹⁹ I will argue that only nouns that refer to what I call complex events—nouns that have an internal aspectual analysis—have a-structure. Hence, only they have obligatory grammatical arguments of the kind that verbs have. I will argue that gerunds always have a-structure and that derived nominals are typically ambiguous in this respect. (GRIMSHAW, 1990, p. 14).

- a. A leitura de evento que acompanha a nominalização;
- b. A presença do argumento interno;
- c. A conceitualização de um argumento externo que, embora não explicitamente especificado, é conceitualmente interpretado.

Essas propriedades mais gerais parecem aproximar a nominalização infinitiva do PB dos Nominais de Evento Complexo da tipologia proposta em Grimshaw (1990). Para explorar mais detalhadamente essa convergência de comportamento, na próxima subseção apresentamos as principais características dessa classe de nominais e as aplicamos aos infinitivos nominais no PB.

4.2.1 Uma aproximação entre os Nominais de Evento Complexo e o Infinitivo Nominal do PB

Esta subseção tem por objetivo contribuir para a descrição dos nominais infinitivos do PB a partir dos diagnósticos propostos em Grimshaw (1990) especificamente para os Nominais de Evento Complexo, doravante NECs.

Para tanto, uma vez que o comportamento dos NECs fica mais saliente a partir do contraste com as características dos Nominais de Resultado, doravante NRs, em relação aos quais eles apresentam assimetrias importantes, optamos por apresentar as propriedades de ambos os tipos de modo comparativo, com vistas a explicitar o fato de que os nominais infinitivos do PB são empiricamente semelhantes aos NECs. As propriedades mais relevantes para essa discussão podem ser vistas na tabela abaixo:

Tabela 2 – Nominais de Evento Complexo e Nominais de Resultado na tipologia de Grimshaw (1990)

	NEC	NR
a. Interpretação	Leitura de evento	Leitura de resultado de evento
b. Estrutura Argumental	Obrigatória	Não obrigatória
c. Modificadores agentivos	Licenciam modificadores orientados para o agente	Não licenciam modificadores orientados para o agente
d. <i>By phrase</i>	Licenciam <i>by phrase</i>	Não licenciam <i>by phrase</i> (com interpretação agentiva)
e. Modificadores aspectuais	Licenciam modificadores aspectuais	Não licenciam modificadores aspectuais

f. Controle	Licenciam controle de argumento implícito	Não licenciam controle de argumento implícito
g. Número	Não podem ser pluralizados	Podem ser pluralizados

Fonte: Elaborado pelo autor

A primeira propriedade elencada por Grimshaw (1990) para descrever os NECs diz respeito à a leitura de evento atrelada a tais formações. Os nominais infinitivos do PB também apresentam leitura eventiva, como aponta o paradigma em (3):

- (3) a. O corrigir das provas pelo professor demanda toda a semana de trabalho.
 b. O cantar dos pássaros me confortou no período de luto.
 c. O falir das grandes empresas prejudica toda a classe trabalhadora.

Como se pode notar, nos dados em (3a) temos que o evento de corrigir as provas é que demanda que o professor se dedique toda uma semana, em (3b), novamente, temos que o evento de cantar dos pássaros foi o que gerou o conforto no interlocutor, e, em (3c), o mesmo comportamento pode ser observado. Em contraste, as sentenças abaixo, em que os infinitivos nominais estão inseridos em contextos que buscam forçar uma leitura de resultado, são agramaticais.

- (4) a. *O corrigir das provas está em cima da mesa.
 b. * O examinar do paciente deu negativo.

Nesse mesmo sentido, é interessante ressaltar que o contraste entre as formações em (3) e (4) revela que a estrutura argumental e a leitura eventiva parecem estar relacionadas, visto que uma vez que se verifica algum tipo de alteração na estrutura eventiva da sentença (de NEC para NR, por exemplo), tem-se, como consequência, que a estrutura argumental também se altera. A respeito especificamente da estrutura argumental, então, Grimshaw (1990) apresenta os NECs, em oposição aos NRs, com estrutura argumental obrigatória e, na nossa percepção, esse é também é o caso dos infinitivos nominais do PB, como evidenciam os dados em (5) a seguir:

- (5) a. *O gritar assustou os médicos.
 b. O gritar da criança assustou os médicos.
 c. *O corrigir demanda toda a semana de trabalho.
 d. O corrigir das provas pelos professores demanda toda a semana de trabalho

Por outro lado, em uma estrutura de resultado, evidenciada, por exemplo, pela

alternância entre o infinitivo nominal e outros tipos de formas nominalizadas, tal como se pode ver abaixo, a obrigatoriedade de estrutura argumental parece não ser necessária:

- (6) a. O grito assustou os médicos.
b. A correção demanda toda a semana de trabalho.

Atrelada à obrigatoriedade de argumentos, outra propriedade importante dos NECs, a partir da proposta de Grimshaw (1990), é a possibilidade de inserção de modificadores agentivos. Os nominais infinitivos do PB, quando apresentam um verbo de base agentivo, também acabam por licenciar esse tipo de modificação.

- (7) a. O interromper proposital da pauta da reunião irritou o diretor.
b. O quebrar as velhas paredes com martelotes facilitou a reforma da casa.

Os dados acima apontam que o licenciamento de modificadores que revelam a presença de um agente, tais como *proposital* em (7a) e também o modificador instrumental *com martelotes* em (7b), é possível nos nominais infinitivos do PB, o que parece apontar para a existência de um agente nessas formações.

Além dos modificadores agentivos, a proposta da autora também traz como diagnóstico na sua tipologia de nominais a possibilidade de modificação de um NEC com um PP agentivo, ou mais especificamente através de uma *by phrase*. Como previsto, tal elemento também é permitido na nominalização infinitiva do PB.

- (8) a. O interromper proposital da pauta pelos militantes irritou o diretor.

Dessa mesma maneira, outra propriedade apontada na descrição dos NECs é a ocorrência de modificadores aspectuais de natureza adverbial. É importante notar, então, que esse tipo de modificação também é possível quando o que está em jogo são os nominais infinitivos do PB, como se pode ver em (9) abaixo:

- (9) a. O cantar dos pássaros *durante toda a madrugada* é ensurdecedor.
b. O treinar *todos os dias* é o que qualifica os atletas olímpicos.
c. O discursar do presidente *por duas horas* inflamou os operários.

Além disso, os infinitivos nominais, assim como os NECs, permitem estruturas de controle em que um argumento implícito é evidenciado:

- (10) a. O traduzir do livro pelos editores para acessar um público mais amplo foi uma ótima ideia.
 b. O organizar das leituras pelos professores para ajudar os alunos durante o ano letivo foi uma ótima ideia.

Os verbos *acessar* e *ajudar* em (10a-b), acima, são formações que apresentam argumento externo. O ponto central do diagnóstico apontado por esses dados é que tal elemento não está explicitado na estrutura argumental desses predicados propriamente, mas é possível interpretá-lo através do controle exercido, por exemplo, pelos PPs agentivos associados às formações *traduzir* e *organizar* na primeira parte das sentenças.

A última característica que selecionamos na comparação entre os NECs e os infinitivos nominais do PB diz respeito à impossibilidade de pluralização dessas formações. A variação de número é uma propriedade tipicamente licenciada no domínio nominal que, no entanto, é barrada, tanto nos NECs como nos infinitivos nominais, tal como fica evidente nos dados abaixo:

- (11) a. *Os corrigires das provas pelo professor demanda toda a semana.
 b. *Os cantares do coral emocionou a todos na cerimônia.
 c. *Os dançares dos bailarinos no teatro.

Em contrapartida, vale salientar que a leitura de resultado, ao contrário do que ocorre nos nominais infinitivos, acaba por licenciar a pluralização, como se pode ver em (12):

- (12) a. As correções das provas estão na mesa.
 b. Os exames duraram duas horas.

Em suma, as propriedades elencadas na primeira parte deste capítulo delimitam um aspecto importante da natureza do fenômeno em análise nesta pesquisa, apontando para o fato de que os infinitivos nominais do PB parecem, em grande medida, apresentar um comportamento correspondente aos NECs, tal como apresentado na tipologia de Grimshaw (1990). No entanto, além das propriedades apontadas em Grimshaw (1990), outras características importantes também aparecem elencadas na literatura que se debruçou mais especificamente no tratamento do infinitivo nominal em variadas línguas (cf. MIGUEL, 1996; VÁZQUEZ, 2002; BRITO, 2012). Na próxima subseção, sistematizamos algumas das propriedades que consideramos centrais para a compreensão do fenômeno no PB.

4.3 OUTRAS PROPRIEDADES DO INFINITIVO NOMINAL NO PB

Uma das propriedades mais salientes do infinitivo nominal do PB é a sua produtividade. Assim, tais formações parecem se configurar como um processo altamente produtivo, no sentido não do uso propriamente dito, mas da potencialidade da formação. O infinitivo nominal do PB pode, então, ser formado a partir de verbos de variadas estruturas argumentais, como inergativos, inacusativos, transitivos e bitransitivos, por exemplo.

- (13) a. O dançar da bailarina foi a melhor performance do show de talentos.
 b. O nascer da filha mais nova uniu toda a família
 c. O atropelar de inocentes por motoristas embriagados é crime nesse estado.
 d. O doar dos livros do falecido reitor pelo herdeiro para a biblioteca enriqueceu o acervo da universidade.

Além disso, é interessante ressaltar que a interpretação do infinitivo nominal é bastante previsível de modo que ela mantém uma interpretação bastante semelhante ao verbo de base, sem que qualquer leitura não composicional ou arbitrária possa ser atrelada ao infinitivo nominal. Com isso em mente, comparemos, por exemplo, as formas verbais e nominais nos exemplos abaixo:

- (14) a. O João comprou a casa da fazenda.
 b. O comprar da casa da fazenda pelo João.
 c. A Ana vendeu a casa da fazenda.
 d. O vender da casa da fazenda pela Ana.
 e. A Maria chorou desesperadamente.
 f. O chorar desesperado da Maria.

Outra propriedade importante do infinitivo nominal no PB é que ele pode ser introduzido por diferentes tipos de determinantes, tais como artigo definido, artigo indefinido ou pronome demonstrativo, por exemplo. Essa possibilidade de variação no determinante que antecede o infinitivo nominal pode ser vista nos dados abaixo:

- (15) a. O cantar alegre dos pássaros nas manhãs anuncia o verão.
 b. Esse cantar alegre dos pássaros nas manhãs anuncia o verão.
 c. Um cantar desafinado dos pássaros nas manhãs anuncia o verão.

Nesse mesmo sentido, é interessante notar que o infinitivo nominal do PB pode ainda ser introduzido por um pronome possessivo, tal como se pode ver abaixo:

- (16) a. Seu treinar exaustivo garantiu o melhor desempenho nas provas finais.
 b. Seu comprar desenfreado de coisas inúteis levou a família à falência.
 c. Seu cultivar bons hábitos fez com que ela vivesse por longos anos.

Embora uma análise dos possessivos esteja fora do escopo desta dissertação, podemos notar que a presença de um possessivo antecedendo o infinitivo é suficiente para definir o caráter nominal da formação, ou seja, na presença da forma de possessivo, como ocorre em (17a), o determinante se torna opcional, podendo ou não ser realizado:

- (17) a. O seu desafinado cantar demonstra que ele não tem talento para as artes.
 b. Seu desafinado cantar demonstra que ele não tem talento para as artes.

Como também já apontamos na discussão dos diagnósticos da Grimshaw (1990), é uma propriedade recorrente dos infinitivos nominais translinguisticamente o fato de que tais formações não podem ser pluralizadas, diferentemente do que se espera em formações que pertencem à categoria dos nomes.

- (18) a.*Os cantares desafinados do coral.
 b.*Os estudares para a prova.
 c.*Os plantares de soja
 d.*Os venderes de imóveis

Nessa mesma linha de raciocínio, é importante ainda destacar que a forma nominal do infinitivo do PB parece não aceitar a flexão de número e pessoa que seria, por exemplo, correspondente a um infinitivo flexionado.

- (19) a.*O sairmos cedo para o trabalho nos deixa mais distantes.
 b. *O comerem gorduras é o principal agravante dos níveis de obesidade.

Retomando as possibilidades de modificação, propriedade importante também na descrição de Grimshaw (1990), temos que o infinitivo nominal parece poder ser modificado tanto por adjetivos quanto por advérbios:

- (20) a. O belo cantar dos pássaros alegres [...]
 b. O vencer heroico dos atletas traz esperança de um futuro melhor.
 c. O vender da casa rapidamente alegrou a imobiliária.
 d. O corrigir das provas meticulosamente pelo professor [...]

Dessa mesma maneira, o infinitivo nominal parece também permitir a modificação por oração relativa, como apontado pelos dados em (21) abaixo:

- (21) a. O cantar da cotovia [que foi ouvido de manhã] despertou o Romeu.
 b. O vender da casa [que foi exigido pelo juiz] encerrou os trâmites do divórcio.

Além disso, é possível também modificar o infinitivo nominal do PB com uma negação, o que é bastante interessante, uma vez que a negação parece estar associada mais propriamente a verbos e não a nomes:

- (22) a. O não ensaiar do coral foi a causa de ter sido um desastre.
 b. O não estudar para as provas fez com que o João reprovasse outra vez.
 c. O não quitar das dívidas foi o que faliu a empresa do Pedro.

Mais especificamente no que diz respeito à estrutura argumental, já vimos através da tipologia de Grimshaw (1990) que os infinitivos nominais parecem estar atrelados à realização dos argumentos que são previstos na estrutura do verbo de base.

- (23) a. O doar dos livros do falecido reitor pelo herdeiro para a biblioteca enriqueceu o acervo da universidade.
 b. O herdeiro doou os livros do falecido reitor para enriquecer o acervo da biblioteca da universidade.
 c. O correr da maratona pelo atleta olímpico deixou os habitantes orgulhosos.
 d. O atleta olímpico correu a maratona e deixou os habitantes orgulhosos.

É possível notar ainda que quando o verbo apresenta somente um argumento, seja ele interno, como no caso dos inacusativos, ou externo, como no caso dos inergativos, esse argumento, parece ser obrigatório na nominalização infinitiva.

- (24) a. O dançar da bailarina emocionou os espectadores do teatro.
 b. *O dançar emocionou os espectadores do teatro.
 c. O cantar dos pássaros anuncia o verão.
 d. *O cantar anuncia o verão.
 e. O avançar dos nazistas chocou os franceses.
 f. * O avançar chocou os franceses.

Por outro lado, quando o verbo possui dois ou mais argumentos somente o argumento interno parece ser obrigatoriamente explicitado, sendo que o externo, por sua vez, pode ser explicitado ou não na formação, muito próximo ao que ocorre, por exemplo, na formação das sentenças passivas.

- (25) a. O colocar dos livros na mesa [pelo João] irritou o professor.
 b. O abrir das janelas [pelas enfermeiras] alegrava os doentes.
 c. O emprestar dos livros [pela biblioteca] precisa ser acordado com a teoria.

No entanto, é importante atentarmos para o fato de que mesmo que o infinitivo nominal ocorra sem a explicitação do argumento externo, se o verbo de base for agentivo, então, um agente é conceitualmente interpretado na estrutura, mesmo ele não estando realizado ou especificado na forma de superfície.

Da mesma forma, se o argumento externo é o único elemento presente na estrutura argumental, ele é introduzido pela preposição *de*, marcadora de genitivo. Quando, no entanto, o argumento interno está presente, o agente passa a ser introduzido pela preposição *por*, sendo que o argumento interno, por sua vez, parece vir sempre marcado com um genitivo em *de*:

- (26) a. O plantar de soja pelos grandes produtores desterroou os pequenos produtores.
 b. O comprar da casa pela família alegrou os filhos mais novos.
 c. *O cantar dos pássaros/*pelos pássaros espanta os fantasmas da alma.
 d. *O dançar da bailarina/*pela bailarina foi em prol da causa animal na cidade.

Mais especificamente, então, quando se olha para a marcação de caso do argumento que ocorre junto ao infinitivo nominal, é possível observar que tal formação não pode tomar um elemento com Caso nominativo como seu argumento, tal como exemplificado nos dados abaixo:

- (27) a. *O cantar ela na abertura do show vai animar o público.
 b. O cantar da Maria na abertura do show vai animar o público.
 c. *O discursar ele na feira foi prolixo e desconexo.
 d. O discursar dele na feira irritou foi prolixo e desconexo.

Nesse mesmo sentido, o infinitivo nominal no PB não pode ocorrer junto com clíticos argumentais:

- (28) a. *O dizê-las constantemente de palavras obscenas irrita qualquer pessoa.
 b. * O fazê-los exaustivamente os treinos ajudou o atleta a vencer o campeonato.

Por outro lado, o infinitivo nominal parece ser licenciado com argumentos na forma de pronomes reflexivos:

- (29) a. O olhar-se no espelho não deveria despertar tristeza.
b. O pentear-se todas as manhãs melhora a produtividade no trabalho.
c. O lavar-se todos os dias é uma cultura nos trópicos.

Por fim, o infinitivo nominal não parece estar atrelado a qualquer noção de tempo no sentido de que a propriedade temporal da sentença poderá ser definida, tanto pelo verbo da sentença, como por modificadores dessa natureza.

- (30) a. O plantar de soja empobrece o solo.
b. O dançar da bailarina ontem emocionou a todos.
c. O discursar do ministro amanhã tratará de jurisprudência.

O conjunto de propriedades elencadas nesta seção em muitos pontos dialoga com as propriedades apresentadas na literatura que foi discutida no capítulo anterior. Esse conjunto de propriedades é uma peça central na construção de uma análise sintática para a nominalização infinitiva no PB, conforme objetivamos neste trabalho.

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

O objetivo central deste capítulo é elencar as propriedades empíricas dos infinitivos nominais do PB analisados nesta dissertação. Para tanto, inicialmente nos ocupamos em argumentar em favor de que esses nominais funcionam como os NECs de acordo com a tripartição de nominais proposta em Grimshaw (1990). Em seguida, ocupamo-nos em oferecer uma descrição mais ampla dessas formações a partir de propriedades já propostas na literatura que tratou do tema (MIGUEL, 1996; VÁZQUEZ, 2002; BRITO, 2012), mas também acrescentando outras características que foram notadas ao longo do desenvolvimento pesquisa.

Finalmente, cabe salientar que é justamente essa seleção de propriedades empíricas que nos servirá como base para guiar a proposta de estrutura sintática dos infinitivos nominais construída no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5

UMA PROPOSTA SINTÁTICA DE ANÁLISE PARA O INFINITIVO NOMINAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

5.5 INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO

O presente capítulo tem como objetivo central delinear uma proposta de análise para os infinitivos nominais do PB tomando como escopo teórico uma perspectiva sintática de formação de palavras nos moldes da MD (Halle e Marantz, 1993; Marantz, 1997 e muitos trabalhos subsequentes). Dentro dessa perspectiva propomos que a presença e organização hierárquica dos núcleos funcionais que participam da estrutura dessas formações seja capaz de descrever e explicar o comportamento dos dados.

De maneira geral, portanto, a ideia deste capítulo é explicitar quais são os núcleos funcionais necessários e suficientes para que um infinitivo nominal seja licenciado no PB. Mais especificamente, a implementação da nossa proposta engloba os aspectos sistematizados abaixo:

- a. O infinitivo nominal do PB é formado por uma sequência de núcleos funcionais de natureza verbal que, no entanto, é dominada, no topo da estrutura, por projeções funcionais de natureza nominal;
- b. Os núcleos funcionais verbais presentes na estrutura são os seguintes: núcleo categorizador (*v*), núcleo *Voice* (KRATZER, 1996) introdutor de argumento externo e núcleo de Aspecto;
- c. Os núcleos funcionais nominais presentes na estrutura são os seguintes: núcleo categorizador (*n*) e núcleo D;
- d. O afixo *-r* que aparece, tanto no infinitivo nominal, quanto nos infinitivos não encabeçados por D, é a realização do núcleo de Aspecto e não do núcleo *n*;
- e. Consequentemente, ao contrário do que comumente se postula na literatura (cf. GRIMSHAW, 1990; ALEXIADOU, 2001), propomos que nominalizações zero podem ser eventivas e comportar uma estrutura argumental obrigatória.

Neste ponto, é importante destacar que o foco deste capítulo é a discussão de uma estrutura sintática que seja capaz de derivar os infinitivos nominais do PB que foram descritos no capítulo anterior. Dessa forma, questões relacionadas a uma possível tipologia de infinitivos de natureza nominal no PB, é um tópico importante que, no entanto, extrapola os limites desta dissertação e que deixaremos para análises futuras.

A organização deste capítulo se dá da seguinte forma: a seção 5.2 discute os mecanismos de introdução do argumento externo nos infinitivos nominais. Além disso, essa seção traz ainda uma breve discussão no sentido de motivar a ausência de um núcleo de tempo, ou mais especificamente de uma projeção TP nos infinitivos nominais do PB. A seção 5.3, por sua vez, apresenta os mecanismos de introdução do argumento interno. Tal discussão se correlaciona a outros aspectos teóricos mais específicos que também são apresentados nas subseções deste capítulo, tais como: a relação entre a raiz e a introdução de argumentos; a natureza do elemento preposicionado que introduz os argumentos do infinitivo nominal e a leitura aspectual associada a essas formações. Já a seção 5.4 coloca em discussão as projeções nominais que integram o infinitivo nominal. Por fim, a seção 5.5 traz as considerações finais do capítulo.

6.6 A INTRODUÇÃO DO ARGUMENTO EXTERNO NOS INFINITIVOS NOMINAIS PB

Tomando como ponto de partida especificamente a estrutura de argumentos que pode estar atrelada aos infinitivos nominais do PB a depender do verbo de base, nesta seção, discutimos os mecanismos de introdução do argumento externo nas nominalizações infinitivas. Em linhas gerais propomos que o argumento externo dessas formações é sintaticamente representado por um PRO (cf. MIGUEL, 1996) na posição de especificador do núcleo *Voice*, sendo que tal PRO pode:

- (i) Manter-se conceitualmente interpretado, mas não ser especificado ou explicitado na estrutura;
- (ii) Ser especificado ou explicitado por um adjunto introduzido por PP com o qual o PRO é coindexado;
- (iii) Ser realizado como um DP pleno, quando tal elemento é o único argumento do verbo de base;
- (iv) Ter a sua leitura controlada, por exemplo, por um possessivo que será, mais tarde, introduzido na estrutura interna do DP;

Um dos mecanismos que evidencia a existência de um argumento externo nas nominalizações infinitivas do PB é a realização desse elemento através da preposição *por*, tal como se pode ver nos dados abaixo:

- (1) a. O João comprou a casa amarela e sua família se alegrou.
 b. O comprar da casa amarela **pelo João** alegrou sua família.
 c. A filha mais nova acendeu as luzes da casa e assustou o ladrão.
 d. O acender das luzes da casa **pela filha** mais nova assustou o ladrão.
 f. A biblioteca doou o acervo para a universidade, o que alegrou os alunos.
 g. O doar do acervo **pela biblioteca** para a universidade alegrou os alunos.

A comparação entre os pares de sentenças acima parece apontar para o estatuto legítimo de argumento externo dos PPs destacados nos infinitivos nominais, tanto quanto o são nas contrapartes estritamente verbais.

Especificamente sobre o licenciamento desse argumento, desde Marantz (1984) já aparece na literatura a ideia de que o verbo juntamente com o argumento interno – e não de maneira isolada – atribui um papel temático ao argumento externo. Em outras palavras, há uma assimetria entre os argumentos de um verbo, de modo que as propriedades do argumento interno também são capazes de influenciar as propriedades do argumento externo.

A proposta de que o argumento externo deveria ser introduzido por um núcleo funcional fora do domínio de VP é formalizada em Kratzer em (1996). Mais especificamente, a autora propõe que o argumento externo é inserido através de um núcleo funcional *Voice*, que combina o argumento externo ao evento denotado pelo verbo através de uma operação denominada Identificação de Evento (*Event Identification*).

Um núcleo funcional introdutor de argumento externo, *v* na terminologia de Chomsky (1993, 1995), também é assumido no âmbito do Programa Minimalista. É interessante notar, no entanto que, na perspectiva teórica da MD, com a introdução dos categorizadores, há um intenso debate na literatura se o *v* categorizador também poderia ser responsável pela introdução do argumento externo, acumulando ambas as funções. Dentro desse debate, Harley (2013), analisando a interação entre a morfologia aplicativa e causativa no Hiaki, a partir do mapeamento entre morfologia e sintaxe previstos pelo *Mirror Principle* (BAKER, 1985), fornece argumentos em favor da distinção de *Voice*, introdutor de argumento externo e *v* categorizador verbal.

Assumindo também essa distinção, partiremos da ideia inicial de base que o licenciamento do argumento externo está atrelado à existência de um núcleo *Voice* na estrutura. No que diz respeito mais especificamente ao infinitivo nominal do PB, a implicação direta é

que a estrutura funcional dessas formações pode contar um núcleo *Voice* na projeção estendida da camada verbal, a depender do verbo de base. Em outras palavras, a nominalização do infinitivo, ou mais propriamente a entrada de projeções de natureza nominal da estrutura dessas formações, acontece somente acima de *Voice*.

Propostas anteriores, tais como Grimshaw (1990) e Borer (1993), por exemplo, argumentam em favor de que certas nominalizações que apresentam a noção de agentividade no argumento externo, passam por um processo de passivização. Sem nos delongarmos nessas propostas, apontamos que tal assunção é falha para tratar dos infinitivos nominais do PB, uma vez que tais formações são gramaticais mesmo diante de verbos inacusativos, ao contrário das estruturas passivas.

- (2) a. As florem caem no inverno.
 b. *As flores foram caídas no inverno.
 c. O cair das flores no inverno.

Além disso, outras diferenças importantes parecem permear a comparação entre as passivas e os infinitivos nominais. A própria realização morfossintática das formas parece ser diferente: a despeito do fato de ambas conterem uma “forma nominal do verbo”, ou seja, o infinitivo na nominalização e o particípio na passiva, somente no segundo tipo de estrutura a “forma nominal” precisa ser acompanhada de um verbo auxiliar para ser realizada. Dessa mesma forma, enquanto na passiva há concordância de gênero e número manifestada através do particípio, como vimos no capítulo anterior, o infinitivo não se pluraliza, nem pode ser acompanhado por um determinante feminino. Aliás, a presença do determinante antecedendo o infinitivo na nominalização, mas não o particípio na passiva também aponta para a natureza diferentes de tais formações.

De qualquer forma, de maneira semelhante ao que ocorre nas passivas, do ponto de vista da sua realização, o argumento externo das nominalizações infinitivas não precisa estar explicitado ou especificado para que a sentença seja gramatical:

- (3) a. O professor corrigiu as provas.
 b. *corrigiu as provas.
 c. As provas foram corrigidas pelo professor.
 d. As provas foram corrigidas.
 d. O corrigir das provas pelo professor levou muito tempo.
 e. O corrigir das provas levou muito tempo.

Nos dados em (3d) e (3e) acima, podemos notar que, diferentemente da formação em

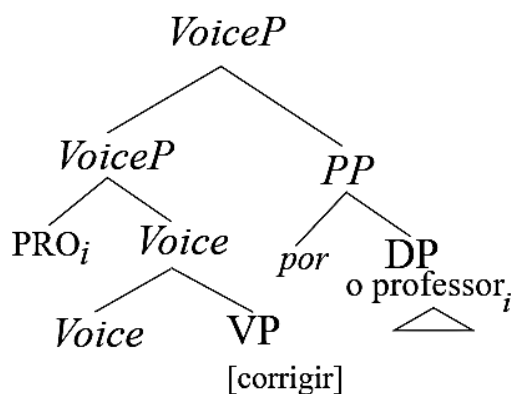
(3b), tanto nas passivas quanto nas nominalizações infinitivas, o argumento externo pode estar ausente da sentença. Embora a estrutura de argumento das sentenças passivas fuja do escopo deste trabalho, em relação à nominalização infinitiva propomos que esse argumento é estruturalmente obrigatório na sintaxe da formação, mas sua explicitação é que é opcional.

Em termos formais, então, a obrigatoriedade desse argumento é dada pela presença de um núcleo *Voice* na estrutura, que introduz o argumento externo em seu Spec. A opcionalidade na explicitação ou na realização fonológica dele, no entanto, é interpretada nesta pesquisa através da postulação de uma categoria vazia, ou mais especificamente um PRO (cf. MIGUEL, 1996), que é licenciado nessa posição. O PRO no especificador de *Voice* tem como consequência sintática a satisfação da grade argumental da formação de base. Por outro lado, a consequência semântica da presença de tal elemento é que o evento denotado é interpretado como algo necessariamente desencadeado por um agente, apesar de tal elemento não estar explicitado.

É importante ressaltar que verbos não agentivos, como em (2c), são plenamente aceitáveis nos infinitivos nominais. Para esses casos, no entanto, propomos que: ou o especificador de *Voice* não faça parte da estrutura ou o próprio núcleo *Voice* esteja ausente. No entanto, essa especulação ultrapassa o domínio dos infinitivos nominais propriamente ditos para se colocar em um contexto mais amplo que diz respeito à existência e funcionamento de *Voice* em estruturas não agentivas.

Se a proposta de um PRO como argumento externo estiver no caminho correto, uma das maneiras de se explicitar tal argumento em uma nominalização infinitiva pode ser através da coindexação entre o PRO no especificador de *Voice* e o PP introdutor de agente nucleado pela preposição *por*. Dada a opcionalidade dessa explicitação, analisamos o PP mais especificamente, como adjunto de *Voice*. Nessa configuração, o DP que está no interior do PP recebe Caso diretamente da preposição que o acompanha.

A partir desse raciocínio, a estrutura parcial das nominalizações infinitivas com PP agente coindexado ao especificador de *Voice* pode ser vista baixo:



A estrutura parcial, acima, ilustra a inserção do argumento externo nas nominalizações conforme proposto nesta dissertação. Assim, assumimos que o argumento externo é explicitado na forma de um adjunto introduzido por meio da preposição *por*, o qual está coindexado a um PRO alocado no especificador de *Voice*. Essa proposta é interessante, uma vez que possibilita a manutenção, na nominalização infinitiva, da estrutura de argumentos do verbo de base. Isso explica, por exemplo, o potencial de produtividade dessas formações, além de tornar previsíveis as relações interpretativas entre a forma verbal e a forma nominal. Ao mesmo tempo, no entanto, essa proposta dá conta de explicar uma assimetria de realização nos argumentos externos e internos: enquanto o argumento interno é obrigatoriamente realizado, o argumento externo tem opcionalidade de realização. Propomos que essa opcionalidade não é, no entanto, sintática, uma vez que, do ponto de vista da estrutura, o argumento externo está presente, ainda que através de um elemento não fonologicamente realizado.

Além da coindexação com um PP adjunto, na análise do argumento externo das nominalizações infinitivas do PB propomos que é possível também que o especificador de *Voice* seja preenchido por um DP pleno. Para explorar essa possibilidade, vamos voltar aos casos em que o DP agente é o único argumento do verbo de base da nominalização infinitiva. Nesses casos o argumento externo não é introduzido pela preposição *por*, mas sim pela preposição *de*, como ilustrado em (5):

- (5) a. O cantar dos pássaros anunciou a chegada do verão.
 b. *O cantar pelos pássaros [...]
 c. O dançar da bailarina no teatro emocionou a todos os presentes.
 d. * O dançar pela bailarina no teatro [...]

A amostra em (5) traz a versão nominalizada de verbos inergativos. Como é possível

notar, diferente do paradigma em (3) o que temos aqui é o agente sendo inserido na forma de um PP introduzido por *de*. A diferença no tipo de preposição ilustra, na nossa visão, também uma diferença no mecanismo de licenciamento sintático. Assim, a nossa proposta de análise para esses casos é que o agente na forma de um DP seja inserido diretamente no especificador de *Voice*. A partir desse raciocínio, se pensarmos em uma configuração verbal canônica, o caminho derivacional mais comum para um DP nessa posição seria:

- (i) Fazer o *Agree* com T para valoração do Caso nominativo e
- (ii) Fazer o movimento para especificador de T para satisfazer o traço EPP.

No entanto, esses passos derivacionais não estariam disponíveis nas nominalizações infinitivas do PB, uma vez que a nossa proposta é que tais formações não apresentam um núcleo T em sua estrutura (cf. ALEXIADOU, 2001). Um dos argumentos que evidencia a ausência de T nos nominais infinitivos do PB é a impossibilidade de que formas verdadeiramente flexionadas em tempo possam ser nominalizadas, tal como evidenciado pela agramaticalidade dos dados abaixo:

- (6) a. O cantar dos pássaros.
- b. *O cantou dos pássaros.
- c. O cair das flores.
- d. *O caia das flores.

Além disso, outro argumento que sustenta a ausência de um núcleo T nas formações em questão é a impossibilidade de que o infinitivo nominalizado apresente flexão de número e pessoa, de modo que o chamado infinitivo flexionado torna a formação agramatical.

- (7) a. *O cantarem dos pássaros.
- b. *O caírem das flores.
- c. *O corrigirmos das provas.

Dessa mesma forma, outra evidência que aponta para a inexistência de um núcleo de T nos infinitivos nominais é o fato de tais formas não serem licenciadas junto com clíticos argumentais que se adjungem a tal núcleo sintático:

- (8) a. *O dizê-las constantemente de palavras obscenas irrita qualquer pessoa.
- b. * O fazê-los exaustivamente os treinos ajudou o atleta a vencer o campeonato.

Por fim, outro indicativo que vai na mesma direção, é a impossibilidade de atribuição de Caso nominativo nessas formações.

- (9) a. *O corrigir ele das provas tão rapidamente surpreender aos alunos.

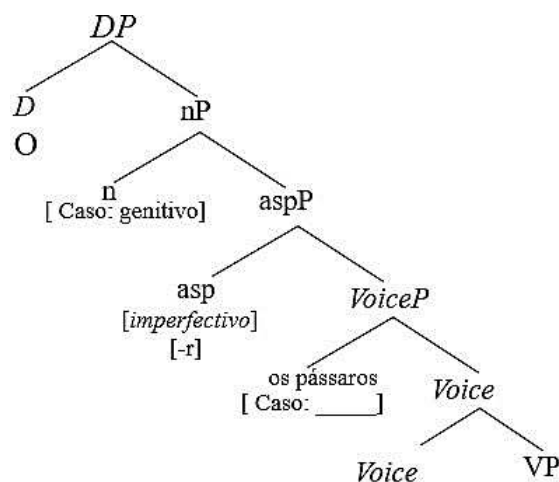
b. *O comprar eu dos cobertores para o orfanato alegrou as crianças.

Nos dados acima, a realização do agente através de um pronome na forma nominativa parece causar a agramaticalidade da sentença. Se assumirmos que o nominativo é atribuído via T, então a correlação entre a ausência de T e de Caso nominativo é prontamente explicada.

Voltando, então, para a inserção do argumento externo na forma de um elemento preposicionado com *de* (cf. (4)), ao ser gerado no especificador de *Voice* e, na ausência de um elemento que possa fornecer Caso nominativo, argumentamos que o Caso desse argumento deverá ser dado por outra projeção na estrutura, mais especificamente, pelas camadas nominais mais altas.

Assim, propomos que a preposição *de* nada mais é que o reflexo morfofonológico, pós-sintático, da atribuição de Caso genitivo que, no nosso sistema, é fornecido pela camada nominal. Mais especificamente, assumimos, nesta dissertação, que o Caso genitivo é valorado pelo categorizador nominal *n*. Assim, por ser alto na estrutura sintática, além de ser o único DP disponível na estrutura, então, o Caso genitivo é atribuído o elemento no especificador de *Voice*. A estrutura parcial desses infinitivos nominais pode ser vista abaixo.

(10) a. O cantar dos pássaros.



Na estrutura acima, representamos, apenas por completude, o núcleo Asp, que será abordado mais a frente na análise. Para nossas discussões, é relevante, nesse momento, atentar para o fato de que o DP no Spec. de *Voice* tem um traço de Caso não valorado. A valoração desse traço acontece por meio de uma operação do tipo *Agree* (CHOMSKY, 2000, 2001), que, em linhas gerais, pode ser entendida como uma relação de traços estabelecida entre uma sonda que busca, na estrutura sintática, um alvo que apresente o traço relevante valorado.

Há ainda outro cenário interessante no licenciamento do argumento externo nas nominalizações infinitivas que fica latente quando um possessivo está presente na sentença, tal como nos dados a seguir:

- (11) a. O seu falar desenfreado de besteiras incomodou a todos.
b. O seu sorrir contagia a todos.

Nas formações acima é possível verificar que a explicitação do argumento externo se dá através do possessivo. Uma evidência interessante que parece sustentar essa afirmação é o fato de que a coocorrência entre tais possessivos e PPs agentes não é licenciada:

- (12) a. *O seu corrigir das provas pelo professor.
b. *O seu comprar de roupas pela Maria.

Apesar de a sintaxe dos possessivos estar fora do escopo do nosso trabalho, assumimos que esses elementos são licenciados na camada nominal que entrará mais tarde na estrutura sintática acima de *Voice*. Na nossa proposta, então, a estrutura das sentenças acima inclui também um PRO na posição de especificador de *Voice*. Do ponto de vista conceitual, esse PRO licencia em LF a interpretação de que aquele evento tem um agente. Esse PRO, no entanto, é coindexado ao possessivo na camada de DP, o que é responsável por licenciar a interpretação de que o referente do possessivo é equivalente ao argumento externo na sentença.

Em resumo, propomos nesta seção que, se o verbo de base possui argumento externo, então tal elemento também é obrigatório na nominalização infinitiva a ele correspondente. Mais especificamente, o licenciamento desse argumento pode se dar seguinte maneira:

- a. através de um PRO inserido no especificador de *Voice*. Esse PRO pode estar coindexado a outros elementos na sentença, tais como a um PP adjunto introduzido pela preposição *por* ou a um possessivo inserido na camada do DP.
- b. através de um DP inserido no especificador de *Voice*. Nesse cenário, o argumento externo será realizado através de um sintagma preposicional encabeçado por *de* correspondente a uma marca realização morfofonológica de Caso genitivo.

7.7 A INTRODUÇÃO DO ARGUMENTO INTERNO NOS NOMINAIS INFINTIVOS

A seção anterior deste capítulo foi dedicada à discussão de pontos relevantes em relação à natureza e ao estatuto do argumento externo nas nominalizações infinitivas do PB. Nesta seção, de forma específica, discutiremos aspectos relevantes para a introdução do argumento interno nas nominalizações infinitivas.

Quanto ao estatuto do argumento interno, propomos que é inserido não pela raiz propriamente dita, mas através do núcleo funcional categorizador. Necessariamente, portanto, argumentamos em favor de que as projeções *v* e *Voice*, sejam definidas como núcleos distintos na estrutura sintática, cada qual com funções sintático-semânticas específicas.

5.3.1 A natureza da raiz e a inserção do argumento interno

O debate em torno da natureza e do estatuto das raízes ainda se configura um dos temas mais efervescentes de debate na literatura, em especial no âmbito das teorias de base sintática para a formação de palavras.

De forma mais específica, o quadro teórico da MD assume que as raízes, juntamente com os traços morfossintáticos, são entendidas como primitivos da derivação sintática, estando alocados na Lista 1. Além disso, parece ser consensual no modelo que tais raízes não são previamente categorizadas nesse componente. Assim sendo, para adquirirem categoria, as raízes precisam se concatenar a um núcleo categorizador, como vimos no capítulo 1. No que diz respeito à seleção de argumentos, por outro lado, há um importante debate em torno de, pelo menos, duas posições a ser considerado no cenário das discussões sobre a natureza da raiz:

- (i) A raiz é capaz de selecionar o argumento interno (cf. MARANTZ, 1997; EMBICK, 2004; HARLEY, 2014);
- (ii) A raiz não pode selecionar argumentos (cf. BORER, 2003, 2005, 2014; MATEU, 2002; BASSANI e MINUSSI, 2015).

Uma das propostas mais influentes dentre aquelas que argumentam em favor da capacidade da raiz de selecionar argumentos é a de Harley (2014). Especificamente em relação à introdução de argumentos pela raiz, Harley (2014) assume que as raízes são capazes de selecionar argumentos e, portanto, de projetar seu rótulo na estrutura sintática. A fim de embasar sua proposta, a autora lança mão de dados de supleção na língua Hiaki. Nesses dados é possível observar que a realização fonológica da raiz parece estar condicionada à marcação de número apresentada por um dos argumentos do verbo, como sugerem os dados abaixo:

(13) a. mea [“matar” como objeto singular]

b. sua [“matar” como objeto plural])

(HARLEY, 2014, p. 7)

Na análise da autora, esse tipo de dado evidencia não só que a raiz é desprovida de fonologia – o que é um ponto ortogonal à nossa discussão – mas também que a raiz seleciona seu próprio argumento interno. Isso se dá, na visão da autora, diante da compreensão de que a supleção é desencadeada em um domínio consideravelmente local, ou mais propriamente, no domínio circunscrito à relação entre a raiz e seu argumento interno.

Muitas questões além da discussão em torno da capacidade das raízes de selecionarem seus complementos podem ser abordadas em relação à proposta de Harley (2014). No entanto, diante do limite de escopo da nossa pesquisa, focamos mais especificamente na inserção do argumento interno, ponto relevante para a estruturação dos infinitivos nominais. Nesse sentido, é importante notar que a suposição de que a raiz introduz argumento é consideravelmente problemática dentro de um viés teórico que assume as raízes como entidades acategoriais e desprovidas de traços sintático-semânticos.

Inserindo-se nesse debate, Bassani e Minussi (2015) argumentam contra a seleção de argumentos pela raiz. Para tanto, os autores se baseiam em evidências empíricas, em especial, de nominalizações no hebraico e da formação de verbos complexos no PB. Nesses dois casos, é possível verificar alternâncias na estrutura de argumentos que acompanham uma mesma raiz, o que parece apontar para a ideia de que a estrutura argumental não pode ser considerada, então, uma propriedade da raiz, mas do contexto sintático em que essa raiz ocorre. Alguns dados ilustrativos do hebraico podem ser vistos abaixo:

- (14) a. ha-‘ikarim gidlu ‘et ha-‘agvaniyot
 DEF-fazendeiros cultivaram MO DEF-tomates ‘
 Os fazendeiros cultivaram os tomates’
- b. gidul ha-‘agvaniyot (‘alyedey ha-‘ikarim)
 cultivo.CS.m.sg DEF-tomates (por DEF-fazendeiros)
 ‘O cultivo dos tomates (pelos fazendeiros)’
- c. ha-‘agvaniyot gadlu
 DEF-tomates cresceram
 ‘Os tomates cresceram’
- d. gdilat ha-‘agvaniyot
 crescimento.CS.fem.sg DEF-tomates
 ‘O crescimento dos tomates’

(BASSANI e MINUSSI, 2015, p. 151-152)

Nos dados do hebraico acima, temos, segundo Bassani e Minussi (2015), diferentes

padrões de estrutura argumental acompanhando uma mesma raiz. Em (12a), por exemplo, a raiz $\sqrt{\text{gdl}}$ está inserida em uma estrutura verbal causativa, que licencia um agente e um argumento interno. Por sua vez, em (12b) a mesma raiz, integrando a nominalização correspondente, também licencia a presença de um agente. Já em (12c), a raiz $\sqrt{\text{gdl}}$ combinada com um padrão vocálico verbal não causativo, passa a ser licenciada em uma sentença em que o agente não é projetado da mesma maneira que a sua nominalização correspondente em (12d).

Nesse mesmo sentido, evidências de alternância na estrutura argumental sem, no entanto, quaisquer alterações na raiz podem ser encontradas nas formações de verbos do PB, tal como ilustrado abaixo:

- (15) a. *Vazio a caixa.
 b. Esvaziar a caixa.
 c. *Garrafa o vinho.
 d. Engarrafar o vinho.

(BASSANI e MINUSSI, 2015, p. 156)

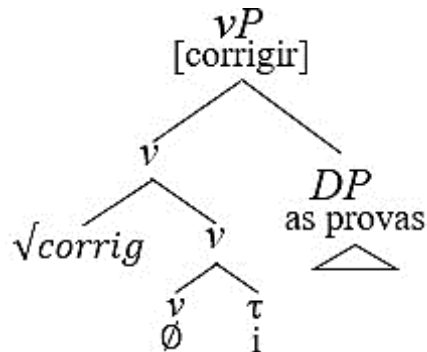
Na formação dos verbos acima em (13b) e (13d), é possível perceber, segundo Bassani e Minussi (2015), a necessidade de introdução de um novo argumento em comparação às contrapartes não verbais em (13a) e (13c). Dessa maneira, parece ficar evidente que a raiz não é suficiente para licenciar a entrada do argumento interno, uma vez que, nas formações acima, ainda que a raiz se mantenha a mesma, as possibilidades de inserção de argumento interno variam a partir dos diferentes contextos categoriais em que essa raiz se encontra.

Assim, nesta pesquisa, assumimos que as raízes são incapazes de selecionar argumento. As motivações dessa hipótese de trabalho se dão tanto no nível teórico, como empírico. Do ponto de vista teórico, a raiz, sendo desprovida de traços sintático-semânticos, como se tem assumido no modelo da MD, acaba por ser sintaticamente inerte, o que exclui, portanto, a possibilidade de que ela contenha qualquer informação sobre a estrutura argumental que será inserida da derivação. Por sua vez, do ponto de vista empírico, os dados de alternância argumental em diferentes estruturas sintáticas, mas com a preservação de uma mesma raiz, tal como explorado em Bassani e Minussi (2015), parecem apontar exatamente para o estatuto inerte da raiz em relação à estrutura de argumentos. Assim, entendemos que a entrada de um argumento deve acontecer estritamente via núcleos de natureza funcional. Especificamente em relação ao argumento interno, assumimos que a introdução desse elemento cabe a um núcleo funcional, mais especificamente, o categorizador v e não à raiz propriamente dita.

A partir das discussões acima, a estrutura que sistematiza a introdução do argumento

interno nas nominalizações infinitivas do PB está exemplificada a seguir:

(16) a. O corrigir das provas.



Na estrutura acima, é importante destacar que estamos assumindo, apenas por comodidade, que a vogal temática verbal é inserida pós sintaticamente através de uma operação morfológica de inserção de morfema dissociado no caminho para PF nos moldes de Oltra-Massuet (1999) e Harris (1999), não exercendo, portanto, qualquer papel do ponto de vista sintático.

Em suma, nesta subseção discutimos o mecanismo de inserção do argumento interno na estrutura sintática das nominalizações infinitivas. Mais especificamente, retomamos o debate em torno da relação entre a raiz e a entrada desse argumento, propondo que a raiz não é capaz de licenciá-lo. Dessa maneira, assumimos que o argumento interno nas nominalizações infinitivas é inserido através do categorizador verbal que está embutido na estrutura dessas formações.

5.3.2 A preposição e a atribuição de Caso para o argumento interno

Nesta subseção discutimos o mecanismo de atribuição de Caso envolvido no licenciamento do argumento interno. Para tanto, é importante lembrar que o argumento interno nas nominalizações infinitivas é invariavelmente inserido por meio da preposição *de*, como exemplificado no paradigma em (17):

- (17) a. O jogar das pétalas pelas damas anunciou a entrada dos noivos.
 b. * O jogar pelas/as pétalas pelas damas anunciou a entrada dos noivos.
 c. O chegar das cartas desanimou a família do soldado.
 d. *O chegar pelas/as cartas desanimou a família do soldado.

Como mostra o paradigma acima, as nominalizações infinitivas do PB parecem ser agramaticais quando os argumentos internos são inseridos via determinante ou por outro tipo de preposição. É interessante destacarmos que se trata da mesma preposição que introduz o

argumento externo das nominalizações infinitivas a partir de bases inergativas, evidenciando, por tanto, um mesmo mecanismo subjacente de licenciamento.

Dessa forma, assim como propusemos para os inergativos, entendemos que a preposição *de* que introduz o argumento interno nas nominalizações infinitivas é o reflexo pós-sintático da valoração, via *Agree* (CHOMSKY, 2000, 2001), do traço de caso do núcleo categorizador *n* para o argumento interno.

Ainda sobre o argumento interno dos infinitivos nominais *e*, mais especificamente, sobre a interação entre esse elemento e o argumento externo discutido na seção anterior, duas questões importantes surgem a partir do sistema desenvolvido até aqui, tal como sistematizado abaixo:

- (i) Como o núcleo *n* atribui genitivo para o argumento interno, dada a intervenção do argumento externo presente no especificador de *Voice*?
- (ii) Por que não há atribuição de Caso acusativo, se o especificador de *Voice* está preenchido?

A respeito dessas questões, é interessante ressaltar que elas estão atreladas a restrições de localidade importantes que precisam ser respeitadas para que a operação de *Agree* seja licenciada. Mais especificamente, destacamos, para a discussão das questões acima, duas dessas relações de localidade: (a) não pode haver um núcleo interventor entre sonda e alvo e (b) sonda e alvo precisam estar contidos no mesmo domínio de fase.

Assim, para abordar tais questões será necessário computar as relações de localidade entre o categorizador *n*, atribuidor de Caso genitivo, e os argumentos que são candidatos a sondar esse traço na estrutura. Para tanto, precisamos antes discutir a presença de outro núcleo na estrutura sintática, a saber, o núcleo de Aspecto, cujo funcionamento traz importantes consequências para as relações de localidade entre o núcleo *n* e os argumentos verbais.

5.3.3 A leitura aspectual e a marca de infinitivo

Continuando a discussão a respeito da estrutura sintática dos infinitivos nominais do PB, propomos que, acima do núcleo de *Voice*, o próximo núcleo da estrutura sintática é um núcleo de Aspecto.

Mais especificamente, a partir da proposta de Miguel (1996) e Resende (2020), propomos que o infinitivo nominal do PB apresenta leitura imperfectiva, denotando um evento em andamento ou mais especificamente que está acontecendo simultaneamente ao desenvolvimento do evento expressado pela oração matriz, que pode ser entendido, por sua vez,

como passado, presente ou futuro em relação ao momento do ato de fala.

Do ponto de vista da estrutura, esse traço de aspecto estaria realizado por um núcleo específico, Asp, acima de *Voice*, que também seria responsável pela realização morfológica da marca de infinitivo, o afixo *-r*, que aparece tanto nas formas verbais, como na forma nominalizada. É interessante ressaltar, então, que rejeitamos a ideia de que o afixo *-r* seja homófono entre o comportamento derivacional e flexional, contra Miguel (1996), Brito (2012) e Resende (2020).

Um dos argumentos que parecem sustentar essa ideia é que o morfema *-r* ocorre nas formas infinitivas ainda que estas não estejam nominalizadas. Além disso, é importante ressaltar que a simples ocorrência do morfema *-r* não é suficiente para nominalizar a forma infinitiva, que necessita de um determinante fonologicamente realizado ou de um elemento que revele a existência da camada DP, tal como os possessivos o fazem por exemplo.

- (18) a. *Cantar dos pássaros alegrou a todos.
 b. O cantar dos pássaros alegrou a todos.
 c. Seu cantar alegrou a todos.

O que os dados acima apontam é que a inserção da forma infinitiva em uma posição canônica de nome, mas sem a camada de DP realizada, tal como acontece em (16a), resulta em um dado agramatical, o que parece apontar para o fato de que a marca *-r* não integra a camada nominal da formação.

5.3.4 Atribuição de Caso e as relações de localidade

Uma vez estabelecida a presença de um núcleo Asp entre o categorizador nominal e o introdutor de argumento externo *Voice*, podemos retomar as questões a respeito das relações de localidade envolvidas na atribuição de Caso genitivo.

Empiricamente, essa marca de Caso aparece, ora no argumento externo, ora no argumento interno, sendo explicitada pela realização morfológica da preposição *de*. Mais especificamente, tal preposição aparece no argumento externo quando se tem uma base inergativa, mas no argumento interno quando o agente é licenciado através de um PRO.

Para facilitar a abordagem teórica, as questões que precisamos responder estão reproduzidas novamente abaixo:

- (i) Como o núcleo *n* atribui genitivo para o argumento interno, dada a intervenção do argumento externo presente no especificador de *Voice*?

(ii) Por que não há atribuição de Caso acusativo, se o especificador de *Voice* está preenchido?

Em relação à questão (i), do ponto de vista teórico, uma operação de *Agree* entre *n* e o argumento interno não pode ser implementada, uma vez que tais elementos não estão na mesma fase. De maneira geral, a proposta de fase, iniciadas em trabalhos de Chomsky (1999, 2000) no âmbito do Programa Minimalista, argumentam em favor da existência de pontos específicos da derivação, que desencadeiam o *spell-out*, enviando a estrutura em blocos de fase para as interfaces.

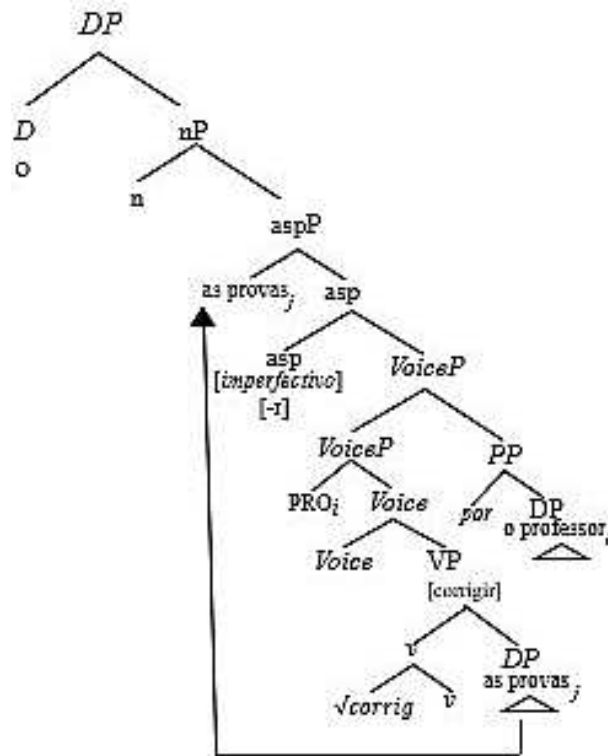
Na proposta de Chomsky (1999, 2000), o núcleo *Voice* e o núcleo C são apontados como núcleos de fase. Se assim for, então, *n* e o argumento interno não estão na mesma fase, de modo que o *Agree* entre eles não poderia ser licenciado. É importante notar ainda que essa não é uma restrição que atinge ao argumento externo que, estando em Spec. de *Voice*, é entendido como elemento de borda da fase, não sendo, portanto, enviado para as interfaces.

Para lidar com essa problemática, propomos que o argumento interno se mova para Spec. de AspP, esse movimento parece ser necessário uma vez que se alocado em algum dos núcleos abaixo de *Voice* esse elemento, por questões de localidade como explicitamos acima, não estaria acessível para receber o caso do núcleo nominal. Essa análise segue os moldes propostos por Collins (2005) para as sentenças passivas. De acordo com a abordagem de *smuggling*, proposta pelo autor, o argumento interno nas passivas é carregado através do movimento de uma projeção máxima de participio em direção à uma posição de pouso que, para os limites da nossa discussão, é precisamente mais alta do que a posição que licencia o argumento externo. Esse movimento é, em última análise, uma solução para escapar do efeito de intervenção causado pela presença do argumento externo em Spec. de *Voice*, uma das proposições de base na análise de Collins (2005) na estrutura de sentenças passivas.

Propomos que o mesmo padrão, descrito por Collins (2005), pode ser aplicado às nominalizações infinitivas do português, tendo em vista que o elemento na posição de complemento de *v* precisa se mover para escapar da fase e receber Caso.

É interessante ressaltar que não trata propriamente de um efeito de intervenção, uma vez que é possível sugerir que o PRO alocado no Spec. *Voice* é inerte à atribuição de Caso. Assim sendo, o próximo elemento na estrutura em que se poderia descarregar o traço de Caso seria o argumento interno. No entanto, essa abordagem parece não ser suficiente, uma vez que a fase desencadeada pelo núcleo *Voice* faria com que o argumento interno e sofresse *spell-out* e, portanto, tal argumento não estaria visível à sondagem do núcleo *n* para atribuição de Caso

genitivo. Conforme ilustrado em (19):



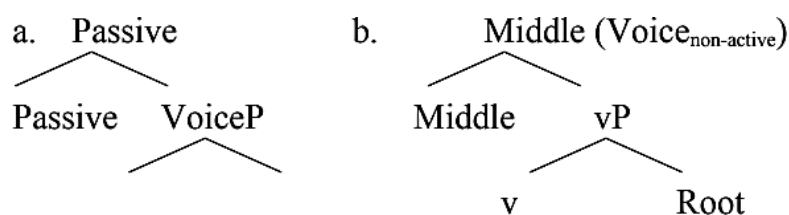
Assumimos, então, que o elemento na posição de argumento interno, sendo uma projeção máxima, vai se mover para o próximo Spec. disponível na porção verbal da estrutura funcional dos infinitivos nominais, isto é, para o Spec. do núcleo de Aspecto. O movimento para a projeção de Aspecto é vantajoso, pois permite que o argumento interno escape da fase desencadeada pelo núcleo *Voice* e, portanto, esteja disponível para receber Caso. Uma vantagem adicional é que essa abordagem nos permite manter uma estrutura enxuta, dessa forma, excluindo a necessidade de assumir a presença de outros núcleos na estrutura.

A segunda questão importante que precisamos abordar é a ausência de Caso acusativo, mesmo estando o especificador de *Voice* está preenchido. Tal questão se coloca porque, na sintaxe minimalista, o Caso acusativo é atribuído via *Voice* (cf. CHOMSKY 1995), que também atribui o papel temático ao argumento externo. No entanto, o núcleo *Voice* presente no infinitivo nominal, diferentemente disso, não atribui Caso acusativo, o que fica explícito pela necessidade de preposição na introdução do argumento externo. Do ponto de vista empírico, esse cenário não é novidade, dado que ele pode ser, por exemplo, diretamente comparado ao que acontece nas passivas. Ainda que uma análise detalhada das relações entre nominalizações e passivas fique para os próximos passos da pesquisa, torna-se importante discutir a natureza do núcleo *Voice* nas nominalizações infinitivas.

Tal discussão implica, na verdade, uma problemática mais ampla sobre os possíveis

sabores de *Voice* e diferentes propostas para essa questão já foram propostas na literatura. A proposta desenvolvida em Alexiadou (2013), por exemplo, distingue três tipos de *Voice*: o *Voice* ativo, responsável por introduzir um argumento externo agentivo, o *Voice* passivo, responsável pela estrutura das passivas analíticas em línguas como o inglês, por exemplo, e o *Voice* não ativo, responsável por gerar outras estruturas, como as passivas do grego, por exemplo, a depender da sua natureza.

Estruturalmente, na proposta da autora, as versões passiva e não ativa de *Voice* ocupam posições sintáticas diferentes. Mais especificamente, o núcleo *Voice* passivo entra na derivação somente após a inserção do núcleo *Voice* ativo, sendo bem alto na estrutura. Já o núcleo *Voice* não ativo, por outro lado, entra na derivação exatamente no lugar do ativo, estando sintaticamente mais baixo, o que garante a possibilidade de uma diversidade de leituras, como as passivas, as médias e até os depoentes, a depender do funcionamento da língua. As representações do *Voice* passivo e do *Voice* não-ativo, tal como proposto em Alexiadou (2013), podem ser vistas abaixo:



(ALEXIADOU, 2013, p. 252)

Especificamente para as nominalizações infinitivas do PB, se assumirmos, por exemplo, a existência de um *Voice* não ativo nos moldes delineados em Alexiadou (2013), podemos levantar como hipótese que, em oposição ao *Voice* ativo, tal núcleo tenha, pelo menos, duas propriedades que nos são salientes nesse momento da análise:

- (a) O núcleo funcional *Voice* do tipo não ativo presente nas nominalizações infinitivas não atribui caso acusativo;
- (b) O núcleo funcional *Voice* do tipo não ativo presente nas nominalizações infinitivas aceita ser nominalizado, ou seja, ele é compatível com projeções de natureza nominal acima dele.

Assim, a proposta defendida nesta subseção é a de que o Caso genitivo, morfologicamente realizado no PB pela preposição *de*, é atribuído através do núcleo

categorizador *n* que integra as projeções nominais no topo da estrutura do infinitivo nominal. Quando o especificador de *Voice* é preenchido por um DP, o genitivo é atribuído, por questões de localidade, a esse elemento. Tais casos contemplam, os inergativos em que o argumento interno está ausente. Por outro lado, quando o argumento interno está presente na estrutura, o Caso genitivo será atribuído a ele somente após o movimento para o Spec. de Asp, responsável por retirá-lo de dentro da fase estabelecida por *Voice*, mantendo-o ativo para atuar como sonda. Por fim, o tipo de *Voice* presente nas nominalizações infinitivas deve ser de um sabor diferente do ativo. Mais especificamente, assumimos a existência de um *Voice* não ativo, que, por sua vez, entra na mesma altura sintática ocupada pela sua versão ativa.

5.4 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A NATUREZA DOS NÚCLEOS NOMINAIS

Além dos núcleos de natureza verbal discutidos nas subseções acima, a saber, *v*, *Voice* e Asp, assumimos que a estrutura dos infinitivos se nominaliza a partir da concatenação de, pelo menos, dois núcleos funcionais de natureza nominal: o núcleo categorizador *n* e o núcleo D. Enquanto o primeiro deles carrega um traço valorado de caso genitivo, como já discutido nas subseções acima, o segundo, por sua vez, abriga o determinante, que pode ser realizado através de artigo definido, pronome demonstrativo ou artigo indefinido, mas sempre mantendo os traços de masculino singular. Entendemos que o pronome possessivo também pode ser tomado como evidência da camada DP, embora extrapole o escopo deste trabalho determinar exatamente a posição sintática desse elemento. De qualquer forma, o possessivo também se manifesta no masculino singular.

É interessante ressaltar que essa estrutura nominal assumida é consideravelmente empobrecida, no sentido de não conter todas as projeções funcionais que uma categoria nominal normalmente apresenta. Nesse sentido, propomos, por exemplo, que uma projeção de número esteja ausente nos infinitivos nominais. A ausência de uma projeção do tipo NumP prevê que tais formações não podem ser pluralizadas. Mais especificamente, quanto à não ocorrência de NumP, Alexiadou, Iordăchioia & Schäfer (2011: 33), inspirados em Borer (2005), vão assumir uma relação entre essa camada e o núcleo ClassP, que entendido como o responsável por acomodar o aspecto interno das expressões nominais, abrigaria o traço [+/-contável]. Especificamente, no caso das nominalizações infinitivas do espanhol, tais autores entendem que a ocorrência do traço [-contável] bloqueia a ocorrência de NumP:

ClassP acomoda o aspecto interno sob traço [\pm count]. Nominalizações télicas, como substantivos contáveis, projetam classP [+ count], que é o input

para NumP; nominais atélicos, como nomes massivos, projetam ClassP [-count], que bloqueia NumP. Enquanto NumP fornece informações sobre o número (ou seja, marcação plural / singular), a especificação [\pm count] indica o 'número' semântico: [-count] significa pluralidade semântica; [+count] significa singularidade semântica.

(ALEXIADOU, IORDĂCHIOIA e SCHĂFER, 2011, p.33 – *tradução nossa*²⁰)

É importante salientar que a telicidade das nominalizações infinitivas no PB não foi um aspecto explorado na proposição da análise defendida aqui e fica como questão em aberto para a continuação da pesquisa. Seja qual for, entretanto, a motivação metodológica assumida, propomos que os infinitivos nominais não possuem uma projeção do tipo NumP. Dessa forma, a expressão do singular no determinante parece ser fruto de um valor *default*, como estratégia de último recurso e não resultado de concordância entre determinante e nome.

Especificamente no que diz respeito ao gênero, de modo geral, podemos dizer que três possíveis lugares para o traço de gênero aparecem na literatura: a raiz propriamente dita (ALCĂNTARA 2010, EMBICK 2015); o categorizador nominal (LOWENSTAMM, 2008; ACQUAVIVA, 2008, 2009; KRAMER, 2015, 2016) e uma projeção funcional específica do tipo GenP (PICALLO, 1991; ARMELIN, 2015²¹). Em relação à ideia de uma especificação de gênero na raiz, o argumento mais central para esse tipo de análise é a imprevisibilidade do traço de gênero que pode estar associado aos nomes. Esse tipo de hipótese está ilustrado abaixo:

Raízes em algumas línguas são especificadas com traços “morfológicos” do tipo associado a sistemas de conjugação ou declinação (ou gênero gramatical).

(EMBICK 2015, p. 8 – *tradução nossa*²²)

A proposta de que as raízes contêm a própria informação de gênero acaba por, de uma maneira muito direta, apontar para a categoria lexical dessa raiz (ACQUAVIVA, 2009),

²⁰ ClassP accommodates the inner aspect under a [\pm count] feature. Telic nominalizations, like count nouns, project Class [+count], which is the input for a further NumberP; atelic nominals, like mass nouns, project Class [-count], which blocks NumberP. While Number gives information about the form (i.e. plural/singular marking), the [\pm count] specification indicates the semantic 'number': [-count] means semantic plurality; [+count] means semantic singularity. (ALEXIADOU, IORDĂCHIOIA e SCHĂFER, 2011, p. 33)

²¹ Ressaltamos que a proposta sintática desenvolvida pela autora não apresenta, no entanto, um categorizador nominal, sendo que a categorização é dada pelo conjunto de projeções estendidas que dominam a raiz.

²² “Roots in some languages are specified with ‘morphological’ features of the type associated with systems of conjugation or declension (or grammatical gender)” (EMBICK 2015, p. 8)

enfraquecendo a noção de acategorialidade das raízes. Por outro lado, empiricamente, é comum encontrarmos dados em que uma mesma raiz se superficializa em diferentes configurações de gênero, de modo que não fica clara qual é a especificação que deve ser atribuída a essa raiz. Desse modo, dispensamos a possibilidade de que o traço de gênero seja uma especificação da raiz (cf. ARMELIN, 2015) para entendê-lo como uma especificação de um núcleo funcional.

No entanto, parece-nos plausível no momento implementações teóricas para as nominalizações infinitivas do PB, tanto a partir de propostas que alocam gênero no categorizador nominal propriamente dito, como em abordagens que defendem a existência de uma projeção específica para esse traço. Uma comparação das consequências empíricas e teóricas das duas posições analíticas foge, no entanto, do escopo deste trabalho, já que implica uma visão mais ampla das formações que apresentam traço de gênero. Dessa maneira, abrimos algumas possibilidades de análise para interpretação de teórica do traço de masculino que aparece no DP que encabeça o infinitivo nominal.

Se por um lado consideramos, por exemplo, que o traço de gênero possui uma projeção específica do tipo GenP, então é possível que o infinitivo tenha uma estrutura reduzida em termos de camadas nominais, não apresentando a camada GenP e, portanto, o traço de gênero que aparece no determinante é um traço de *default* de último recurso e não fruto de *Agree*, tal como proposto para o traço de singular.

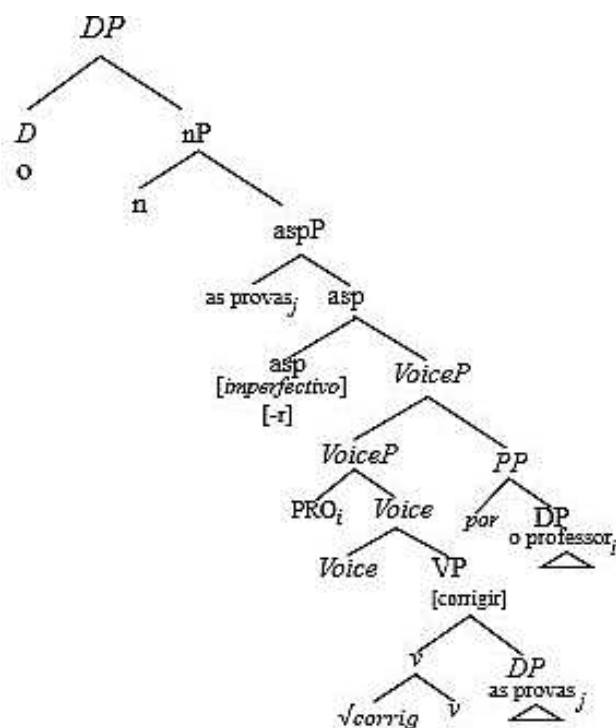
Por outro lado, se consideramos que o traço de gênero é abrigado pelo categorizador *n*, que integra a estrutura sintática do infinitivo nominal, então, talvez seja possível pensar em duas possibilidades analíticas:

- a. o núcleo *n* dos infinitivos nominais é especificado para o traço masculino que se superficializa também no determinante via *Agree* ou
- b. o categorizador nominal do infinitivo nominal é ele mesmo defectivo, no sentido de não possuir traço de gênero.

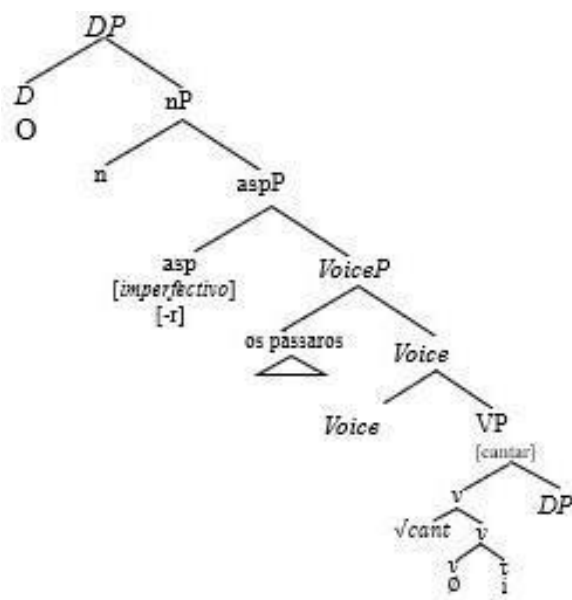
Uma discussão mais completa a respeito das consequências das duas hipóteses levantadas acima fica como perspectiva futura.

Em suma, a partir das discussões deste capítulo, a nossa proposta para uma derivação completa do infinitivo nominal do PB pode ser vista a seguir:

(19) a. O corrigir das provas pelo professor.



b. O cantar dos pássaros.



É importante ressaltar ainda que a ordem linear da estrutura é atingida através de movimento de núcleo. Mais especificamente, respeitando a *Head Movement Constraint*, originalmente formulada por Travis (1984), a raiz de move para os núcleos imediatamente

acima dela até chegar ao categorizador nominal, sem que nenhum núcleo possa ser pulado, gerando a forma nominal.

Por fim, é interessante ressaltar que é comum na literatura sobre nominalização a assunção de que os nominais zero, ou formados por Conversão Morfológica, não possuem estrutura argumental obrigatória (cf. GRIMSHAW, 1990; ALEXIADOU 2001 entre outros). Ao contrário dessa posição, se nossa proposta estiver no caminho correto, então os nominais infinitivos do PB constituem-se como uma importante evidência de que tal generalização não se sustenta.

5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

A discussão desenvolvida neste capítulo procurou motivar e explicitar uma proposta de estrutura funcional para os infinitivos nominais do PB. Em linhas gerais, assumimos que a nominalização ocorre em um lugar relativamente alto na estrutura sintática, isto é, após toda uma sequência de núcleos de natureza verbal, que inclui, mais especificamente, o categorizador *v*, um núcleo *Voice* de natureza passiva e um núcleo de Aspecto. Em linhas gerais, o núcleo *v* tem a função de codificar a leitura de evento, categorizar a raiz e introduzir o argumento interno. Por sua vez, o núcleo *Voice* abriga o argumento externo, seja ele um DP, seja ele um PRO, que pode ou não estar coindexado a outro elemento na sentença. Finalmente o núcleo Asp traz a noção de imperfectividade, abriga a morfologia *-r* que é a marca do infinitivo verbal e nominal e funciona como projeção de pouso do argumento interno, após o movimento que o retira de dentro da fase estabelecida por *Voice*, mantendo-o ativo para receber Caso genitivo.

Essa estrutura verbal é, no entanto, dominada por núcleos de natureza nominal, a saber, o categorizador *n* e a projeção DP. Enquanto o primeiro deles carrega um traço valorado de caso genitivo, o segundo, por sua vez, fornece referencialidade para a normalização, abrigando elementos como artigos, pronomes demonstrativos e possessivos que licenciam o infinitivo nominal no PB.

Finalmente, é interessante ressaltar que uma análise dessa natureza só é possível dentro de um modelo teórico que permite uma forte interação entre morfologia e sintaxe, uma vez que a entrada dos argumentos é anterior à própria formação da forma nominal analisada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tomou como objeto de estudo empírico a natureza da nominalização infinitiva, a partir de dados do português brasileiro (PB). Tal formação está inserida em um panorama mais amplo dentro dos processos de formação de palavras, mais especificamente, dentro do que comumente se denomina como Conversão Morfológica (CM).

Assim, como ponto de partida, esta pesquisa revisitou o debate a respeito da natureza desse fenômeno mais amplo. Em linhas gerais, propomos, então, que a CM pode ser mais bem compreendida dentro de uma perspectiva sintática de formação de palavras, que permite, ao mesmo tempo, uma visão acategorial da raiz e que licencia uma forte interação entre morfologia e sintaxe. Na construção dessa hipótese, discutimos algumas possibilidades de análise construídas na vertente lexicalista e argumentamos em favor da ideia de que as fragilidades trazidas por tais propostas espelham o fato de que uma visão de categoria ou de formação de palavras nos moldes lexicalistas parece, em última análise, inapropriada para dar conta do fenômeno.

Uma vez que as nominalizações infinitivas podem ser entendidas como um recorte desse fenômeno de maior abrangência, a perspectiva sintática que se delineou como um rumo interessante para a compreensão da CM, abriu-se também como perspectiva de análise para tais formações. Mais especificamente, assumimos neste trabalho, que o infinitivo nominal do PB poderia ser entendido como o resultado da combinação de diferentes núcleos funcionais – verbais e nominais – presentes na sua estrutura sintática. Nesse sentido, a próxima questão central foi, então, especificar quais são esses núcleos e em que sequência hierárquica eles são organizados na sintaxe.

Na implementação da proposta, argumentamos a favor de que os nominais infinitivos do PB se comportam empiricamente como os nominais de Evento Complexo propostos na tipologia de Grimshaw (1990). Além disso, do ponto de vista descritivo, várias outras evidências empíricas nos possibilitaram ainda delimitar especificamente quais são as propriedades prototipicamente verbais e nominais que compõem o infinitivo nominal no PB.

Nesse sentido, argumentamos em favor da existência de três núcleos de natureza verbal na constituição do infinitivo nominal, a saber, o categorizador *v*, o núcleo *Voice* (Kratzer, 1996) e o núcleo de Aspecto. Essa sequência funcional, no entanto, está abaixo de núcleos funcionais de natureza nominal, a saber, o categorizador *n* e o núcleo *D*.

Quanto à estrutura de argumentos evidenciada em formações com infinitivos nominais do PB, propomos que argumento interno, assumimos é inserido através do categorizador verbal,

dispensando a ideia de que a raiz propriamente dita possa ser responsável por fazê-lo. Já o argumento externo, é, no nosso sistema, inserido via núcleo *Voice* (KRATZER, 1996). Tal argumento pode ser realizado por um PRO ou por um DP. Quando realizado por PRO, ele pode ganhar referência através da coindexação a outros elementos da sentença, como o agente introduzido via preposição *por* ou um possessivo. Se, por outro lado o PRO não for coindexado, o argumento externo permanecerá conceitualmente interpretado, mas não especificado na sentença.

Além disso, propomos que a preposição *de* que antecede os argumentos da nominalização infinitiva é analisada como o reflexo morfofonológico da valoração de Caso genitivo através de *Agree* (CHOMSKY, 2000, 2001) entre o núcleo categorizador *n* e o argumento que está estruturalmente mais alto. Se o argumento externo for um DP pleno, a atribuição de genitivo é feita a ele, dada sua posição sintaticamente alta. Se, por outro lado, o argumento externo for um PRO, então, o Caso genitivo é atribuído ao argumento interno. Nesse cenário, assumimos que o argumento interno faça um movimento da posição de complemento do categorizador *v* para o especificador do núcleo Asp. Esse movimento é motivado por questões de localidade.

Dessa mesma forma, propomos que o núcleo de *Voice* presente nas nominalizações infinitivas é de natureza não ativa, conforme proposto por Alexiadou (2013). Assim, esse núcleo tem a propriedade de licenciar o argumento externo, mas não a atribuição de Caso. Esse núcleo também tem como característica a propriedade de poder ser concatenado a projeções nominais no curso da derivação sintática.

Por fim, assumimos que o afixo *-r* é a realização do núcleo Asp, ou mais especificamente, do traço imperfectivo desse núcleo nas nominalizações infinitivas. Assim, propomos que tal morfema não ocupa a posição do categorizador nominal. Essa análise traz uma importante evidência (contra GRIMSHAW, 1990; ALEXIADOU, 2001) de que nominalizações zero podem ter estrutura argumental obrigatória.

A estrutura resultante da proposta se mostra eficiente uma vez que parece ser capaz de prever e explicar o funcionamento empírico dos infinitivos nominais do PB mantendo o maquinário de formalização bastante enxuto em comparação às contrapartes verbais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNEY, S. *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect*. Ph. D. Diss., MIT, Cambridge, Mass. 1987.
- ACQUAVIVA, Paolo. *Roots and Lexicality in Distributed Morphology*. In: Alexandra Galani, Daniel Redinger and Norman Yeo (eds.). *YPL2 - Issue 10 (May 2009) Special Issue - York-Essex Morphology Meeting (YEMM)*. Fifth York-Essex Morphology Meeting (YEMM), 9th February and 10th February 2008, Department of Language and Linguistic Science, University of York, p.1-21, 2009-05.
- ADGER, D. *Core Syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- ALCÂNTARA, Cíntia da Costa. *As classes formais do português e sua constituição: um estudo à luz da teoria da morfologia distribuída*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- ALCÂNTARA, Cíntia da Costa. *As Classes Formais do Português Brasileiro*. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 45, n.1, p. 5-15, 2010.
- ALEXIADOU, A. *Functional Structure in Nominals: Nominalization and Ergativity*, Amsterdam: John Benjamins.2001
- ALEXIADOU, Artemis. *Inflection class, gender and DP-internal structure*. In Gereon Müller, Lutz Gunkel, and Gisela Zifonun (eds.). *Explorations in Nominal Inflection*. Berlin: Mouton. 21-50, 2004.
- ALEXIADOU, A., IORDĂCHIOAIA, G. & SCHÄFER, F. *Scaling the Variation in Romance and Germanic Nominalizations*. In Sleeman, Petra & Harry Perridon (eds.). *The Noun Phrase in Romance and Germanic: structure, variation and change*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, pp. 25-40. 2011.
- ANAGNOSTOPOULOU, Elena; SAMIOTI, Yota. *Domains within words and their meanings: A case study*. In: *The Syntax of Roots and the Roots of Syntax*, edited by Artemis Alexiadou, Hagit Borer, and Florian Schäfer. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- ANDERSON, S. *A-morphous morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. 9.
- ARAD, Maya. *Locality Constraints on the Interpretation of Roots: the Case of Hebrew Denominal Verbs*. *Natural Language and Linguistics Theory*, v. 21, p. 737-778, 2003.
- ARMELIN, Paula Roberta Gabbai. *Classifying Nominals in Brazilian Portuguese*. In: *Complex Visible Out There: Language, Use and Linguistic Structure*. Edited by Ludmila Veselovská and Markéta Janebová. Olomouc Modern Languages Series, vol. 4, p. 67-82, 2014.
- ARMELIN, Paula Roberta Gabbai. *A Relação entre Gênero e Morfologia Avaliativa nos Nominais do Português Brasileiro: Uma Abordagem Sintática da Formação de Palavras*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2015.

- ARONOFF, Mark. *Word-Formation in Generative Grammar*. Cambridge, MA: MIT Press, 1976.
- ARONOFF, Mark. *Morphology by itself: stems and inflectional classes* (Linguistic Inquiry Monograph 22). Cambridge, MA: The MIT Press, 1994.
- BASILIO, M. Substantivação plena e substantivação precária: um estudo de classes de palavras em português. In: Gonçalves, C. A.; Almeida, M. L. L. de. (orgs.) *Diadorim*. Rio de Janeiro, Ed. 4, páginas 11-24, 1982, 2008.
- BAKER, Mark C. *Lexical Categories. Verbs, Nouns, and adjectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BASSANI, Indaía; MINUSSI, R. D. Contra a seleção de argumentos pelas raízes: nominalizações e verbos complexos. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 13, p. 139-173, 2015.
- BASÍLIO, Margarida. *Formação e Classes de Palavras no Português do Brasil*. 2ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- BAUER, Laurie. Evaluative morphology: in search of universals, in: *Studies in Language* 21.3, 533-575, 1997.
- BAUER, L. & Varela, S. (Eds.). *Approaches to Conversion / Zero-derivation*. Münster: Waxmann, 2005.
- BAUER, Laurie. Typology of Compounds. In: LIEBER, Rochelle; ŠTEKAUER, Pavel. (eds.) *The Oxford Handbook of Compounding*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 345-356.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BOBALJIK, J. A-chains at the PF-Interface: copies and ‘covert’ movement. *Natural Language & Linguistic Theory*, 20: 197-267, 2002
- BORER, Hagit. Exo-skeletal vs. Endo-skeletal explanations: syntactic projections and the lexicon’, in Moore, J. and M. Polinsky (eds.) *The Nature of Explanation in Linguistic Theory*. Chicago: University of Chicago Press (CSLI), 31–67, 2003.
- BORER, Hagit. The grammar machine, in Alexiadou, Artemis, Elena Anagnostopoulou, and Martin Everaert (eds.) *The Unaccusativity Puzzle*. Oxford: Oxford University Press, 288–331, 2004.
- BORER, Hagit. *In Name Only: Structuring Sense, Vol. I*. Oxford: Oxford University, 2005a. Press.
- BORER, Hagit. *The Normal Course of Events: Structuring Sense, Vol. II*. Oxford: Oxford University Press, 2005b.
- BORER, Hagit. Afro-Asiatic, Semitic: Hebrew. In: LIEBER, Rochelle; ŠTEKAUER, Pavel. (eds.) *The Oxford Handbook of Compounding*. Oxford: Oxford University Press, 2009a, p. 491-511.

BORER, Hagit. *Taking Form: Structuring Sense*, Vol. III. Oxford: Oxford University Press, 2013a.

BORER, Hagit. The syntactic domain of Content, in Becker, M., J. Grinstead, and J. Rothman (eds.) *Generative Linguistics and Acquisition: Studies in Honor of Nina Hyams*. Amsterdam: John Benjamins, 205–48, 2013b.

BORER, Hagit. Derived nominal and the domain of Content. *Lingua*, vol.141, p. 71-96, 2014.

BORER, Hagit. The category of roots. In Alexiadou, Artemis; Borer, Hagit; Schaffer, Florian (eds.). *The Syntax of Roots and the Roots of Syntax*. Oxford: OUP Press. 2014.

BORSLEY, R. & KORNFILT, J. (2000) Mixed Extended Projection. In Borsely, R. (ed.) *The Nature and Functional of Syntactic Categories*, San Diego: Academic Press, pp. 101-131.

BRINTON, L. J. The Aktionsart of deverbal nouns in English. In: Bertinetto, P. M.; Bianchi, V.; Higginbotham, J.; Squartini, M. (Eds.). *Temporal reference, aspect and acionality*. Tormo: Rosenberg & Sellier. p. 27-45, 1995.

BRITO, A. M. European Portuguese possessives and the structure of DP. In *Cuadernos de Lingüística XIV 2007*, Instituto Universitario de Investigación Ortega y Gasset, pp. 21-50. 2007

BRITO, A. M. A nominalizac, ~ao do infinitivo no portuguêes europeu: aspectos sintáticos e semânticos. In: *Encontro Nacional da Associação Portuguesa De Linguística, 2012*, Lisboa. *Textos selecionados...* Lisboa: APL. p. 88-120. 2012.

BRUENING, B. “By-Phrases in Passives and Nominals,” *Syntax* 16.p. 1-41. 2012.

BURZIO, Luigi. Surface constraints versus underlying representations. In J. Durand& B. Laks (eds.) *Current trends in phonology: Models and methods*. CNRS, Paris X and University of Salford, 1996.

CÂMARA JR, J. M. *Dicionário de lingüística e gramática – referente à língua portuguesa*. 20. ed., Petrópolis: Vozes, 1999. 38. Estructura da língua portuguesa. 23. ed., Petrópolis: Vozes, 1995.

CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The sound pattern of English*. New York: Harper & Row, 1968.

CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. In: JACOBS, R.; ROSENBAUM, P. (eds.) *Readings in English Tranformational Grammar*. Waltham, MA: Ginn and Company, p. 184-221, 1970.

CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris Publications, 1981.

CHOMSKY, N (1993). A Minimalist Program for linguistic theory, in Hale, K. and S. J. Keyser (eds.) *The View from Building 20*. Cambridge, MA: MIT Press, 1–52.

CHOMSKY, N. Bare phrase structure. In Webelhuth, G. (ed.) *Government and Binding Theory and the Minimalist Program*. Cambridge, MA: Basil Blackwell, 383–440, 1995a.

CHOMSKY, N. The Minimalist Program. Cambridge, MA: MIT Press, 1995b.

CHOMSKY, N. Minimalist Inquiries: The Framework. In: MARTIN, R.; MICHAELS, D.; URIAGEREKA, J. (eds.). *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor to Howard Lasnik*. Cambridge, MA: MIT Press, p. 89-156, 2000.

CHOMSKY, N. Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, M. (ed.) *Ken Hale: A life in language*. Cambridge, MA: MIT, p. 1-52, 2001.

CHOMSKY, N. Beyond Explanation Adequacy. In: BELLETTI, A. (ed.) *Structures and Beyond: The Cartography of Syntactic Structures Vol. 3*. Oxford: Oxford University Press, 104-31, 2004.

CHOMSKY, N. Three Factors in Language Design. *Linguistic Inquiry*, v. 36, n. 1, p. 1-22, 2005.

CHOMSKY, N.. Problems of Projection. *Lingua*, v. 130, p. 33-49. 2013.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985,2015.

DON, J. *Morphological Conversion*. Utrecht: Research Institute for Language and Speech, 1993.

DON, J. On conversion, relisting and zero-derivation. *SKASE Journal for Theoretical Linguistics*, 2(2), 2- 16, 2005.

DE BELDER, Marijke. *Roots and Affixes: Eliminating Lexical Categories from Syntax*. Doctoral dissertation, Utrecht University/UiL-OTS & HUBrussel/CRISSP, 2011.

DE MIGUEL, E. (1996) Nominal Infinitives in Spanish: an Aspectual Constraint, *Canadian Journal of Linguistics*, 41:1. pp. 29-53.

DI SCIULLO, Anna Maria.; WILLIAMS, Edwin. *On the Definition of Word*. Cambridge, MA: MIT Press, 1987.

DI SCIULLO, Anna Maria. Why are compounds a part of human language? A view from asymmetry theory. In: LIEBER, Rochelle; ŠTEKAUER, Pavel. (eds.) *The Oxford Handbook of Compounding*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 145-177.

EMBICK, David. *Voice and the Interfaces of Syntax*. Doctoral dissertation, University of Pennsylvania, 1997.

EMBICK, David; NOYER, Rolf. Distributed Morphology and the Syntax/Morphology Interface. In: RAMCHAND, Gilliam; REISS, Charles. (ed.) *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 289-324.

EMBICK, David. Linearization and Local Dislocation: derivational mechanisms and interactions. *Linguistic Analysis*, v.33, p. 303-336, 2007.

EMBICK, D. Participial structures and their morphological realization. *International Workshop on Participles*, 2001. 60.

EMBICK, D. Voice systems and the syntax/morphology interface. In: *MITWPL 32: Papers from the UPenn/MIT Roundtable on Argument Structure and Aspect*. Cambridge: MITWPL, p. 41-72, 1998a.

EMBICK, David; HALLE, Morris. On the Status of Stems in Morphological Theory. In *Romance Languages and Linguistic Theory, 2003: Selected Papers from Going Romance, 2003*. Edited by Twan Geerts, Ivo van Ginneken, and Haike Jacobs, 37–62. Amsterdam: John Benjamins, 2005.

EMBICK, David; ROLF, Noyer. Movement operations after syntax. *Linguistic Inquiry*, v.32, n.4, p.555-595, 2001.

EMBICK, David; ROLF, Noyer. Distributed Morphology and the Syntax/Morphology Interface. In: *RAMCHAND, Gilliam; REISS, Charles (eds). The Oxford handbook of Linguistics Interfaces*. Oxford: Oxford University Press, p. 298-324, 2007.

EMBICK, David; MARANTZ, Alec. Architecture and Blocking. *Linguistic Inquiry*, v. 39, n. 1, p.1- 52, 2008.

EMBICK, David. *Localism versus Globalism in Morphology and Phonology*. Cambridge: MIT Press, 2010.

EMBICK, David. Roots and features (an acategorial postscript). *Theoretical Linguistics*, v. 38, n1-2, p. 73-89, 2012.

EMONDS, Joseph. 1976. *A Transformational Approach to English Syntax: Root, Structure-Preserving*

FLORES, Fábio . *A conversão adjetivo/substantivo em formações deverbais X-do português do Brasil / Fábio Flores ; orientador: Margarida Maria de Paula Basílio*, 2013.

GUGLIELMO, Cinque. *The Syntax of Adjectives. A Comparative Study*. Cambridge, MA: MIT Press, 2010.

GRIMSHAW, J. *Argument Structure*, Cambridge, Mass., The MIT Press. 1990.

GRIMSHAW, Jane. *Extended Projections*. MS, Brandeis University, 1991.

HALLE, Morris. Prolegomena to a theory of word-formation. *Linguistic Inquiry*, v. 4, n. 1, p. 3-16, 1973.

HALLE, Morris. Distributed morphology: Impoverishment and fission. *MIT Working Papers in Linguistics 30: papers at the interface*, edited by Benjamin Bruening, Yoonjung Kang and Martha McGinnis. MITWPL, Cambridge p. 425-449, 1997.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed Morphology and the pieces of inflection. In: *HALE, K.; KEYSER, S. J. (eds.). The view from Building 20*. Cambridge, MA: MIT Press, p. 111-176, 1993.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Some key-features on Distributed Morphology. MIT Working Papers in Linguistics 21. Papers on Phonology and Morphology, p. 111-176, 1994.

HALLE, Morris; VERGNAUD, Jean Roger. An essay on stress. Cambridge: MIT Press, 1987.

HARLEY, Heidi. On the identity of roots. *Theoretical Linguistics*, vol. 40, Issue 3-4, 2014.

HARLEY, Heidi; NOYER, Rolf. State-of-the-article: Distributed Morphology. *Glott International*, v. 4, n. 4, p. 3 -9, 1999.

HARLEY, Heidi; NOYER, Rolf. Formal versus encyclopedic properties of vocabulary: evidence from nominalizations. In: PEETERS, B. *The lexicon-encyclopedia interface*, 2000.

HARRIS, James. W. Nasal depalatalization no, morphological well-formedness sí: the structure of Spanish word classes. In: ARREGI, Karlos et al. (eds.) *MIT Working Papers in Linguistics 33: Papers on Morphology and Syntax – Cycle One*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.

HORNSTEIN, N.; NUNES, J. Adjunction, Labeling and Bare Phrase Structure. *Biolinguistics*, v. 2, n. 1, 2008, p. 57-86.

IORDĂCHIOAIA, G. & SOARE, E. Two kinds of Event Plurals: Evidence from Romance Nominalizations. In Bonami, Olivier & Patricia Cabredo-Hofherr (eds.) *Empirical Issues in Syntax and Semantics*. 2008

IORDĂCHIOAIA, G. & SOARE, E. Structural Patterns Blocking Plural in Romance Nominalizations, talk presented at Going Romance 2007.

KATAMBA, Francis. *Morphology*. Londres: The Macmillan Press, 1993.

KIPARSKY, Paul. Word-Formation and the Lexicon. In: INGEMANN, F. (ed.) *Proceedings of the Mid-America Linguistics Conference*. Lawrence, KA, 1982.

KEHDI, Valter. *Morfemas do Português*. São Paulo: Ática, 2002.

KEHDI, Valter. A derivação imprópria em português. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, vol 30, p. 161-165, 1989.

KRAMER, Ruth. The morphosyntax of gender: evidence from Amharic. Handout presented at the Yale Colloquium, 2011.

LEBEAUX, David. Relative clauses, licensing, and the nature of derivation. In: ROTHSTEIN, Susan. (ed.) *Perspectives on phrase structure: heads and licensing*. San Diego: Academic Press, 1991, p. 209-240.

LEMLE, Miriam. Aspectos arbitrários e composicional na morfologia derivacional. Apresentação no II Colóquio Brasileiro de Morfologia. UFRJ, 2013.

LIEBER, Rochelle. *Deconstructing morphology: Word formation in syntactic theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

LIEBER, Rochelle. Word Formation Processes in English. In: Stekauer, Pavol and Rochelle Lieber, Springer, 2005.

LIEBER, Rochelle; ŠTEKAUER, Pavel. Introduction: Status and Definition of Compounding. (eds.) *The Oxford Handbook of Compounding*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 3-18.

LOWENSTAMM, Jean. On little n, √, and types of nouns. In Jutta Hartmann, Veronika Hegedűs, and Henk van Rimesdijk (eds). *Sounds of Silence: Empty Elements in Syntax and Phonology*. Amsterdam: Elsevier. 105-144, 2007.

LOWENSTAMM, Jean. Derivational affixes as roots (Phrasal spellout meets English stress shift). CNRS. Manuscrito. 2010.

MARANTZ, Alec. Clitics, Morphological Merger, and the mapping to phonological structure. In *Theoretical morphology*, ed. Michael Hammond and Michael Noonan, 253–270. San Diego, Calif.: Academic Press, 1988.

MARANTZ, Alec. Cat as a phrasal idiom. Manuscrito.MIT, 1996.

MARANTZ, Alec. No Escape from Syntax: Don't try Morphological Analysis in the privacy of your own Lexicon. In: DIMITRIADIS, Alexis; SIEGEL, Laura; SUREK-CLARK, Clarissa; WILLIAMS, Alexander. *Proceedings of the 21st Penn Linguistics Colloquium*. Philadelphia: UPenn Working Papers in Linguistics, p. 201-225, 1997.

MARANTZ, Alec. Words and Things. Manuscrito. NYU, 2001.

MARANTZ, Alec. Phases and words. Manuscrito. NYU, 2007.

MARANTZ, Alec. Locality Domains for Contextual Allomorphy across the Interfaces. In: MATUSHANSKY, O.; MARANTZ, A. (Orgs.) *Distributed Morphology Today: Morphemes for Morris Halle*. Cambridge Mass: MIT Press, p. 95-116, 2013.

MEDEIROS, Alessandro Boechat de. *Traços Morfosintáticos e Subespecificação Morfológica na Gramática do Português: Um estudo das Formas Participiais*. Tese de doutorado. UFRJ: Rio de Janeiro. 2008.

MEDEIROS, Alessandro Boechat de. A molecada se empanturrou de bananada: considerações sobre as nominalizações em –ada não eventivas. *ReVEL*, v. 7, n. 12, 2009. p.1-26. [www.revel.inf.br].

MEINSCHAFER, J. Nominal infinitives (and deverbal nouns) in Spanish and French, handout of the talk presented at the workshop Nominalization across languages, Stuttgart University. 2007

MINUSSI, Rafael Dias. Os sabores do nome: um estudo sobre a seleção de argumentos e as nominalizações do hebraico. 2012. Tese (Doutorado em Letras) – USP, São Paulo, 2012.

MINUSSI, Rafael Dias.; BASSANI, I. S. . Em favor do conteúdo semântico das raízes. *REVISTA LETRAS*, v. 96, p. 152-173, 2017

MORENO, Cláudio. *Morfologia nominal do português – um estudo de fonologia lexical*. 1997. Tese (Doutorado em Letras) – UFRGS, Porto Alegre, 1997.

MÜLLER, Gereon. On Decomposing Inflection Class Features: Syncretism in Russian Noun Inflection. In: GUNKEL, L.; MÜLLER, G.; ZIFONUN, G. (eds.) *Explorations in Nominal Inflection*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2002.

MÜLLER, Gereon, GUNKEL, Lutz; ZIFONUN, Gisela (eds). *Explorations in nominal inflection*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.

NASCIMENTO, Mauro José Rocha do. *Repensando as vogais temáticas nominais a partir da gramática das construções*. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

NESPOR, Marina; RALLI, Angela. Morphology-Phonology Interface: Phonological domains in Greek Compounds. *The Linguistic Review*, v. 13, p. 357-382.

OLTRA-MASSUET, Isabel. *On the notion of theme vowel: a new approach to Catalan verbal Morphology*. Master Thesis. MIT, Cambridge, 1999.

PESETSKY, David; TORREGO, Esther. Probes, Goals and Syntactic Categories. In: Yukio Otsu (ed.). *Proceedings of the Seventh Tokyo Conference on Psycholinguistics*. Keio University, Japan, 2006.

PESETSKY, David; TORREGO, Esther. The syntax of valuation and interpretability of features. In: KARIMI, S.; SAMIAN, V.; WILKINS, W. (eds.) *Phrasal and clausal architecture*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2007, p. 262-294.

PICALLO, M. Carme. Nominals and nominalization in Catalan. *Probus*. Volume 3, Issue 3, Pages 279–316, 1991.

RAPPAPORT HOVAV, Malka; LEVIN, Beth. Building Verb Meanings. In: M. Butt and W. Geuder (eds.), *The Projection of Arguments*, CSLI Publications, Stanford, CA, 97-134, 1998.

RESENDE, Maurício Sartori. *A Morfologia Distribuída e as peças da nominalização: morfofonologia, morfosintaxe, morfossemântica*, 2020. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

RIJKHOFF, Jan. *The Noun Phrase*, Oxford Oxford University Press, 2004.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à Morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.

SANDMANN, Antônio José. *Formação de palavras no português contemporâneo brasileiro*. Curitiba: Scientia & Labor, 1989.

SAID ALI, Manuel *Gramática histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo, Melhoramentos, 1964.

SCALISE, Sergio. The notion of 'head' in morphology. In Booij, G. vanMarle, J. (eds.), *Year book of morphology*, vol 1. Dordrecht: Foris, p. 229-245, 1988.

SCHER, Ana Paula. *Derivação regressiva em nomes deverbais do PB e verbos denominais do*

inglês. São Paulo: GEL, 2013.

SIDDIQI, Daniel. Syntax within the word: economy, allomorphy, and argument selection in Distributed Morphology. [Linguistik Aktuell/Linguistics Today 138]. Amsterdam: John Benjamins, 2009.

Sleeman, P. (2010) The nominalized infinitive in French: structure and change. *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, 5, 1, pp. 145-173.

SPENCER, Andrew. *Morphological Theory: An Introduction to Word Structure in Generative Grammar*. Oxford: Blackwell, 1991.

SPENCER, Andrew. Nominal inflection and the nature of functional categories. *Journal of Linguistics*, 28, p. 313-341, 1992.

STUMP, Gregory. How peculiar is evaluative morphology? *Journal of Linguistics*, 29, 1-36. Great Britain: Cambridge University Press, 1993.

Vázquez, E. P. (2002) A Mixed Extended Projection: The Nominalized Infinitive in Spanish and Italian. *Quaderni del Laboratorio di Linguistica della Scuola Normale Superiore di Pisa*, n. 14, pp. 143-159.

VILALVA, Alina. *Estruturas Morfológicas: Unidades e Hierarquias nas Palavras do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

VILLALVA, Alina. Bare Morphology. *Revista de Estudos Linguísticos da Univerdade do Porto*, Vol. 8 – 2013, p. 121 – 141.